



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

**A AGENDA FIESP II: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO APOIO DA  
ENTIDADE AO *IMPEACHMENT* DE 2016.**

**SALVADOR**

**2019**

**DANIEL ALEM REGO**

**A AGENDA FIESP II: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO APOIO DA  
ENTIDADE AO *IMPEACHMENT* DE 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia Aplicada.  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Junior.  
Coorientador: Prof. Dr. Hamilton Ferreira Junior.

**SALVADOR**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5/1092

R343 Rego, Daniel Alem  
A agenda FIESP II: uma análise econômica do apoio da entidade  
ao impeachment de 2016 / Daniel Alem Rego. – Salvador, 2019

151f. tab.; fig.; graf.

Dissertação (Mestrado em Economia) -  
Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2019

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Júnior

1. Desenvolvimento econômico – Brasil 2. Impeachment. 3. FIESP  
I. Jesus Júnior, Leonardo Bispo de II. Título III. Universidade  
Federal da Bahia

CDD 338.9

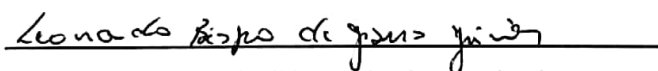


**TERMO DE APROVAÇÃO**

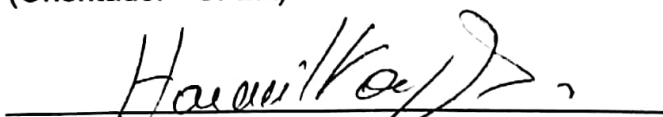
**DANIEL ALEM REGO**

**A AGENDA FIESP II: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO APOIO DA ENTIDADE AO IMPEACHMENT DE 2016.**

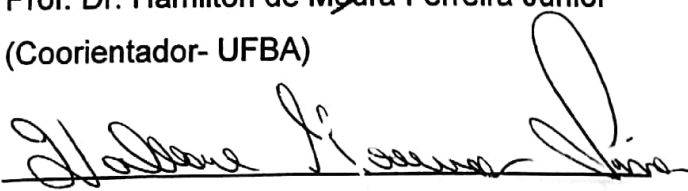
Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:



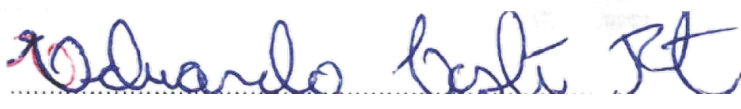
Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Junior  
(Orientador - UFBA)



Prof. Dr. Hamilton de Moura Ferreira Júnior  
(Coorientador- UFBA)



Prof. Uallace Moreira Lima (UFBA)



Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto  
(UFRJ)

Aprovada em 14 de janeiro de 2020.

Você pagou com traição  
A quem sempre lhe deu a mão  
Você pagou com traição  
A quem sempre lhe deu a mão  
(Neoci, Dida e Jorge Aragão)

O termo [Nova Matriz Econômica] criado por Holland passou a ser utilizado por economistas liberais para denominar o modelo de política econômica do primeiro governo Dilma, que muitas vezes é associado erroneamente aos ideais de esquerda. Como essas políticas foram referendadas por associações patronais que, posteriormente, abandonaram o barco e apoiaram o impeachment da presidente, optamos aqui por chamar o modelo econômico adotado em 2011 e aprofundado nos três anos seguintes de Agenda FIESP.

(Laura Carvalho *in* “Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico”)

Skaf citou problemas como o estouro das contas públicas neste ano – e a perspectiva de novo estouro em 2016. Lembrou que o PIB brasileiro vai encolher 3,5% este ano, enquanto o mundo tem crescimento, e que o Brasil vai fechar 1,6 milhão de empregos com carteira assinada. O Governo não tem “nenhuma credibilidade, não há confiança” nem investimentos. “O país está à deriva, e não há atitudes para solucionar os problemas”, disse Skaf.  
(Trecho extraído do site da FIESP)

## RESUMO

O apoio formal da FIESP ao processo de *impeachment* que afastou a presidenta Dilma Rousseff, além de ter sido algo inédito na história da entidade industrial, foi uma guinada na relação criada com o PT e, mais precisamente, com o governo da citada mandatária. Até porque, tal governo atendeu quase totalmente as sugestões da FIESP sobre políticas econômicas, ao mesmo tempo em que recebia vários elogios públicos dessa que ainda é a principal entidade de classe industrial do país. Mais ainda, o afastamento de Rousseff da Presidência da República encerrou um período (2003-2014) marcado pela forte atuação da frente política formada por segmentos populares da sociedade e, inclusive, pela própria FIESP. Assim, este apoio ao *impeachment* será investigado, buscando elucidar a projeção econômica que o empresariado industrial do estado de São Paulo materializou ao decidir atuar politicamente a favor do impedimento da presidenta Dilma Rousseff e, portanto, contra a manutenção de um projeto que, desde meados dos anos 2000, combinava crescimento econômico com certo grau de distribuição de renda. Isto foi feito *pari passu* a busca dos seguintes objetivos específicos: A) explicitar o contexto político e econômico do período que antecedeu o referido processo de impedimento; B) explicitar como a FIESP abandonou o apoio ao padrão liberal periférico advindo do Consenso de Washington e formou a frente neodesenvolvimentista, que deu sustentação aos governos petistas para, posteriormente, abandoná-la em prol do impedimento de 2016; C) explicar como a crise 2014-2016 levou a FIESP a defender medidas econômicas prometidas pelo MDB, ligadas à ortodoxia econômica, que não seriam implementadas no governo petista. Utilizou-se, para tanto, uma revisão bibliográfica que possui uma dupla perspectiva, tanto exploratória, quanto explicativa. A perspectiva exploratória se evidencia no estudo a respeito de teorias e conceitos econômicos, que formarão o instrumental teórico desta dissertação. A perspectiva explicativa se evidencia quando, à luz do aparato trazido pela pesquisa exploratória prévia, a pesquisa passa a explicitar os fatores econômicos que justificam (ou pelo menos explicam) o apoio da FIESP ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Além disso, este trabalho se valeu das notícias veiculadas nos órgãos de imprensa das entidades de classe em análise, como da grande mídia corporativa. Foi identificado que o apoio da referida entidade industrial ao *impeachment* buscava, em um novo cenário econômico e político, manter o processo de redução de custos para o setor industrial que já estava em curso, mas agora ocorreria em novas bases. Essa estratégia da FIESP, aqui denominada de Agenda FIESP II, tem se mostrado incapaz de criar as condições necessárias para a superação da condição de dependência que o Brasil se encontra. Pelo contrário, a adoção das políticas realizadas após o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República tem aprofundado a dependência da economia brasileira, com potencial de destruir o que se conquistou desde a Revolução de 30.

**Palavras-chave:** FIESP. *Impeachment*. Agenda FIESP II. Burguesia Interna. Frente Neodesenvolvimentista. Bloco no Poder.

## ABSTRACT

FIESP's formal support for the impeachment process that removed President Dilma Rousseff, besides being unprecedented in the history of the industrial entity, was a turning point in the relationship that was created with the PT and, more precisely, with the government of the aforementioned representative. Especially because, the government followed almost entirely FIESP's suggestions on economic policies, and at the same time, they received much public support from this entity that remains the main industrial-class entity in the country. Rousseff's removal from the Presidency of the Republic ended a period (2003-2014) marked by the strong action of the political front formed by popular segments of society and even by FIESP itself. For this reason, the referred support for the impeachment will be investigated to elucidate the economic projection that the industrial class of the state of São Paulo materialized by deciding to act politically in favor of President Dilma Rousseff's impeachment. In consequence, against the maintenance of a project that, since the mid-2000s, combined economic growth with some degree of income distribution. This was done, *pari passu*, pursuing the following specific objectives: A) to clarify the political and economic context of the period preceding the impeachment process; B) to explain how FIESP abandoned its support for the liberal standard from the Washington Consensus and formed the neo-developmental front that supported the PT governments, to later on, abandon it in favor of the 2016 impeachment; C) to explain how the 2014-2016 crisis led FIESP to defend economic measures proposed by the MDB, linked to orthodox economics, that would not be implemented in PT's government. A bibliographic review has been used in a double perspective, both exploratory and explanatory. The exploratory perspective is observed in the study of the economic theories and concepts, that will form the theoretical base of this dissertation. The explanatory perspective is evident when, in the light of the subjects brought by the previous exploratory research, this dissertation goes on to explain the economic factors that justify (or at least explain) FIESP's support for President Dilma Rousseff's impeachment. In addition, this work relied on the news published in the press of the class entities under analysis, as well as the mainstream corporate media. It was concluded that the support of the referred industrial entity to the impeachment was sought to maintain the process of cost reduction for the industrial sector that was already in course, but now under new bases and in a new economic and political scenario. The FIESP strategy, here referred to as the "Agenda FIESP II", has been unable to create the necessary conditions to overcome Brazil's dependency condition. On the contrary, the adoption of policies carried out after Dilma Rousseff's removal from the Presidency of the Republic has deepened the dependence of the Brazilian economy, with the potential to destroy what has been achieved since the 1930 Revolution.

**Keywords:** FIESP. Impeachment. Strategy FIESP II. Internal bourgeoisie. Neo-developmental front. Bloc in power.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego Mensal – Brasil, 2002.03-2015.12	71
Gráfico 2 – Reservas Internacionais – US\$ bilhões, Mensal – Brasil, 2009.12-2019.11	72
Gráfico 3 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Variação mensal durante o Plano Real (%), julho 1994 - agosto 2013	73
Gráfico 4 – Dívida Pública Total – Mensal – Brasil, 1991.01-2016.05	73
Gráfico 5 – Renda domiciliar – participação dos 50% mais pobres – Anual de 1988 até 2014	77
Gráfico 6 – Indústria de Transformação (% do PIB), Brasil, 1948 a 2018 (nova série compatibilizada para o SCN Ref. 2010 com correções das quebras metodológicas e <i>dummy</i> financeiro)	86
Gráfico 7 – Evolução do número de greves, Brasil, 1984-2018	122



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Inflação, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, Brasil –1996-2011	82
Tabela 2 –	Gastos não financeiros do governo central 1999/2012 (% do PIB)	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abicalçados	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abinee	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
Abiplast	Associação Brasileira da Indústria do Plástico
Abiquim	Associação Brasileira da Indústria Química
Abit	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
Abrinq	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
Bacen	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S/A
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIB	Centro Industrial do Brasil
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CODACE	Comitê de Datação de Ciclos Econômicos
COI	Custo com as Operações Industriais
Copom	Comitê de Política Monetária
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDS	Departamento de Desenvolvimento Sustentável
Deagro	Departamento do Agronegócio

DECOMTEC	Departamento de Competitividade e Tecnologia
Deconcic	Departamento da Indústria da Construção e Mineração
Deinfra	Departamento de Infraestrutura
Dejur	Departamento Jurídico
Deapar	Departamento de Ação Regional
Depecon	Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos
Derec	Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior
DEREX	Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
ENFs	Empresas não Financeiras
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
NME	Nova Matriz Econômica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBM	Plano Brasil Melhor
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social

RICD	Regimento interno da Câmara dos Deputados
RPPS	Regimes Próprios de Previdência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
STF	Supremo Tribunal Federal
TR	Taxa Referencial
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UGT	União Geral de Trabalhadores
VBPI	Valor Bruto da Produção Industrial
VTI	Valor de Transformação de Industrial

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2</b>	<b>A FIESP E O <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF</b>	20
2.1	O ESTADO NO PLANO CONCRETO-REAL E O BLOCO NO PODER	20
2.2	A FORMAÇÃO DA FIESP	27
2.3	O <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF	34
2.4	A FIESP COMO INTEGRANTE DA BURGUESIA INTERNA E A SUA RELAÇÃO COM O BLOCO NO PODER	40
<b>3</b>	<b>ALTERAÇÕES NO BLOCO DO PODER E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO</b>	48
3.1	A FIESP, O ESTADO BRASILEIRO E A TRAJETÓRIA DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE FUNDAMENTOS ECONÔMICOS	48
3.2	A FIESP E A CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO	54
3.3	A FIESP E A FORMAÇÃO DE UMA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA PARA PROMOÇÃO DE MUDANÇAS NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO	65
<b>4</b>	<b>A CRISE 2014-2016. O APOIO AO <i>IMPEACHMENT</i> PELA FIESP</b>	80
4.1	AJUSTE FISCAL, O GERME DA NOVA MATRIZ ECONÔMICA E OS AFAGOS AO GOVERNO	80
4.2	A AGENDA FIESP	88
4.3	A CRISE ECONÔMICA 2014-2016 E O SETOR INDUSTRIAL	95
4.4	O DIAGNÓSTICO ORTODOXO DA CRISE E A FIESP	101
4.5	O APOIO AO <i>IMPEACHMENT</i> E A AGENDA FIESP II	108
4.6	ANÁLISE CRÍTICA DO APOIO DA FIESP AO <i>IMPEACHMENT</i> DE 2016	126
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	138
	<b>REFERÊNCIAS</b>	142

## 1 INTRODUÇÃO

A expressão latina “*tu quoque*” derivou do conhecido episódio da história romana, no qual o sobrinho do imperador Júlio César, Marcus Junius Brutus, conspira com seus opositores e promove o assassinato deste em uma reunião do senado. A célebre frase teria sido proferida por César ao notar entre seus algozes “Brutus”, por quem tinha bastante consideração.

Sentimento semelhante deve ter tomado a presidenta Dilma Rousseff ao notar o apoio da principal entidade de classe industrial do país ao seu *impeachment*, fato inédito na história tanto do país, quanto da entidade, mesmo após diversos elogios públicos ao seu governo e a implementação de diversas medidas econômicas sugeridas pela própria FIESP.

Diante desse histórico recente, de afagos ao governo em período próximo, resta evidente que o apoio da FIESP ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff merece ser investigado. Com efeito, a temática em apreço é relevante, especialmente por conta da FIESP ter alicerçado (como pode ser verificado nas diversas entrevistas, documentos, matérias, participações e atuações em conselhos e fóruns) os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Este quadro fica ainda mais complexo ao se constatar que o governo Dilma, na maior parte de seu primeiro mandato, implementou, como medidas de governo, grande parte da pauta de reivindicações da FIESP. Como explicar, por exemplo, que a mesma entidade que deu os contornos daquilo que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica tenha decidido apoiar um processo que levaria ao rompimento do projeto governamental que a embasava?

Desse modo, o apoio da FIESP ao *impeachment* será investigado buscando elucidar a projeção econômica que o empresariado industrial do estado de São Paulo materializou ao decidir atuar politicamente a favor do impedimento da presidenta Dilma Rousseff e, portanto, contra a manutenção de um projeto que, desde meados dos anos 2000, combinava crescimento econômico com certo grau de distribuição de renda.

O presente trabalho, materializado especialmente através de revisão bibliográfica, possui uma dupla perspectiva, tanto exploratória, quanto explicativa. A perspectiva exploratória se evidencia no estudo a respeito de teorias e conceitos econômicos que formarão o instrumental teórico desta dissertação. A perspectiva explicativa se evidencia quando, à luz do aparato trazido pela pesquisa exploratória prévia, a pesquisa passa a explicitar os fatores econômicos que

justificam (ou, pelo menos, explicam) o apoio da FIESP ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

O objetivo geral da presente dissertação foi identificar as razões econômicas que justificariam o apoio da FIESP ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Os objetivos específicos são os seguintes: A) explicitar o contexto político e econômico do período que antecedeu o referido processo de impedimento; B) explicitar como a FIESP abandonou o apoio ao padrão liberal periférico advindo do Consenso de Washington e formou a frente neodesenvolvimentista que deu sustentação aos governos petistas para, posteriormente, abandoná-la em prol do impedimento de 2016; C) explicar como a crise 2014-2016 levou a FIESP a defender medidas econômicas prometidas pelo MDB, ligadas à ortodoxia econômica, que não seriam implementadas no governo petista.

Para materializar o cumprimento dos objetivos acima mencionados, foi necessário apontar as formas como as frações e as classes, em suas lutas políticas na cena política, exercem seu poder, em um plano concreto-real de análise do Estado. Destarte, do ponto de vista metodológico, colhendo os ensinamentos de Pinto e Balanco (2014, p. 40), a presente dissertação parte do pressuposto de que “o existente, a verdadeira dimensão a ser apreendida, é um objeto concreto-real determinado histórica e geograficamente”.

Como consequência praticamente direta desta opção metodológica, surge, de maneira orgânica no presente texto, a necessidade de se utilizar da categoria Bloco no Poder, elaboração teórica de Nico Poulantzas em relação ao Estado, constituindo-se como “a expressão da maneira como, temporariamente estão configuradas as relações entre as classes dominantes ao estabelecer um tipo específico e temporário de relação com o Estado capitalista” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 918).

Ou seja, a partir de uma análise concreto-real do estado perante as lutas políticas, se buscou desvendar o lugar da FIESP como integrante da burguesia interna, bem como a relação desta com o bloco no poder, no processo de impedimento de 2016. Para tanto, também será utilizada outra contribuição teórica de Nico Poulantzas, qual seja, a análise e conceituação de Burguesia interna, inserida na análise que este autor materializa acerca das classes sociais em países dependentes economicamente.

No primeiro capítulo, após serem fixados os contornos conceituais e metodológicos do trabalho, acima mencionados, foi abordada a formação da FIESP enquanto federação fundada para defender os específicos interesses dos industriais paulistas (até então representados por associações comerciais, que apresentavam pautas muitas vezes colidentes ao do setor industrial) e, em seguida, será descortinado formalmente como se deu o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff. Por fim, demonstrou-se como a FIESP, compondo o bloco no poder, na condição de burguesia interna, se vale de suas áreas de poder no seio do aparelho de Estado para disputar melhores posições no interior do próprio bloco, o que em determinado contexto pode coincidir ou não com os interesses do capital externo.

No segundo capítulo foi demonstrado como as alterações no bloco do poder repercutem no padrão de desenvolvimento capitalista do país. Para tanto, inicialmente, foi intercalada a relação entre a FIESP (na condição de representante do setor industrial) e a dependência da economia brasileira, à luz do aporte teórico da teoria da dependência. Ao fim do capítulo, foi abordada a consolidação do padrão de desenvolvimento liberal periférico, com a explicitação de alteração de atributos integrantes deste quando da formação de uma frente neodesenvolvimentista, sendo a FIESP uma interlocutora relevante em tal processo.

Para contextualizar a economia do Brasil como uma economia dependente, dentro do referido capítulo, foi abordada a Teoria da Dependência, à luz da contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Falleto (sem a intenção de explorar os inúmeros debates promovidos pelos teóricos da dependência no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970), cuja análise acerca da dependência brasileira possui o mérito de desmistificar o imperialismo (aqui usado no termo clássico) como uma mera força externa que impõe sujeições aos domésticos, expressando, a bem da verdade, uma relação reproduzida internamente no bojo da própria economia dependente, o que vai ao encontro da conceituação de burguesia interna trazida por Nico Poulantzas e já mencionada acima.

Ainda neste segundo capítulo, até para abordar com maior riqueza posterior o rompimento da FIESP com o governo petista, é necessário explicitar brevemente como se deu a aproximação inicial entre o Partido dos Trabalhadores e diversos setores da burguesia interna. Para tanto, é importante assinalar que a vitória do PT nas eleições de 2002 foi resultado direto do distanciamento que importantes setores da burguesia brasileira realizaram do receituário defendido pelo Consenso de Washington, ocorrido no final da década de 1980 e em toda década



de 1990 e cuja aplicação alterou o padrão de desenvolvimento da economia brasileira, com a troca do padrão de substituição de importações pelo padrão de desenvolvimento liberal periférico.

Para Luiz Filgueiras, um padrão de desenvolvimento capitalista é definido e identificado por uma série de atributos que delimitam, organizam e estruturam a dinâmica do processo de acumulação de capital e as formações sociais a ele subjacentes, existentes em certo Estado nacional, sendo que o referido teórico considera o principal destes atributos a configuração do Bloco no Poder durante um determinado período histórico.

O padrão advindo da utopia neoliberal, chamado por Luiz Filgueiras de Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, atendia a alguns interesses do empresariado industrial, sobretudo no que dizia respeito às reformas ligadas à legislação trabalhista e às políticas sociais (por exemplo, a reforma previdenciária). No entanto, este receituário que gerou o padrão liberal periférico também implicava em significativos prejuízos a diversos interesses da indústria nacional. Por exemplo, a abertura da economia, a valorização cambial, os juros em patamares elevados, dentre outros, demonstram como a adoção daquele padrão também impactava negativamente nas atividades do setor industrial.

Portanto, ao mesmo tempo em que o padrão de desenvolvimento inaugurado com a implantação das medidas prescritas pelo Consenso de Washington interessava a setores da burguesia interna pela diminuição dos custos com os trabalhadores, significava também a interdição da possibilidade de que fossem implantadas medidas que dinamizassem e expandissem o setor produtivo naquela quadra histórica. Deste modo, esses setores, ao se distanciarem do receituário que inaugurou no país padrão de desenvolvimento liberal periférico, abriam uma janela de oportunidades que só se explica pelo estabelecimento de um novo paradigma para as políticas econômicas do Estado.

Paralela a tal constatação, uma importante transformação foi sendo operada na plataforma política defendida pelo Partido dos Trabalhadores, uma vez que o radicalismo inicial do partido e a ambiciosa defesa de reformas estatizantes, apresentada na eleição de 1989, foram se transformando gradualmente e um personagem importante da vida política do país passou a ser aceito ou, pelo menos, tolerado por relevantes setores da burguesia nacional.

Desta maneira, foi materializada uma frente neodesenvolvimentista, que é uma expressão utilizada pelo professor Armando Boito Junior para definir a frente política que deu sustentação aos governos do PT, que era integrada pela própria FIESP. Os governos petistas, conforme se demonstrará, amparados pela referida frente, provocarão alterações em alguns atributos do padrão de desenvolvimento liberal periférico.

A frente neodesenvolvimentista formada, integrada pela FIESP, que deu a sustentação aos governos petistas, acabou por provocar alterações relevantes no bloco no poder e em outros atributos inerentes ao padrão de desenvolvimento liberal periférico, conforme será demonstrado também no segundo capítulo, ainda que esta dissertação não possua a pretensão de afirmar que houve uma mudança do padrão de desenvolvimento, mas, sim, uma mudança dentro do próprio padrão de desenvolvimento liberal periférico.

No terceiro capítulo foi investigado e abordado como se deu o movimento da FIESP ao abandonar a referida frente neodesenvolvimentista, mesmo tendo, relativamente pouco tempo antes, realizado diversos afagos ao governo Dilma Rousseff. A presidenta havia implementado, inclusive, as medidas econômicas defendidas pela entidade industrialista, que foram denominadas como Nova Matriz Econômica pelo próprio secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, alcunhadas também de maneira até certo ponto irônica de Agenda FIESP.

A chamada Agenda FIESP se materializou por uma série de medidas governamentais visando a retomada do crescimento econômico mediante pretensa indução de investimentos pelo setor privado e se caracterizou pela desvalorização do câmbio, diminuição dos juros, retenção dos gastos e dos investimentos públicos e uma ampla política de desonerações tributárias, combinados com o represamento das tarifas de energia e com um alargamento do crédito do BNDES.

Porém, essa estratégia industrialista não só foi incapaz de recuperar o crescimento econômico, como, pelo contrário, não impediu a deflagração da crise econômica materializada nos anos 2014-2016. Neste ponto, será questionado e elucidado: quais as pretensas razões econômicas e o contexto econômico no qual a FIESP, além de abandonar a frente neodesenvolvimentista, tornou-se umas das vozes mais fortes em prol do impedimento de Dilma Rousseff em 2016?

## 2 A FIESP E O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

### 2.1 O ESTADO NO PLANO CONCRETO-REAL E O BLOCO NO PODER

A análise do apoio da FIESP ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff requer a identificação do lugar (político e social) sobre o qual os empresários industriais estabelecem suas relações (capacidade de influenciar, dirigir etc.) com o Estado. A identificação desse espaço contribui para um melhor entendimento das táticas e estratégias utilizadas pelo empresariado industrial para buscar alcançar os seus objetivos econômicos.

Dado que o *impeachment* de um Presidente da República no Brasil é um processo que ocorre na esfera do Estado, é relevante elucidar qual o sentido de uma entidade de classe, que representa os industriais do estado de São Paulo (a FIESP), ter aprovado, formalmente, o apoio ao processo que acabou por destituir a Presidenta da República Dilma Vana Rousseff. Cabe questionar: quais teriam sido as expectativas do empresariado industrial paulista, em relação ao *impeachment*, que balizaram a tomada dessa decisão? Quais os efeitos esperados na economia brasileira? E, por fim, quais os interesses da FIESP em relação ao Estado que justificariam tal “intromissão”?

É digno de nota o ineditismo desse posicionamento da FIESP, sobretudo quando se verifica que nunca na história da República brasileira (que se entrelaça com a própria história da FIESP) a entidade tomou decisão parecida. Quer seja no conturbado processo que levou à morte de Getúlio Vargas, ou, ainda, no golpe civil-militar que retirou João Goulart da presidência, bem como no *impeachment* de Fernando Collor, a FIESP nunca havia formalizado seu posicionamento em favor do afastamento de um presidente. Aliás, tal postura se torna mais extravagante ao verificar que o governo Dilma tinha atendido quase todas as exigências dessa entidade<sup>1</sup> e que seus dirigentes, por meio dos grandes meios de comunicação, faziam generosos elogios ao governo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O primeiro mandato de Dilma foi caracterizado pelos atendimentos das bandeiras defendidas pela FIESP. A “nova matriz econômica” foi denominação dada ao conjunto de medidas que atendiam ao empresariado industrial, como: redução de tarifas de energia elétrica e de taxas de juros; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; crédito subsidiado e desonerações tributárias; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Ver: Bastos (2017, p. 3).

<sup>2</sup> É possível constatar a postura aliada da FIESP ao governo da presidenta Dilma em, ao menos, duas longas entrevistas televisionadas: a entrevista ao programa *É Notícia*, com Kennedy Alencar, em maio de 2013, *Roda Viva*, em Pelo menos foi assim até a eleição de 2014, quando Paulo Skaf se afastou da presidência da entidade

Em entrevista à imprensa, concedida em 14 de dezembro de 2015, o presidente da FIESP e CIESP, Paulo Skaf – à época, também integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – afirmou que:

a decisão de apoio ao afastamento da presidente foi aprovada por unanimidade pelo comando da Fiesp e do Ciesp, em reunião nesta segunda-feira. Skaf disse que o país está à deriva e que falta credibilidade ao governo. Segundo o presidente da Fiesp e Ciesp, a presidente não está interessada em resolver os problemas do país, mas sim quer "aumentar impostos" (AGOSTINE, 2015).

Pelo que foi noticiado pela imprensa (inclusive, a da própria FIESP), fica evidente que, por parte dos industriais de São Paulo, não havia nenhuma preocupação com os aspectos jurídicos e constitucionais do processo de *impeachment*. A preocupação dos empresários industriais, representados pela FIESP, dizia respeito, isso sim, ao interesse de alterar a condução da política econômica, mediante o afastamento da Presidenta da República.

Portanto, mostra-se relevante a análise do apoio da FIESP ao processo de *impeachment*, buscando desvendar os interesses da entidade em relação à condução esperada do Estado brasileiro após o afastamento da presidenta eleita. Para tanto, cumpre dar nota que no modo de produção capitalista (MPC)<sup>3</sup>, o conflito entre capital e Estado só costuma ser percebido quando se observa os capitalistas individualmente (frações de classe), nas disputas que realizam com o Estado em um determinado momento histórico e em um certo território<sup>4</sup> (plano concreto real<sup>5</sup>/nível conjuntural).

---

para concorrer à eleição do governo do estado de São Paulo e pesquisas indicavam que a presidenta Dilma possuía 47% de rejeição do eleitorado de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1488345-alta-rejeicao-de-dilma-em-sp-preocupa-campanha-petista.shtml>>.

<sup>3</sup> Segundo Poulantzas (*apud* PINTO; BALANCO, 2014, p. 40), o MPC representa uma combinação de uma combinação de variadas estruturas e práticas que compreendem diversos níveis, tais como o econômico, o ideológico e o político, sendo que – em última instância – com dominância do econômico. Esse todo complexo (o conceito de MPC) representa um modelo indicativo, que pode ser manejado, em termos analíticos, por meio de uma divisão mais exaustiva. Ou seja, é um objeto abstrato-formal que tem, portanto, como finalidade criar um modelo que possa ser útil para interpretar a realidade. Na verdade, o existente – a realidade (objeto concreto-real) – é uma formação social (FS) determinada historicamente, que corresponde a um todo social – em seu sentido mais amplo – condicionado pelo momento de sua existência histórica, como foram: a França de Luís Bonaparte, a Inglaterra da Revolução Industrial, dentre outros.

<sup>4</sup> Neste caso território é entendido como uma porção de qualquer espaço identificado como uma área em que uma comunidade ou Estado exercitem seu poder ou domínio.

<sup>5</sup> O objeto concreto-real, no âmbito do processo de produção do conhecimento, corresponde a um recurso metodológico. Ele satisfaz o existente, a verdadeira dimensão a ser apreendida. Já o objeto abstrato-formal, embora não exista no mundo real, pode, porém, ser utilizado para fins operacionais na construção de um modelo que contribua para a interpretação da realidade (PINTO; BALANCO, 2014, p. 40).

Isto porque, na dimensão do capital em geral ou do próprio modo de produção capitalista (plano abstrato-formal), o Estado é a forma política da sociedade burguesa – ou seja, o poder de Estado corresponde perfeitamente ao poder de classe. No plano abstrato-formal, a correspondência do poder de Estado com o poder de classe se justifica pela razão de que o Estado não se torna uma força social autônoma ou desprendida da sociedade quando, em certos contextos históricos, adquire certo grau de autonomia (CODATO; PERISSINOTO *apud* PINTO; BALANCO, 2014, p. 40-41).

De acordo com Pinto e Balanco (2014, p. 40-41), é no plano abstrato formal que o Estado cumpre o papel de grande organizador, seja da acumulação da ordem capitalista, seja atuando na edificação e gerenciamento de elementos econômicos e institucionais que são importantes para a acumulação de capital. Sendo que, geralmente, o Estado assenta sua atuação no:

(i) monopólio do uso da violência para garantir e proteger a propriedade privada; na (ii) formulação e imposição das leis (destacadamente as referentes à gestão estatal da força de trabalho) que criam os instrumentos legais para o cumprimento dos contratos e regulam a forma de trabalho por meio da disciplina do trabalho e da insegurança do emprego; e na (iii) gestão da moeda, da tributação e da dívida pública (políticas monetárias e fiscais) que garantam a estabilidade do valor real da moeda, a regulação do conflito distributivo e assegure a previsibilidade para a rentabilidade (ou cálculo empresarial privado etc.) (BRUNHOFF, 1985; PANITCH; GINDIN, 2005; CARDOSO JR.; PINTO; TARSO, 2010 *apud* PINTO; BALANCO, 2014, p. 41-42).

Essa análise do Estado no plano abstrato-formal, apesar de útil para entender que, em última instância, o Estado é a forma política da sociedade burguesa e se identifica plenamente com o poder de classe (expressando os interesses da classe dominante), é insuficiente para explicar as causas que levaram a FIESP a defender (disputar posição, portanto) o *impeachment* de Dilma Rousseff. É que, restringindo a análise ao plano abstrato-formal, esta disputa promovida pela FIESP faria pouco sentido, visto que o Estado, neste plano e no dizer de Pinto e Balanco (2014, p. 41), “atua em prol, no longo prazo, dos capitalistas como coletividade”. Aliás, em tais termos, a própria ideia de uma teoria de Estado perderia significado.

Apesar de adequada no plano abstrato-formal, a ideia de que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42) pode acarretar uma noção instrumental do Estado<sup>6</sup>, na medida em que

---

<sup>6</sup> Esta noção supõe o Estado como uma entidade passiva que é constituída como reflexo da sociedade (no caso em

o Estado pode ser visto erroneamente como uma ditadura de classe, para a qual se reproduz mecanicamente a dominação existente na base estrutural ou, em outros termos, na esfera da produção material. Bem por isso, como salientaram Pinto e Balanco (2014, p. 41), tal ideia – embora tenha o mérito de capturar o papel do Estado no plano abstrato-formal, no qual o capital em geral garante, por meio do Estado, sua condição de continuidade – não consegue dar conta da complexidade que envolve o Estado como *locus* político, no qual ocorre o confronto entre as frações das classes dominantes, entre si, e perante as classes dominadas.

Neste sentido, é oportuno considerar que a análise do papel do Estado no processo de acumulação e reprodução do capital não deve se restringir a analisar o fenômeno da acumulação do capital em geral (em um nível mais elevado de abstração ou plano abstrato-formal), devendo, também, apontar as formas como as frações e as classes – em suas lutas políticas na cena política<sup>7</sup> – exercem seu poder, na tentativa de garantir a manutenção ou ampliação da sua parcela da renda e da riqueza, por via da influência que exerce nos aparelhos do Estado, buscando, assim, interferir em favor da concretização de políticas públicas que as favoreçam (PINTO; BALANCO, 2014, p. 40-41).

É neste plano (concreto-real) que a análise da decisão da FIESP de apoiar o impedimento encontra sentido. A partir deste enfoque, é possível observar que o conjunto de golpes desferido pela entidade de classe (declarações públicas, entrevistas à imprensa, financiamento de manifestantes, participação em manifestações de rua, *lobby* junto aos deputados e senadores etc.), com o intuito de garantir a cassação do mandato de Dilma Rousseff, fazia parte de uma estratégia definida para garantir na cena política a manutenção (não se tinha expectativas de ampliação) dos seus ganhos.

O entendimento do comportamento da FIESP (fração de classe) requer uma análise que esteja respaldada em um nível menor de abstração (plano concreto-real), em que os aspectos

---

ela, como mero comitê da burguesia). Esta suposição esvazia a dimensão política no nível concreto-real (conjuntura) do Estado, dado que não incluem a análise dos condicionantes internos ao Estado (sua ossatura e disputa interna) que são essenciais para entender a construção e adoção das medidas de Estado, sobretudo das políticas econômicas (PINTO; BALANCO, 2014, p. 39-40).

<sup>7</sup> O conceito de cena política, elaborado por Poulantzas, tem na luta que as classes e frações de classes dominantes realizam para alcançar a hegemonia no interior do bloco no poder (conceito que ainda será apresentado) seus conteúdos basilares. Ainda que não tenham sido contempladas pela reflexão de Poulantzas, como uma das operações de dominação das classes dominadas, a presença das classes trabalhadoras na cena política, a relação entre a instituição do sufrágio universal, a atividade política como carreira institucionalizada e a competição eleitoral, o conceito tem se mostrado instrumento importante na análise política (PINHEIRO, 2006, p. 149).

conjunturais das disputas existentes entre classes e frações de classe, ocorridas em certo território, em determinado momento histórico, sejam considerados.

Para tanto, é necessário acolher como elementos para análise do Estado, enquanto o *locus* político em que ocorrem as disputas entre os segmentos dominantes e os segmentos populares e enquanto local onde se configura a hegemonia de uma das frações da classe dominante (PINTO; BALANCO, 2014, p. 41), os seguintes tópicos: A) o grau de dependência externa da economia em que se dão as disputas entre as classes e frações; B) o modo de atuação das frações da classe diante do contexto de economia dependente; C) a forma específica de configuração das frações de classe e das classes em sua relação com o Estado.

Nesse sentido, perpassando pelas questões levantadas acima, como a decisão de apoiar o *impeachment* de Rousseff revela o tipo de relação que a FIESP quer ter com o Estado, o estudo de como se conforma politicamente a articulação de seus interesses enquanto fração de classe é imprescindível. Assim, para materializar a análise no plano concreto-real será utilizada a categoria “Bloco no Poder”, elaborada por Poulantzas, fundamental para fomentar a análise empreendida nesta dissertação, conforme estará evidenciado doravante.

Considerando que em uma formação social coexistem várias classes e frações de classe em intensas e constantes lutas, faz-se necessário entender a forma de dominação que está submetida ao *locus* das disputas políticas de classe (Estado), ou seja, a forma como, na realidade concreta, a dominação se dá mediante as disputas pela hegemonia do Estado. Por isso, se o objetivo for compreender a realidade material do Estado, criada pelas especificidades fomentadas pelas lutas políticas das frações das classes dominantes na história (é o caso da crise política que envolveu o processo do *impeachment* da presidenta Dilma), é necessário usar o objeto (concreto-real) da categoria bloco no poder (PINTO; BALANCO, 2014, p. 45).

O bloco no poder se constitui como um conceito que cobre uma unidade política específica, na qual ocorre uma relação entre um jogo institucional estabelecido nos limites da estrutura do Estado capitalista, de um lado, e uma configuração, também específica, da maneira como as classes e frações de classe dominantes se relacionam em seus desenlaces no Estado capitalista, de outro lado (POULANTZAS *apud* PINTO; BALANCO, 2014, p. 45).

Assim sendo, o conceito de bloco no poder indica a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante. O termo unidade corresponde ao interesse do conjunto dos capitalistas em garantir as condições gerais de reprodução do capitalismo, seja na conservação da propriedade privada dos meios de produção, seja na reprodução da força de trabalho como mercadoria. Por outro lado, se menciona que se trata de uma unidade “contraditória” devido ao fato dos capitalistas se distribuírem (ainda que mantida aquela unidade geral) de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção, constituindo-se em frações de classe que buscam garantir seus interesses específicos.

Com efeito, as fases do ciclo de reprodução do capital (capital dinheiro, capital produtivo, capital comercial), o poder econômico das empresas (grande capital, médio capital, capital monopolista), as relações variadas das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para a exportação) são algumas das distintas posições que possibilitam a divisão da burguesia em frações de classe (BOITO JUNIOR, 2005, p. 54-55), que se unificam, contraditoriamente, como bloco no poder.

O bloco no poder, portanto, pressupõe uma unidade contraditória entre as diferentes frações de classe dominantes. A unidade corresponde aos sacrifícios mútuos entre as frações de classe com vistas à construção de uma relativa unidade em todos os níveis da luta de classes. Trata-se de uma unidade política, econômica e ideológica contra a classe trabalhadora. O Estado, por meio das suas políticas, articula os interesses das distintas classes e frações de classe dominantes: não se trata de um acordo explícito, mas de uma unidade política em torno da manutenção da ordem social garantida pelo aparelho de Estado. Na articulação do bloco no poder, há a tendência à formação de uma fração hegemônica com capacidade de obter prioritariamente os benefícios da política estatal: política externa, política econômica e política social. Nem sempre é a fração que obtém mais lucros. A fração hegemônica controla as políticas governamentais, influi na sua elaboração e se beneficia delas (BERRINGER, 2015, p. 10).

De outra maneira, pode-se afirmar que o bloco no poder é a expressão da maneira como, temporariamente (portanto, de maneira datada), estão configuradas as relações entre as classes dominantes ao estabelecer um tipo específico e temporário de relação com o Estado capitalista (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 918).

Em síntese apertada, é possível dizer que o bloco no poder é a união de diferentes e, por vezes, divergentes classes e frações de classes que, sob a hegemonia de uma dessas classes ou frações, relaciona-se com o Estado capitalista. Esta hegemonia, que se estabelece no interior do bloco



no poder, ocorre graças à capacidade que uma dessas classes ou fração possui de unificar/liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos do restante das classes e frações que compõem o bloco, ainda que isto não anule as contendas existentes no interior do bloco (PINTO, 2010, p. 61-62; TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 910).

Neste contexto, para entender as razões, motivos e interesses que determinaram o apoio da FIESP ao *impeachment* ocorrido em 2016, é necessário identificar como esta entidade – enquanto integrante da burguesia interna, numa economia técnica e financeiramente dependente – estava posicionada no bloco no poder. Além disso, também é importante analisar como se configurava a correlação de forças no interior do bloco no poder e quais instrumentos eram usados nessa luta (estabelecimento de alianças, formação de frentes políticas etc.).

Esta análise somente será possível se for levado em conta que as classes e frações de classe atuam politicamente e que, portanto, avaliam as conjunturas ao traçar seus objetivos, podendo representar avanços ou recuos de sua posição no interior do bloco no poder. Tanto é assim que Pinto e Balanco (2014, p. 46) posicionaram o bloco no poder na dimensão política ao explanarem que:

(...) na medida em que recobre o campo das práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes numa determinada conjuntura histórica de uma formação social. Com isso, no nível concreto-real, o bloco no poder acaba assumindo uma função equivalente ao conceito de forma de Estado. É preciso destacar ainda que a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder é dada pela capacidade desta em liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais frações e classes do bloco. Quando essa hegemonia alcança o conjunto da sociedade (abarcando dominantes e dominados) ela deixa de ser restrita e passa a ser ampla (PINTO; BALANCO, 2014, p. 46).

Em resumo, tem-se que a demarcação política de dominação-subordinação na sociedade capitalista não deve se restringir à dicotomia entre dominantes e dominados, dado que dentro de uma formação social (concreto-real) se verifica a existência de diversas classes e frações de classe que se opõem constantemente – em determinado tempo histórico e espaço geográfico –, e que algumas delas, inclusive, constituem-se como classe e frações dominantes (PINTO, 2010, p. 58).

Bem por isso, Teixeira e Pinto (2012, p. 920) afirmaram que o Estado, do ponto de vista do concreto-real, pode ser genericamente entendido como o espaço no qual se dá a disputa das

frações do bloco no poder, que miram, simultaneamente, a manutenção ou ampliação de seu pedaço da riqueza e renda e o aumento de sua participação no aspecto político e ideológico.

A FIESP, compondo o bloco no poder na condição de burguesia interna, vale-se (como todas as outras frações burguesas) de suas áreas de poder no seio do aparelho de Estado para disputar melhores posições no interior do próprio bloco ou, pelo menos, reduzir (quando for este o caso) as prováveis perdas que novas conjunturas poderiam lhe infligir. Este fenômeno restou bem evidenciado no caso da disputa política que envolveu o processo de cassação do mandato da primeira mulher eleita Presidenta da República, conforme se demonstrará no curso do trabalho.

Firmadas tais premissas, necessário se faz abordar brevemente a história e a formação da FIESP, bem assim o próprio processo de impedimento materializado no ano de 2016, uma vez que a análise econômica a ser procedida, no plano concreto, necessita da demarcação, ainda que sucinta, tanto da natureza da entidade industrialista mencionada, quanto do próprio *impeachment*, para exata contextualização do fenômeno a ser investigado.

## 2.2 A FORMAÇÃO DA FIESP

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) se constitui como a mais importante associação representativa do empresariado industrial brasileiro. De tal sorte que sua atuação e a dos agentes históricos que ajudaram a criá-la foram, e ainda são, capazes de influenciar o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil (BARBOSA, 2008, p. 8).

O valor adicionado (VA) da indústria do estado de São Paulo correspondeu a aproximadamente 53% do VA da indústria de todo o país em 2016. O VA da indústria nacional correspondeu a cerca de 18% do PIB do país e somente o VA da indústria de São Paulo foi cerca de 10% do PIB nacional (IBGE, 2019). O parque industrial de São Paulo, frente aos outros parques existentes no país, ainda possui grande significado no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Por tudo isto e por conta do papel que a industrialização teve na trajetória que o país adotou, desde a República Velha, a história da FIESP se confunde com a própria história da industrialização do país, sendo descrita abaixo a ambiência histórica que suscitou o surgimento desta tão relevante entidade.

Com o final da primeira Guerra Mundial (1914-18), a expansão das manufaturas recebeu significativo impulso em território brasileiro. A redução do fluxo de importações para este lado do Atlântico, fruto da escassez na Europa, abriu considerável espaço para os empresários brasileiros que tinham disposição para atender a demanda. O efeito prático dessa conjunção (interesse e circunstância) foi que o número de indústrias registradas em São Paulo saltou de 314, em 1907, para 4.458, em 1920 (CALICCHIO; DELGADO, 2019b; CIESP, 2019<sup>8</sup>).

Acerca desse aumento do número de indústrias em São Paulo, em período relativamente curto, é importante registrar que as causas desse aumento ensejam muitas controvérsias, sendo, pois, objeto de intenso debate historiográfico. Na verdade, refletir acerca das causas da industrialização brasileira e paulista, como referido acima, perpassa pela própria história das entidades representativas dos interesses dos industriais, que é repleta de meandros e idas e vindas, nada próximo de um caminho reto e uniforme.

Nesse percurso, convém anotar que, até a segunda metade dos anos 1920, a maioria dos industriais brasileiros (aqui inclusos os industriais paulistas) detinha as associações comerciais como o principal instrumento de articulação de seus interesses.

Destoando, porém, dessa tendência geral, em 1904, foi fundado o Centro Industrial do Brasil (CIB), no Rio de Janeiro, que, à época, tinha se constituído como a mais expressiva associação dentre aquelas que agrupavam os industriais, com uma especificidade associativa distinta da dos comerciantes. A atuação do CIB estava muito voltada às pressões junto à administração pública, para que os interesses dos industriais fossem atendidos. Além disso, essa entidade também buscava promover cursos e conferências relacionados a temas industriais.

O CIB, com o intuito de apoiar a disseminação de novos conhecimentos e técnicas importantes para o processo industrial no país (ao mesmo tempo em que promovia suas ideias), passou a editar o Boletim do Centro Industrial do Brasil (CALICCHIO; DELGADO, 2019a; CALICCHIO; DELGADO, 2019a). Embora almejasse representar o conjunto de industriais do Brasil, sua atuação era concentrada no Rio de Janeiro e no setor têxtil.

---

<sup>8</sup> Ao longo do texto o uso da CIESP para o referenciamento das citações diretas e indiretas faz referência às informações retiradas do *site* do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo Distrital Oeste. Disponível em: <<http://www.ciespoeste.org.br/sobre/historia/>>.

Em São Paulo, nesse mesmo período em que a CIB se desenvolvia no Rio de Janeiro, ainda que já existissem associações representativas de alguns ramos industriais – como calçados e têxteis –, a principal entidade de representação dos industriais ainda era a Associação Comercial de São Paulo.

Foi somente com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, que ocorreu uma efetiva distinção dos industriais em relação aos empresários do comércio, principalmente o do comércio importador. A partir de então, os industriais paulistas começaram a se apresentar como um grupo distinto e com interesses próprios – ainda que pertencente ao empresariado urbano e às “classes conservadoras” (etiqueta repetidamente utilizada, à época, para designar, conjuntamente, a indústria, a lavoura e o comércio) (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Na verdade, a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) possui uma explicação histórica bem evidenciada. É que, a partir da segunda metade dos anos 1920, as importações de tecidos ingleses começaram a crescer muito no país, aumentando as contradições entre os interesses dos industriais e dos comerciantes, inclusive pelo fato de a indústria nacional está retornando aos níveis de produção existentes antes da Primeira Guerra.

É que, como a capacidade instalada da indústria têxtil no Brasil se encontrava elevada, resultado dos investimentos realizados depois da guerra, a concorrência externa, estimulada pela importação dos comerciantes, foi muito mal recebida pelos industriais brasileiros, que reagiram defendendo uma revisão tarifária, em que se onerassem os tecidos ingleses e desonerasse a importação de algodão (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Segundo Otávio Pupo Nogueira, dirigente do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, “a Associação, que acautelava os interesses do comércio, não agia da mesma forma com referência aos da indústria. Esta não tinha órgão de classe e vivia na rabadilha do comércio, sendo, além do mais, alvo de ataques da lavoura” (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Portanto, foi neste contexto, de acirrado confronto em torno da política econômica a ser implementada na República Velha, que ocorreu a cisão da Associação Comercial de São Paulo, possibilitando o surgimento do CIESP. Assim sendo, em 28 de fevereiro de 1928 foi publicado manifesto nos jornais de São Paulo, com assinatura de firmas como a Matarazzo, a Klabin e a Votorantim, propondo a criação do Centro (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

A criação do Ciesp ocorreu em uma reunião no Clube Comercial, na época localizado na rua São Bento, nº 47. Os fundadores instalaram uma diretoria provisória, presidida por Jorge Street, enquanto se providenciava a redação dos estatutos e a escolha da primeira diretoria permanente. A escolha do cargo principal ficou com o então maior industrial do País: o Conde Francisco Matarazzo. O segundo cargo em importância ficou para um jovem de 39 anos, Roberto Simonsen. Os demais cargos da primeira diretoria foram ocupados por representantes das principais empresas e idéias do momento, entre eles: Horácio Lafer, Jorge Street, José Ermírio de Moraes e Antonio Devisate. E, como convinha, a solenidade de posse, no primeiro dia do mês de junho foi presidida por Júlio Prestes, então governador de São Paulo (*sic*) (CIESP, 2019).

Com efeito, a partir da fundação do CIESP, os industriais paulistas começaram a defender seus interesses de maneira autônoma, organizada e centralizada, uma vez que, antes disso, por estarem atrelados a associações comerciais, a defesa de seus interesses e de suas opiniões ocorriam com muita precariedade (CIESP, 2019).

Agora sim, os industriais possuíam especificidade na defesa de seus interesses e passaram a defender de maneira mais sistemática a sua atividade como “a redenção da nação”, como se vê no contundente discurso de Roberto Cochrane Simonsen na posse da primeira diretoria da entidade, mencionado com destaque no texto abaixo:

Da posse da primeira diretora, realizada em 19 de julho de 1928, o registro mais significativo é o discurso de Simonsen, que enuncia os postulados centrais da perspectiva defendida pelos industriais para a economia brasileira, conforme constantemente assinalado pelos dirigentes posteriores do CIESP e, a partir dos anos 1930, também da FIESP. Simonsen rebateu as acusações dirigidas à indústria, freqüentemente [*sic*] tomada como uma atividade “artificial” — por não se valer majoritariamente de matérias-primas brasileiras — e responsável pela carestia. Segundo o vice-presidente do CIESP, também a indústria inglesa valer-se-ia de matérias-primas importadas, enquanto a carestia no Brasil deveria ser creditada ao “ganho médio” reduzido da população. A industrialização, ao contrário, ao proporcionar o aumento da riqueza geral, aceleraria o ingresso do país na civilização moderna e proporcionaria maior independência à economia nacional, reduzindo a influência das flutuações do mercado internacional. Assim, simultaneamente à afirmação autônoma dos industriais paulistas do ponto de vista organizativo, a indústria tornou-se defensora, através daquele que viria a ser seu mais importante representante, a idéia de que, conforme o mesmo Simonsen diria mais tarde, a “redenção da Nação” passava pelo desenvolvimento industrial e a superação da agroexportação (*sic*) (CALICCHIO; DELGADO, 2019b).

Naquele discurso, o referido orador seguiu exaltando as qualidades e importância do setor industrial, buscando ao máximo não melindrar os negócios ligados à agricultura, possibilitando

criar uma plataforma comum a esse setor. Tal atitude, todavia, não impediu que ele defendesse o protecionismo à indústria como forma de construir uma nação e um projeto nacional – forma essa bastante criticada pelo Departamento Nacional do Café, o qual via nesta proteção a causa de uma indústria artificial e onerosa, que drenava os recursos necessários à agricultura e gerava a carestia de vida<sup>9</sup> (TEIXEIRA; MARINGONI; GENTIL, 2010, p. 43-44).

A recém-criada entidade logo colocou como objetivos a serem alcançados: A) a criação de um serviço de informações sobre preços de mercado no mundo; B) a criação de um centro de estatísticas; C) a construção de uma biblioteca especializada, sendo que o resumo de cada livro deveria ser enviado aos sócios; D) a construção de um centro de exposições; E) a instalação de um laboratório de análise de materiais; e, F) a elaboração de um sistema de normas que orientasse a produção. Este conjunto de objetivos também tinha como finalidade transformar a classe industrial em formadora de opinião (CIESP, 2019).

Um ano após a criação da CIESP, o mundo assistiu a maior crise da história do capitalismo: a crise de 1929. Com a eclosão dessa crise, a América Latina e sua economia primário-exportadora foram fortemente atingidas, ao terem sua capacidade de importar reduzida, ao sofrerem constrangimentos em suas contas públicas e ao padecerem com a exaustão das suas reservas internacionais. Tais repercussões da crise inviabilizavam, de fato, a continuidade de uma política econômica liberal (CANO, 2015, p. 446).

A grande depressão colocou a macroeconomia neoclássica (aquela defendida pelos comerciantes importadores e pelos cafeicultores) em “xeque”. Em um período marcado pelo dramático crescimento do desemprego – chegando a atingir 25% da força de trabalho norte-americana em 1933 –, tornou-se muito difícil continuar a defender o *laissez-faire* como o mecanismo mais adequado para garantir o pleno emprego. Até a crise de 1929, de acordo com o pensamento neoclássico, só havia uma explicação para a manutenção dos altos níveis do desemprego: a persistência dos trabalhadores em exigir salários mais altos (SIMONSEN; CYSNE, 2009, p. 224).

---

<sup>9</sup> Esta crítica ao protecionismo tinha (e ainda tem) como pressuposto a ideia de que a proteção à indústria viabiliza a continuidade de negócios ineficientes que, por impedir o acesso a produtos importados seriam mais baratos, consome recursos que poderiam ser destinados a outros setores produtivos mais prósperos.

A despeito da reação na América Latina não ter sido uniforme – por exemplo, Venezuela, Equador e América Central se mantiveram inertes, aguardando o retorno glorioso do liberalismo –, o Brasil, a Argentina, o México e o Chile formaram o grupo de países que responderam à crise de maneira ativa, substituindo seus governos liberais (por meios revolucionários ou eletivos) e alterando a condução das políticas econômicas para uma direção que contemplava a intervenção do Estado Nacional (CANO, 2015, p. 446).

Esta mudança encontrava no Brasil um empresariado industrial mais disposto e organizado (forjado, inclusive, na criação da CIESP) para reivindicar medidas governamentais que contribuíssem com o aprofundamento do processo de crescimento da indústria já em curso no país.

Segundo Cano (2015, p. 446), para enfrentar a difícil tarefa que o Estado tinha se colocado (enfrentar os efeitos da grave crise de 1929), buscaram-se soluções que exigiam uma rápida e efetiva política do governo que assegurasse a renda e o emprego. Outra solução que o governo passou a construir foi a implementação de políticas que promovessem a industrialização, condição para que o país fosse retirado da crise e conduzido para formas econômicas mais modernas e progressistas.

Após o advento da Revolução de 30, entre os anos de 1930 e 1940, foram construídos e realizados diversos órgãos, entidades e eventos que tinham, dentre suas finalidades, a reflexão e análise de medidas que pudessem promover tanto a superação da economia agrário-exportador, quanto a aceleração da industrialização, já em curso no país. A criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, a realização do Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e da Comissão de Planejamento Econômico, ambos em 1944, são exemplos desse esforço em elaborar medidas industrializantes (RESENDE, 2017, p. 19-20).

Nesse mesmo fluxo, desde o início da década de 1930, foram criados diversos órgãos estatais voltados a setores específicos da economia. Mais ligados à indústria foram criados órgãos como: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool, no ano de 1933; o Conselho Nacional de Comércio Exterior, o Plano Geral de Aviação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937 (FONSECA, 2003, p. 144).

É nesse contexto histórico e nacional, com o fomento da indústria pelo governo federal e com uma maior intervenção do Estado na Economia, que a CIESP, entidade paulista ligada aos interesses dos industriais, teria sua denominação modificada, uma vez que, em 1931, o presidente Getúlio Vargas decidiu criar uma estrutura sindical ligada ao governo. Desta forma, com a publicação do Decreto nº 19.770<sup>10</sup>, em 19 de março de 1931, instituindo um modelo sindical baseado em associações de classe, federações estaduais e confederações, o CIESP passou a se chamar FIESP (CIESP, 2019).

Em 1939, os líderes industriais conseguiram a permissão para montar uma sociedade civil associada à Federação. Assim voltava à ativa, em 1942, o CIESP, como sociedade civil vinculada à FIESP, com as finalidades originais de 1928 adaptadas ao momento.

Pouco tempo depois, como consequência do Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, foi criada a Associação sindical patronal de grau superior, reconhecida em 11 de maio de 1942 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja denominação era a mesma que o CIESP passou a adotar entre 1931 e 1939, qual seja, FIESP (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Responsável pela direção das seções regionais do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a FIESP integra um sistema que inclui o CIESP e o Instituto Roberto Simonsen. Desde então, a FIESP tem destacado sua atuação para fomentar um novo pensamento e uma nova metodologia em torno da industrialização, iniciativa fundamental para que o Brasil ampliasse seu parque industrial.

Para promover aquilo que ela considera ser uma gestão estratégica de informações e articulação, implementando ações e projetos que possibilitem o cumprimento de seu papel institucional, expresso na defesa e promoção da melhoria contínua e sustentada da competitividade da indústria nacional diante dos constantes desafios, a FIESP se encontra estruturada nos seguintes departamentos (FIESP, 2019<sup>11</sup>):

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>11</sup> Ao longo do texto o uso da FIESP para o referenciamento das citações diretas e indiretas faz referência às informações retiradas do site da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/>>.



- Deinfra – Departamento de Infraestrutura
- Departamento Sindical e de Serviços
- Depar – Departamento de Ação Regional
- Deagro – Departamento do Agronegócio
- Deconcic – Departamento da Indústria da Construção e Mineração
- Departamento de Defesa e Segurança
- Dejur – Departamento Jurídico
- DDS – Departamento de Desenvolvimento Sustentável
- Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria e Acelera FIESP
- Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia
- Derex – Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior

Diante do exposto, tendo apresentado, ainda que resumidamente, a formação de personagem fundamental para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (a FIESP), resta apresentar, mesmo que genericamente, a maneira como se desenvolveu o processo que resultou na perda de mandato.

### 2.3 O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

A primeira vez que se ouviu falar em *impeachment* foi em novembro de 2014, pouco tempo depois da vitória de Dilma Rousseff sobre o senador de Minas Gerais, Aécio Neves, nas eleições presidenciais de 2014. O candidato derrotado anunciou, naquele mês, que a oposição trabalharia para que o projeto de lei que alterava a meta de resultado primário, proposta para aquele ano, não fosse aprovado. Isto porque, de acordo com o entendimento dele, esta aprovação configuraria um crime de responsabilidade (TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2019, p. 9). Em entrevista coletiva no Senado, o candidato derrotado afirmava que:

Esse governo comete estelionato eleitoral ao propor imediatamente após as eleições medidas opostas a que anunciava no período eleitoral. Se houvesse um Procon das eleições, a presidente Dilma ia estar sendo hoje instada a devolver o mandato que recebeu (PSDB, 2014<sup>12</sup>).

---

<sup>12</sup> Ao longo do texto o uso de PSDB para o referenciamento das citações diretas e indiretas faz referência às informações retiradas do site do Partido da Social Democracia Brasileira do estado de São Paulo. Disponível em: < <https://tucano.org.br/acicio-se-houvesse-um-procon-das-eleicoes-dilma-teria-de-devolver-o-mandato/> >.

Na verdade, Dilma Rousseff nem tinha tomado posse do mandato que havia conquistado nas eleições de 2014 e era criticada por exercer, legitimamente, as prerrogativas do mandato recebido nas eleições de 2010. Mas o tom da crítica só aumentava, como pode ser percebido em outro trecho da entrevista que dizia:

Não podemos permitir e aceitar que a ineficiência e a incapacidade do governo possam ter como uma única alternativa a alteração da lei. Mais uma vez quer se mascarar os números. O governo na verdade quer produzir um déficit e chamá-lo de superávit. Um governo que não foi responsável na administração dos gastos públicos não tem autoridade moral para pedir ao Congresso que altere uma lei por ele aprovada (PSDB, 2014).

E que:

O governante é obrigado a cumprir a lei. Quando ele não cumpre a lei, independente das razões que levaram a isso, e no caso do governo foi o excesso de gastos descontrolados, o governante não pode ter como alternativa a mudança da lei. Amanhã se um governador não cumprir o percentual, por exemplo, da Saúde, ele vai mudar a lei? (PSDB, 2014).

Estas declarações, realizadas em 12 de novembro de 2014 pelo presidente do maior partido de oposição ao Governo Federal, iniciaram, poucos dias depois do resultado das eleições, aquilo que veio a ser definido como um “*impeachment* à procura de um crime” (TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2019, p. 9).

Apesar de existirem diversas denúncias de corrupção, principalmente após a deflagração, em março de 2014, da operação Lava Jato pelo Ministério Público Federal, o pedido de *impeachment* aceito pelo Presidente da Câmara, o deputado do PMDB Eduardo Cunha, tinha como base apenas dois pontos (TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2019, p. 9):

- a) Irregularidades de decretos de crédito suplementar;
- b) Repasse da União aos Bancos Públicos – dizia respeito a supostos atrasos nos repasses aos Bancos Públicos ligados à subvenção do crédito agrícola no âmbito do Plano Safra.

A fonte legal primária para análise de um processo de *impeachment* de um Presidente da República no Brasil reside nos artigos 85 e 86 da Constituição Federal de 1988, adiante transcritos, que enumeram atos do chefe do poder executivo nacional que podem ser enquadrados como crimes de responsabilidade e estabelecem o julgamento pelo Senado Federal

nas hipóteses de crime de responsabilidade e pelo STF na hipótese de infrações penais comuns:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções (BRASIL, 1988).

Na Constituição Federal, encontra-se, ainda, em complemento aos trechos acima anotados, o inciso I do artigo 52, que dispõe que compete privativamente ao Senado Federal:

processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (BRASIL, 1988)<sup>13</sup>.

O artigo 86 da CF/88 também traz as diretrizes básicas acerca da atuação da Câmara dos Deputados nas hipóteses de responsabilização do Presidente da República, sendo conferido a tal órgão o juízo de admissibilidade em um quórum de 2/3, tanto nos julgamentos das infrações penais perante o STF, tanto no julgamento dos crimes de responsabilidade, perante o Senado Federal.

<sup>13</sup> Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99.

Portanto, para o julgamento de um Presidente da República por crime de responsabilidade, pelo Senado Federal, é necessário que a Câmara dos Deputados, mediante voto de 2/3 de seus membros, autorize a instauração do processo de impedimento. Apesar de se tratar de quórum alto para admissibilidade do processo, na história do Brasil pós-constituente de 1988, dois Presidentes da República já foram submetidos a tal julgamento.

Um problema técnico-jurídico que se desenhava para o desenvolvimento desses julgamentos (tanto no impedimento de Fernando Collor de Mello, quanto no de Dilma Vana Rousseff) reside no fato da lei aplicável para o julgamento (Lei nº 1079/1950) ser muito anterior ao período da promulgação da Constituição Federal de 1988, apresentando, de maneira até previsível, disposições que contrastavam com o texto de nossa Carta Magna.

Tendo em vista a iminência do julgamento por crime de responsabilidade fiscal da presidenta Dilma Rousseff, após a aceitação da abertura do pedido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o Partido Comunista do Brasil ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de nº 378, perante o STF.

Após o julgamento da referida ADPF 378, pelo STF, podem ser identificadas as seguintes etapas principais do rito do processo de *impeachment*:

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS (FASE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE)

- O Presidente da Câmara admite ou não o prosseguimento da denúncia.
- Não há direito à defesa prévia antes do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara, ou seja, não é necessário ouvir antes o Presidente da República que estiver sendo denunciado.
- Do despacho do Presidente que indeferir o recebimento da denúncia, caberá recurso ao Plenário (art. 218, § 3º, do RICD).
- Caso seja admitido o prosseguimento da denúncia, deverá ser constituída comissão especial formada por Deputados Federais para análise do pedido e elaboração de parecer.
- A eleição dos membros da comissão deverá ser aberta e não pode haver candidatura alternativa (avulsa). A comissão é escolhida a partir de uma chapa única com nomes indicados pelos líderes partidários. A votação aberta será apenas para que o Plenário da Casa aprove ou não a chapa única que foi apresentada.
- O Presidente denunciado deverá ter direito à defesa no rito da Câmara dos Deputados. Assim, depois que houver o recebimento da denúncia, o Presidente da República será notificado para manifestar-se, querendo, no prazo de dez sessões.
- Vale ressaltar, no entanto, que não deve haver grande dilação probatória na Câmara dos Deputados (o rito é abreviado). A comissão até pode pedir a

realização de diligências, mas estas devem ser unicamente para esclarecer alguns pontos da denúncia, não podendo ser feitas para provar a procedência ou improcedência da acusação. Isso porque o papel da Câmara não é reunir provas sobre o mérito da acusação, mas apenas o de autorizar ou não o prosseguimento. Quem irá realizar ampla dilação probatória é o Senado.

- O Plenário da Câmara deverá decidir se autoriza a abertura do processo de impeachment por 2/3 dos votos.
- O processo é, então, remetido ao Senado.

#### SENADO FEDERAL

- Chegando o processo no Senado, deverá ser instaurada uma comissão especial de Senadores para analisar o pedido de impeachment e preparar um parecer (arts. 44 a 46 da Lei nº 1.079/50, aplicados por analogia).
- Esse parecer será votado pelo Plenário do Senado, que irá decidir se deve receber ou não a denúncia que foi autorizada pela Câmara.
- Assim, o Senado, independentemente da decisão da Câmara, não é obrigado a instaurar o processo de impeachment, ou seja, pode rejeitar a denúncia.
- Se rejeitar a denúncia, haverá o arquivamento do processo.
- Se receber, iniciará a fase de processamento, com a produção de provas e, ao final, o Senado votará pela absolvição ou condenação do Presidente.
- A decisão do Senado que decide se instaura ou não o processo se dá pelo voto da maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros. Aplica-se aqui, por analogia, o art. 47 da Lei nº 1.079/50. Assim, devem estar presentes no mínimo 42 Senadores no dia da sessão (maioria absoluta de 81) e, destes, bastaria o voto de 22 Senadores.
- Se o Senado aceitar a denúncia, inicia-se a instrução probatória e o Presidente da República deverá ser afastado do cargo temporariamente (art. 86, § 1º, II, da CF/88). Se, após 180 dias do afastamento do Presidente, o julgamento ainda não tiver sido concluído, cessará o seu afastamento e ele reassumirá, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- A defesa tem direito de se manifestar após a acusação: no curso do procedimento de impeachment, o Presidente terá a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação.
- O interrogatório deve ser o ato final da instrução probatória: o interrogatório do Presidente, instrumento de autodefesa que materializa as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment.
- Ao final do processo, os Senadores deverão votar se o Presidente deve ser condenado ou absolvido. Para que seja condenado, é necessário o voto de 2/3 dos Senadores.
- Se for condenada, a Presidente receberá duas sanções: a) perda do cargo; b) inabilitação para o exercício de funções públicas por 8 anos. Além disso, poderá ser eventualmente denunciado criminalmente pelo Ministério Público.
- Caso seja condenado, quem assume é o Vice-Presidente, que irá completar o mandato (não é necessária a convocação de novas eleições) (CAVALCANTE, 2015, s/p).

O julgamento pelo STF da ADPF 378 trouxe mais clareza jurídica ao processo de impedimento, estabelecendo o rito do julgamento, garantindo o devido processo legal em sentido formal (com a garantia da processada de apresentar a defesa acerca da imputação das chamadas "pedaladas fiscais").

Porém, conquanto o STF tenha disciplinado o procedimento e dado uma maior transparência ao rito do julgamento, com o respeito ao devido processo legal em sentido formal, deve ser perquirido se não houve desvio de finalidade no impedimento em análise, que seria, segundo a CF/1988, o julgamento por um chamado crime de responsabilidade e não um instrumento de destituição de uma presidenta legítima por razão de impopularidade, crise econômica ou, mesmo, ausência de apoio no Congresso Nacional. A este respeito, é pertinente transcrever um importante alerta do constitucionalista André Ramos Tavares:

Nesse sentido, o impeachment não é nem pode ser uma alternativa à democracia eletiva, ou às políticas adotadas por determinado Governo. Descontentamento político com a postura de algum Presidente da República, desilusão com determinadas políticas econômicas (ou com políticas públicas) e, igualmente, o esmorecimento de laços de confiabilidade no projeto governamental, não ensejam impeachment. Dessas razões não se pode valer o Congresso Nacional sem incursionar firmemente, ele próprio, em desvio grave à democracia e à Constituição.

Não se pode subverter nosso sistema para atender ao desejo de fazer uso do (e instaurar) o voto de desconfiança, típico de modelos parlamentaristas, mas completamente descabido em nosso sistema. Utilizar essas razões para permitir a abertura do processo de impeachment seria atuar completamente à margem da Constituição, para seguir exclusivamente um voluntarismo que pode resvalar facilmente para o autoritarismo ou para golpismos de vários matizes (TAVARES, 2018, p. 1093).

Questões jurídicas à parte, acerca da legalidade e legitimidade do processo de *impeachment*, cujo aprofundamento (infelizmente, pois se trata de temática instigante) não pode ser objeto deste trabalho, o fato é que, às 11 horas, de 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff recebeu a intimação que determinava seu afastamento da Presidência da República, por um prazo de até 180 dias – período que teria Michel Temer a frente do cargo máximo da República. A intimação, recebida pela presidenta, decorria da decisão tomada no mesmo dia pelo Senado Federal, a qual autorizava a abertura do processo do *impeachment* propriamente dito. Em 31 de agosto de 2016, este processo foi concluído com a cassação do mandato da única mulher eleita para o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, em que o empresariado industrial atuou de maneira relevante para o resultado obtido com o processo de *impeachment* da presidenta, faz-se necessário descrever como este empresariado se insere no conjunto da burguesia e como essa inserção implica em sua relação com o poder.

## 2.4 A FIESP COMO INTEGRANTE DA BURGUESIA INTERNA E A SUA RELAÇÃO COM O BLOCO NO PODER

Na tentativa de entender as razões, motivos e interesses que determinaram o apoio da FIESP ao *impeachment* ocorrido em 2016, descrito acima, é necessário identificar como esta entidade (enquanto integrante da burguesia interna, numa economia técnica e financeiramente dependente) estava posicionada no bloco no poder. Além disso, também é importante analisar como se configurava a correlação de forças no interior do bloco no poder e quais instrumentos eram usados nesta luta (estabelecimento de alianças, formação de frentes políticas etc.).

Essa análise somente será possível se for levado em conta que as classes e frações de classe atuam politicamente e que, portanto, avaliam as conjunturas ao traçar seus objetivos, podendo representar avanços ou recuos de sua posição no interior do bloco no poder. Tanto é assim que Pinto e Balanco (2014, p. 46) posicionaram o bloco no poder na dimensão política ao explanarem que:

(...) na medida em que recobre o campo das práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes numa determinada conjuntura histórica de uma formação social. Com isso, no nível concreto-real, o bloco no poder acaba assumindo uma função equivalente ao conceito de forma de Estado. É preciso destacar ainda que a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder é dada pela capacidade desta em liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais frações e classes do bloco. Quando essa hegemonia alcança o conjunto da sociedade (abarcando dominantes e dominados) ela deixa de ser restrita e passa a ser ampla (PINTO; BALANCO, 2014, p. 46).

Em resumo, tem-se que a demarcação política de dominação-subordinação na sociedade capitalista não deve se restringir à dicotomia entre dominantes e dominados, dado que dentro de uma formação social (concreto-real) se verifica a existência de diversas classes e frações de classe que se opõem constantemente – em determinado tempo histórico e espaço geográfico –, e que algumas delas, inclusive, se constituem como classe e frações dominantes (PINTO, 2010, p. 58).

Bem por isso, Teixeira e Pinto (2012, p. 920) afirmaram que o Estado, do ponto de vista do concreto-real, pode ser genericamente entendido como o espaço no qual se dá a disputa das frações do bloco no poder que miram, simultaneamente, a manutenção ou ampliação de seu

pedaço da riqueza e renda e o aumento de sua participação no aspecto político e ideológico.

Para analisar adequadamente as classes dominantes no capitalismo, é indispensável que se explicitem alguns aspectos estruturais (invariáveis) desse modo de produção, evidenciando que o capitalismo: A) não comporta uma repartição igualitária da mais-valia global em seu processo de reprodução (aspecto econômico), e; B) tampouco admite a existência de uma política estatal que contemple indistinta e igualitariamente os interesses das diferentes classes sociais (MARTUSCELLI, 2014, p. 1).

Logo, como consequência disso, tem-se que o fracionamento no interior das classes sociais se constitui como um fenômeno latente na própria lógica de funcionamento do capitalismo. A expressão deste fracionamento, no entanto, dependerá da maneira como as contradições e as lutas ocorrem em uma determinada formação social e num dado período histórico (MARTUSCELLI, 2014, p. 1).

A divisão da burguesia dos países periféricos em burguesia compradora e burguesia nacional<sup>14</sup> nasceu da velha tradição dos dirigentes da Internacional Comunista. Porém, somente com os estudos de Nico Poulantzas, acerca das classes dominantes no capitalismo (realizados entre fins dos anos 1960 e meados dos anos 1970), surgiu o conceito de burguesia interna, representando uma fração da burguesia dos países dependentes que estaria localizada numa posição intermediária àquelas oriundas da tradição dos dirigentes comunistas. Esses estudos de Poulantzas se tornaram uma valiosa contribuição teórica para tratar da questão do fracionamento verificado nas classes dominantes, bem como para analisar a relação entre os aspectos de ordem estrutural e conjuntural na determinação da posição que cada fração burguesa acaba assumindo (BOITO JUNIOR, 1999, p. 49; MARTUSCELLI, 2014, p. 1).

É bem por isso que a explicação da formação da burguesia interna em cada conjuntura reside tanto em distinções gerais, quanto em distinções específicas, originadas em determinadas formações sociais que abarcam especificidades do processo político e das políticas social e

---

<sup>14</sup> A burguesia compradora seria aquela fração da classe burguesa que em certa fase do imperialismo se integrou aos interesses do capital estrangeiro, funcionando como uma correia de transmissão, no interior do país dominado, dos interesses imperialistas. A burguesia nacional, por outro lado, tendo seus interesses ameaçados pela ação do capital imperialista, é a fração que formula um projeto e estabelece alianças com as classes populares com o intuito de formar uma frente anti-imperialista. Ver Boito Junior (1999, p. 49) e Berringer (2017, p. 16).



econômica<sup>15</sup> (BOITO JUNIOR, 2005, p. 54-55).

Portanto, o conceito de burguesia interna diz respeito às relações entre frações de classe e a economia mundial, sob a luz da internacionalização da produção que ocorreu a partir de 1970. Ou seja, ao estudar os países capitalistas menos desenvolvidos da Europa, Poulantzas percebeu que a burguesia interna desses países mantinha “uma relação de unidade básica com o capital imperialista, sem por isso, deixar de atritar-se, no plano tático, com esse capital” (BOITO JUNIOR, 1999, p. 49).

Assim, na nova fase do imperialismo – em que a divisão internacional do trabalho deixou de se configurar pela clássica separação entre indústria e agricultura, para se configurar como um processo de internalização da produção imperialista nas formações sociais dependentes –, uma fração burguesa (a burguesia interna) passou a manter uma relação de dependência financeira e tecnológica com o capital externo, ao mesmo tempo em que sua produção foi direcionada, de maneira prioritária, para o mercado interno e/ou regional (BERRINGER, 2017, p. 16).

A burguesia interna, então, de acordo com a formulação de Poulantzas, designaria uma fração da burguesia que possui:

(...) ou uma relação de dependência (financeira e tecnológica) e contradição em relação ao capital americano, quando o autor toma como ponto de partida o exame da burguesia das metrópoles imperialistas europeias, ou em relação ao capital estrangeiro, quando Poulantzas se refere às burguesias das formações sociais de industrialização dependente, como são os casos das burguesias da Espanha, Grécia e Portugal (POULANTZAS *apud* MARTUSCELLI, 2014, p. 1).

Segundo Boito Junior (2018, p. 303), a burguesia interna conserva tanto relações complexas de unidade com o capital externo (aspecto prioritário dessa relação), quanto relações de conflito. Assim, é possível concluir que a burguesia interna existe sob o signo da ambivalência: ora entra em choque com medidas patrocinadas pelo capital internacional e pelas forças políticas e econômicas a ele integradas; ora converge com eles no patrocínio de outras medidas (principalmente quando se trata de questões ligadas ao barateamento da força de trabalho)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> De acordo com, Berringer (2017, p. 16) a fração de classe é uma aglutinação temporal e/ou conjuntural que não deve, portanto, ser tratada meramente por uma clivagem estrutural. Ou seja, a fração de classe não deve ser definida unicamente pela localização na produção ou circulação do capital, mas sim pelos efeitos das políticas estatais ou da dinâmica da economia mundial.

<sup>16</sup> Esta tem sido a característica, por exemplo, da FIESP desde os tempos que ainda se chamava CIESP. Apesar das

Avançando no mesmo sentido, Berringer (2017, p. 16) considera que, ainda que a burguesia interna normalmente busque a proteção do Estado para garantir sua sobrevivência e sua capacidade de concorrer com os capitais externos (expondo, portanto, seus conflitos com o imperialismo), do ponto de vista da sua posição política-ideológica, ela não é anti-imperialista.

Após esta breve explanação acerca da caracterização e do conceito de burguesia interna, é oportuno identificar os setores que a compõem, até mesmo para situar a FIESP neste debate. Neste sentido, Filgueiras (2017) apresenta a grande burguesia interna como sendo integrada pelos diversos ramos da indústria de transformação (têxtil, alimento, bens de capital etc.), pela construção civil pesada, pelos segmentos do grande comércio varejista, pela cadeia produtiva de petróleo e gás, pela produção de *commodities* agrícolas e minerais<sup>17</sup>.

Ou seja, sendo uma entidade de classe que representa cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas, distribuídas em 131 sindicatos patronais no estado de São Paulo (FIESP, 2019), a FIESP representa parcela significativa da burguesia interna e, como tal, estabelece relações de conciliação e de conflito com o capital internacional (ampliando e reduzindo, respectivamente, a situação de dependência).

Em relação aos referidos conflitos, cumpre assentar que os interesses específicos da FIESP colidentes com o capital estrangeiro, normalmente, estão relacionados à definição da taxa de câmbio; da taxa de juros; das tarifas alfandegárias; dos acordos de livre-comércio; da política tributária setorial; da política de subsídios e de crédito setoriais; da desnacionalização de certos setores (como do setor bancário que precisa de autorização presidencial para que bancos internacionais operem no Brasil); dentre tantas outras políticas (BOITO JUNIOR, 2018, p. 309-314).

---

divergências que possuía com cafeicultores e comerciantes, unia-se a eles quando se tratava da definição das políticas sociais voltadas aos trabalhadores.

<sup>17</sup> Boito Junior (2018, p. 309-314) acrescenta os bancos a esta lista. Para o autor, a introdução deste setor se justifica pelo fato de os bancos nacionais receberem proteção constitucional contra a ofensiva dos bancos estrangeiros, ao proibir que estes operem no Brasil sem que recebam antecipadamente autorização expressa da Presidência da República. O autor ainda relata que, entre outubro de 1995 e julho de 1998, FHC autorizou a atividade no país de 25 instituições financeiras. A tal abertura, continua o autor, foi contestada pelo presidente, à época, da Febraban, Roberto Setúbal, que defendeu um limite para a entrada de capital estrangeiro no setor de 30%. Há, com esta percepção, uma divergência com Filgueiras (2017, s/p), para o qual os bancos compõem a fração burguesa cosmopolita ou burguesia compradora.

A implicação óbvia dessa cizânia de interesses é que muitas das políticas implementadas pelo Estado encontram – em boa parte das vezes – resistência no seio da própria burguesia e, dependendo do caso, no capital internacional. Na verdade, as políticas estatais representam a manifestação da correlação de forças existente entre as distintas frações burguesas e o imperialismo, contemplando em dado momento os interesses do imperialismo e das frações de classe a ele perfeitamente associados e em outro momento os interesses específicos da burguesia interna.

O modo como o Estado brasileiro tratou a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada em 1994 pelo presidente norte-americano Bill Clinton, é um excelente exemplo da dificuldade de se construir uma unidade estável (uma massa monolítica) entre a burguesia interna e o interesse do capital internacional. O Estado brasileiro, desde o lançamento da ALCA, não “conseguiu” ter uma atuação coerente, agindo de maneira descontínua e dúbia nos esforços para implementá-la. A participação do Brasil na criação e, principalmente, no posteriormente fortalecimento do Mercosul dá pistas das contradições existentes entre o imperialismo e a burguesia interna. Foi esta fração burguesa (com atuação decisiva da FIESP) que, com o apoio do Estado, conseguiu paralisar as tratativas e interromper a implementação da proposta realizada pelo presidente Bill Clinton. De fato, a partir de 2003, o governo brasileiro – com explícito apoio da entidade dos industriais paulistas – passou a priorizar o fortalecimento do Mercosul em detrimento do aprofundamento da ALCA (BERRINGER, 2017, p. 17).

Por outro lado, além do episódio da ALCA, uma análise de outros episódios marcantes na sociedade brasileira, também possibilita identificar esses deslocamentos divergentes realizados pela FIESP. Com efeito, após redemocratização do país (período denominado como Nova República), podemos identificar alguns momentos em que a FIESP, como integrante da grande burguesia interna, operou deslocamentos tanto em relação aos interesses do capital externo, quanto na direção oposta. Dois documentos assinados pela entidade (um deles até entregue ao governo) são sintomáticos nesse sentido e ilustram bem os referidos deslocamentos, a saber: o documento “Livre para Crescer<sup>18</sup>: Proposta para um Brasil moderno” e o documento “Brasil do

---

<sup>18</sup> Trata-se de um documento publicado pela FIESP em 1990, mas desenvolvido entre os inícios de 1989 e 1990, sob a coordenação Maria Helena Zockun, tendo como consultores José Pastore, Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, Carlos Alberto Longo, Celso Luiz Martone, Eduardo Gianetti da Fonseca, Guilherme Leite da Silva Dias e Simão David Zilber, teve também como economista-assistente Ana Maria Pastore Gondim. Ver ZOCKUN (1990).

Diálogo, da Produção e do Emprego: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego”.

O documento “Livre para Crescer: Proposta para um Brasil moderno” identificou a existência de quatro problemas fundamentais na economia brasileira: o demasiado tamanho do Estado; a grande verticalização do processo produtivo; a precária formação do capital humano e; o problema demográfico. Assim, constatava que a economia brasileira sentia os efeitos do esgotamento tanto do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado quanto do modelo de economia fechada para o exterior. Desse modo, o diagnóstico indicava que a estratégia de desenvolvimento adotada até fins da década de 1980 deveria ser reformulada, indo em direção àquelas medidas receitadas pelo Consenso de Washington e que estavam em linha com os interesses do capital estrangeiro (ZOCKUN, 1990, 17-18).

Além de ter feito elogios às iniciativas tomadas pelo governo de Fernando Collor ainda em seu início (as quais serão debatidas brevemente no próximo capítulo), o documento Livre para Crescer também fazia uma defesa da política econômica colocada em prática nos primeiros anos do regime autoritário instalado no país em 1964, ao dizer:

As reformas promovidas a partir de 1964 para debelar a crise foram orientadas em sentido contrário ao empreendido até então, abrindo-se a economia ao exterior. No período 1968-1973, de fato, a economia brasileira integrou-se aos fluxos internacionais de bens e de capital, e a mobilização de recursos para o crescimento econômico foi realizada sem provocar tantas distorções. A ação do Estado, ainda abrangente, produziu-se de forma mais moderna, com a melhora da qualidade e da previsibilidade da política econômica (ZOCKUN, 1990, p. 292).

Esta é a FIESP, integrante da burguesia interna, que conserva relações complexas de unidade com o capital externo (BOITO JUNIOR, 2018, p. 303), ainda que, para tanto, louve o período econômico inaugurado a partir de um golpe de Estado, como no caso de 1964. O documento Livre para Crescer, portanto, expressava esta relação de unidade com o capital internacional em um determinado contexto histórico.

Mas, conforme já exposto, a burguesia interna também conserva relações de conflito com o capital externo (BOITO JUNIOR, 2018, p. 303), como demonstrou, em certa medida, a confecção do documento “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego” – elaborado pela FIESP e

centrais sindicais. Neste documento, que será exposto com maior detalhamento quando da abordagem da chamada Agenda FIESP, havia a defesa de uma política econômica até certo ponto colidente com os interesses do capital estrangeiro e da burguesia compradora.

Em resumo, até aqui foi demonstrado que a FIESP integra aquela fração de classe chamada de burguesia interna e, como tal, possui uma relação com o capital internacional pautada pela conciliação e conflitos de seus interesses.

Desse modo, apesar de não se constituir como uma fração anti-imperialista, a FIESP (e o conjunto da burguesia interna) busca garantir que o Estado proteja seus interesses específicos quando contestados e ameaçados pelo capital internacional. Isto faz com que a burguesia interna (e no caso específico, a FIESP) elabore táticas e estratégias para tirar o maior proveito de sua relação com o Estado. Por isso, a análise do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não pode prescindir do estudo da maneira como a burguesia interna tem se relacionado com o Estado brasileiro e das expectativas criadas por ela sobre esta relação.

A FIESP, compondo o bloco no poder na condição de burguesia interna, vale-se (como todas as outras frações burguesas) de suas áreas de poder no seio do aparelho de Estado para disputar melhores posições no interior do próprio bloco ou, pelo menos, reduzir (quando for este o caso) as prováveis perdas que novas conjunturas poderiam lhe infligir. Este fenômeno restou bem evidenciado no caso da disputa política que envolveu o processo de cassação do mandato da primeira mulher eleita Presidenta da República.

Nesse mesmo sentido, a FIESP, integrando a burguesia interna, pode se comportar em determinados momentos, a depender das condições externas e da correlação de forças no interior do bloco no poder, como aliada do capital estrangeiro e, então, contribuindo (na condição de sócia-menor) para o aprofundamento da condição de dependência da economia brasileira. A decisão da conduta que irá adotar estará muito ligada às expectativas que ela venha a criar quando se confrontar com mudanças no cenário interno e externo. Ou seja, a FIESP, integrando o bloco no poder na condição de burguesia interna, em determinados momentos vai se alinhar aos interesses do capital internacional e das frações a ele perfeitamente integradas, defendendo políticas públicas que atendam aos pleitos desses setores. Todavia, haverá momentos em que os interesses conflitantes com o capital internacional serão colocados como prioritários, provocando uma cisão entre a FIESP e o capital estrangeiro (isto, porém, não torna

a FIESP anti-imperialista, como já visto acima).

Portanto, é possível afirmar que considerando as contradições existentes no bloco no poder serão forjadas as orientações que as políticas públicas, especialmente as políticas econômicas, irão seguir em determinado governo ou quadra histórica. Nesse exato sentido é pertinente salientar que foi demonstrado até o momento que a FIESP, representando fração relevante da burguesia interna no bloco no poder (unidade contraditória das frações de classe), disputa os rumos da economia do país, estando inserida, pois, na luta política que envolveu o processo de impedimento de 2016.

A seguir, será abordada a caracterização do desenvolvimento econômico (dependente) do país, a instauração do padrão de desenvolvimento liberal periférico e a posterior formação da frente neodesenvolvimentista para mudança no referido padrão de desenvolvimento. Trata-se de percurso relevante no presente trabalho, demonstrando o papel da FIESP em tais momentos históricos, para posterior explicitação de como se deu o abandono da entidade a tal frente e os interesses econômicos defendidos na tomada de decisão referente ao apoio do processo de impedimento de 2016.

### 3 ALTERAÇÕES NO BLOCO DO PODER E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 A FIESP, O ESTADO BRASILEIRO E A TRAJETÓRIA DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE

A atuação da FIESP no impedimento de Dilma Rousseff, como foi explicitado acima, revela, ao menos, duas evidências: A) que, de fato, o Estado não pode ser reduzido a uma dominação política (Estado-poder), segundo qual a classe (ou fração) dominante teria condições de formatá-lo de acordo com seus interesses e conveniências (PINTO; BALANCO, 2014, p. 41). Com efeito, se tão simples fosse, a FIESP estaria fazendo um esforço desnecessário, visto que o Estado já estaria formatado à imagem e semelhança da classe (fração) dominante; e B) que a FIESP, sendo representante dos empresários industriais do estado de São Paulo (portanto, uma fração), possui interesses particulares que colidem com outros interesses, quando analisado à luz do plano concreto-real – ou seja, a fração de classe (e a FIESP) possui interesses específicos que estão vinculados a condicionamentos históricos e territoriais.

Em relação aos condicionamentos territoriais (espaciais), uma variável importante para incluir neste nível menos abstrato de análise, é o do grau de dependência econômica que o Estado-nação mantém com os Estados das economias capitalistas mais desenvolvidas. Desta maneira, o conceito de dependência e/ou subdesenvolvimento ganha importância ao se buscar o entendimento dos aspectos que justificam aquela decisão da FIESP, tomada em 14 de dezembro de 2015.

Tendo em vista o objeto desta dissertação, não se tem o intuito de explorar os inúmeros debates promovidos pelos teóricos da dependência no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970. Porém, é imperioso explicitar as relações existentes entre uma determinada noção do conceito de dependência e o papel desempenhado pela FIESP no episódio do *impeachment* que cassou o mandato de Dilma Rousseff, tendo em vista o caráter instrumental deste conceito para os objetivos do presente trabalho.

Segundo Filgueiras (2017), desde sempre, a dependência foi a marca característica fundamental das economias dos países considerados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. As dinâmicas e trajetórias destas economias capitalistas, segundo o autor, são fortemente

condicionadas e limitadas pela acumulação de capital em nível mundial, o que torna a adaptação de suas respectivas estruturas produtivas domésticas uma imposição das necessidades dos países dominantes. Em síntese, pode-se afirmar que se constituem em economias subordinadas, com reduzido grau de autonomia e, costumeiramente, remetem renda e riqueza (excedente) para o centro do sistema capitalista mundial.

Além disso, as formas de dependência – sempre marcadas pela posição subalterna na divisão internacional do trabalho e pela transferência de riqueza e renda para os países centrais – alteram-se ao longo do tempo, expressando as transformações sentidas pela divisão internacional do trabalho em cada momento (FILGUEIRAS, 2017).

A rigor, esses países de economias dependentes, até a crise capitalista de 1929, enviavam seus excedentes para os países centrais por meio das trocas do comércio internacional, nas quais importavam produtos manufaturados e exportavam produtos minerais e agrícolas (alimentos e matérias-primas). Os *déficits* estruturais de suas balanças comerciais eram financiados através de empréstimos internacionais, que acabavam por se tornar crescentes dívidas externas. Tanto o financiamento dos *déficits*, quanto o crescimento das dívidas externas configuravam a natureza comercial-financeira da dependência. Como a dinâmica dessas economias dependia diretamente de suas exportações, seu motor estava situado fora, no mercado mundial (FILGUEIRAS, 2017).

Essa situação sofreu considerável alteração após a crise de 1929, quando alguns daqueles países e economias nacionais – diante da possibilidade aberta pela incapacidade de sustentar suas importações – começaram a substituir as importações pela produção doméstica, tendo como apoio fundamental o capital nacional (privado e estatal). Este processo ficou conhecido como modelo de industrialização por substituição de importações e a natureza dessa fase inicial de industrialização foi denominada de nacional-desenvolvimentista (FILGUEIRAS, 2017).

Convencionou-se considerar os anos que se seguiram ao ano de 1930, até a década de 1950, como pertencentes à fase denominada de nacional-desenvolvimentista. A partir disso, e com o Plano de Metas (1956-1960), uma nova configuração da dependência passou a existir, na qual a burguesia industrial nacional se tornou “sócia-menor” do capital internacional. Sendo que o capital internacional teve o domínio dos setores mais dinâmicos da indústria e à burguesia industrial nacional coube desenvolver os setores industriais tradicionais.



Desta maneira, os interesses externos passaram a estar ligados à produção para o mercado interno, gerando um desenvolvimento da indústria na periferia que diminuía aquelas consequências típicas da exploração colonialista, ao mesmo tempo em que possibilitava a solidariedade, não só nas classes dominantes domésticas, mas do conjunto dos grupos sociais que possuíam ligação com a produção capitalista moderna, fossem eles: burocratas, assalariados, técnicos, empresários, dentre outros (CARDOSO; FALETTO *apud* TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 913).

De fato, foi em meados dos anos 1950, com o incremento de segmentos industriais voltados para a produção de bens de consumo duráveis, realizado pelos investimentos diretos das corporações multinacionais, que o processo de industrialização mudou de patamar. É bem verdade que esse processo ocorreu se valendo do alongamento da vida útil de máquinas e equipamentos surgidos da segunda revolução tecnológica, quando seu dinamismo inovador já dava evidentes sinais de esgotamento (FILGUEIRAS, 2017).

Em tal contexto, surgiu uma nova condição de dependência, em que: A) a necessidade de empréstimos internacionais ou da demanda internacional de produtos primários deixava de ser a forma pela qual se configurava a dependência, na medida em que se internalizava a dependência por via da internacionalização dos mercados internos pertencentes à economia dependente e da dominação e controle dos setores mais dinâmicos da indústria pelo capital estrangeiro; B) a dependência tecnológico-financeira passou a ser a tônica da relação com o capital estrangeiro, ao passo que a transferência, da periferia para o centro, dos excedentes produzidos neste primeiro passou a estar vinculada mutuamente à importação de bens de capital, que possuíam maior intensidade tecnológica, e às formas de financiamento que o capital estrangeiro viabilizava para o processo de industrialização dos países periféricos (investimentos diretos e empréstimos) (FILGUEIRAS, 2017).

Porém, a história da dependência, evidentemente, não cessou com as alterações realizadas a partir de meados da década 1950. Os processos que ocorreram a partir dos anos 1970, de reestruturação produtiva, mundialização do capital e financeirização (nos quais a ideologia e as políticas neoliberais serviram como fio condutor) iniciaram uma nova forma de dependência, em que fora mantida a dependência tecnológico-financeira, porém, de maneira tal que a inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho foi redefinida, de maneira

a aprofundar ainda mais a condição de subalternidade.

Esta nova forma de dependência se mostrou completamente desenhada na década de 1990, quando os países periféricos se tornaram uma fonte de acumulação do capital financeiro internacional, por meio do financiamento de suas dívidas públicas. Acrescentou-se a isto, a volta da condição, na divisão internacional, de exportadores de *commodities* agrícolas e minerais e/ou de manufaturados que não correspondiam aos produtos ligados à última revolução tecnológica processada (ainda que tenham se tornado consumidores destes) (FILGUEIRAS, 2017).

A alteração desse modelo fez com que alguns países, que se industrializaram no período anterior, retrocedessem à posição similar à que existia no período anterior ao da crise de 1929 (FILGUEIRAS, 2017), mostrando, portanto, o equívoco de se acreditar em um processo contínuo de progresso econômico e social. Destarte, ainda que na história das civilizações, o desenvolvimento tecnológico cumpra um papel importante, ele, por si só, não garante a manutenção de determinado estágio de desenvolvimento, uma vez que as lutas entre classes e frações de classe, além das relações econômicas internacionais, interferem nessas trajetórias econômicas, evidenciando que a história constitui, por suposto, um sistema aberto e não teleológico e pré-determinado.

Traçado acima o contexto geral de subalternidade dos países de economia dependente, com a constatação de que a condição de dependência é reproduzida internamente, considerando os objetivos desta pesquisa, faz-se pertinente trazer um olhar mais detido acerca da maneira que essa dependência se reproduz em um país como o Brasil e como uma fração burguesa, como a FIESP, insere-se nessa relação. Para tanto, necessário se faz antecipar que a noção de dependência ora utilizada captura os conceitos apresentados na teoria "do desenvolvimento dependente-associado", elaborada, entre as décadas de 1960 e 1970, pelo sociólogo – anos depois eleito Presidente da República – Fernando Henrique Cardoso<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A apresentação da versão do desenvolvimento dependente-associado seguiu os passos do que foi realizado por Teixeira e Pinto (2012, p. 911-918). Excluindo, no entanto, a apresentação das análises deles no que diz respeito à relação da versão do desenvolvimento dependente-associado, do Fernando Henrique “sociólogo”, com as políticas de cunho neoliberal, do Fernando Henrique “presidente”. Segundo os autores, a concepção do “sociólogo” orientou os aspectos fundamentais das políticas do “presidente” relativas à inserção externa brasileira. Para mais, ver Teixeira e Pinto (2012).

Na época em que Cardoso e Faletto (1975) desenvolveram a ideia do desenvolvimento dependente-associado, existiam duas interpretações bastante consolidadas sobre as limitações do desenvolvimento brasileiro: A) a ligada à teoria cepalina, que considerava o desenvolvimento como resultado do processo de industrialização conduzida pelo Estado; e, B) a ligada às teorias do imperialismo e a outras teorias da dependência, que consideravam não existir condições para promover o desenvolvimento dos países periféricos por dentro do capitalismo dependente, principalmente, porque os Estados dos países desenvolvidos e as empresas multinacionais (o imperialismo) teriam o interesse em manter aqueles países na condição de subdesenvolvidos (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 911-912).

Apesar da importância que aquelas interpretações tiveram nos estudos que buscavam entender o Brasil enquanto nação, ambas se mostravam incapazes de explicar, de maneira consequente, as causas da dependência: ou porque era economicista (a ligada à teoria cepalina); ou porque era mecanicista (a ligada às teorias do imperialismo) (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 912). Desse modo, em acordo com os referidos autores, ambas as interpretações deixavam escapar em suas análises os conflitos e as conciliações existentes entre as classes, frações de classe, grupos sociais e o capital internacional, o que impedia (por excluir da análise elementos sociais e políticos relevantes) a adequada identificação das raízes da dependência da economia brasileira.

O resultado dos estudos sobre o subdesenvolvimento brasileiro, realizados por Cardoso e Faletto, foi a introdução da análise dos pontos de intersecção entre o sistema econômico e os sistemas político e social na reflexão acerca das causas da condição de dependência existente no Brasil. Eles concluíram que, na verdade, é no interior da economia dependente, por meio das relações entre classes e grupos sociais domésticos e externos, que se reproduzem os laços de dependência. Assim, a ideia de subdesenvolvimento deixou de ser vista somente como um conceito econômico e passou a ser entendida também como um conceito sociológico (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 912).

Ao se analisar as causas da dependência, necessário se faz retomar a secular expressão imperialismo, que é multifacetária, multidisciplinar e, por conta disso, muitas vezes imprecisa. Porém, em termos de explicitação na ciência econômica, a expressão imperialismo teve como precursor teórico John Hobson que, em sua pioneira obra “Imperialismo: um estudo”, definiu o Imperialismo como “um processo social parasitário, através do qual interesses econômicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão

imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional” (Hobson *apud* HUNT, 1982, p. 379).

Nesse contexto, pode-se dizer que, à luz da teoria da dependência, o conceito clássico de imperialismo ganhou novos contornos: deixou de ser uma força externa que impõe sujeições aos domésticos e passou a expressar uma relação reproduzida internamente. Assim: o "imperialismo não é uma força externa às nações periféricas. Ele sempre entrelaçou seus interesses com classes e frações de classe dos próprios países dominados. Esse entrelaçamento pode, inclusive, ultrapassar o campo das classes dominantes” (BOITO JUNIOR, 1999, p. 49).

Portanto, partindo do subsídio da teoria da dependência, o apoio dado pela FIESP ao processo que destituiu a Presidenta da República Dilma Rousseff deve ser analisado considerando as especificidades presentes em um país dependente tecnológica e financeiramente, mas que possui frações de classe em diversos setores da economia, acarretando interesses diversos, os quais ora podem se relacionar com os interesses do capital externo, ora não (a dicotomia: conciliação e conflito). É nesta arena complexa, na qual se estabelecem as lutas entre as classes e suas frações, entrecruzando interesses dos mais distintos e mediante condições específicas, que se resolvem as políticas que serão implantadas pelo Estado, disto podendo ampliar ou reduzir a condição de dependência do país.

Assim, o papel que cada classe e fração de classe desempenham naquela luta pela direção do Estado de uma economia dependente é decisivo para o desenlace da decisão de quais políticas públicas serão implantadas e quais setores (classes e/ou fração de classe ou, mesmo, o capital estrangeiro) irão se beneficiar mais.

Dentro de tal contexto que o papel da FIESP no afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República deve ser entendido. Enquanto fração de classe, ela (como é possível observar nas declarações à imprensa) não se ateu ao que constava nos artigos 85 e 86 da CF/88 (descritos anteriormente), mas manejou os núcleos e redes de poderes que lhes estavam disponíveis para (usando o processo de *impeachment* como pretexto) disputar os rumos do Estado brasileiro.

Bem assim, a FIESP, desde seu surgimento enquanto fração de classe inserida em uma economia dependente, disputou os rumos do Estado Brasileiro visando obter ganhos para o setor (embora, muitas vezes, sob uma lógica imanente ao curtíssimo prazo). Não foi diferente

nas décadas imediatamente anteriores ao do processo de impedimento realizado em 2016, sendo que na década de noventa foi forjado no país o Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, que prejudicou o desenvolvimento da indústria nacional, e, em seguida, foi materializada uma frente neodesenvolvimentista, integrada pela própria FIESP, visando dar um novo rumo para a economia brasileira após o fracasso da utopia neoliberal.

### 3.2 A FIESP E A CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO

A partir de meados da década de 1980, o paradigma desenvolvimentista periférico, que tinha no dirigismo estatal a garantia da obtenção do crescimento acelerado, foi sendo gradualmente substituído pelo paradigma neoliberal, que tem na abordagem dos mercados eficientes sua fonte de inspiração e dá ênfase a competitividade e a estabilidade monetária (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 507-508).

Filgueiras (2017) dá outro nome para esse paradigma, denominando-o de Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico. Para ele, um padrão de desenvolvimento capitalista é definido e identificado por uma gama de atributos (econômicos, sociais e políticos) que delimita, organiza e estrutura a dinâmica do processo de acumulação de capital e as formações sociais a ele subjacentes, existentes em certo Estado nacional (território) e durante um determinado período histórico<sup>20</sup>.

A partir de uma abordagem instigante, Filgueiras (2017) destaca como principal atributo de determinado padrão de desenvolvimento a forma como o “Bloco no Poder” se encontra configurado. Isto porque, para ele, este atributo teria como característica expressar e delimitar todos os outros atributos que identificam um padrão de desenvolvimento.

---

<sup>20</sup> Abordagem similar foi realizada pelo economista argentino Eduardo Basualdo, ao perceber que em um mesmo modo de produção e em específica formação econômica, existem uma sucessão de diferentes regimes de acumulação de capital, os quais se relacionam com uma certa estrutura econômica existente em uma determinada configuração histórica e com uma forma de Estado prevalecente em determinada quadra histórica. Para ele, a partir de 1930 e 1940 – quando a economia argentina tinha abandonado o regime de acumulação primário exportador – a Argentina adotou uma forma de regime de acumulação urbano-industrial que dedicava sua produção ao mercado interno. Contudo, para Basualdo, com o golpe militar de 1976, foi inaugurado um novo regime de acumulação que dilapidava o mercado interno e a indústria argentina, ao passo que reprimarizava a economia, centralizando-se na valorização financeira. Ver: Campos (2019, p. 129).

Assim, na medida em que o bloco no poder se constitui como o campo de atuação da unidade contraditória das classes e frações de classe na luta política, parece evidente a sua importância na estruturação da dinâmica do processo de acumulação de capital e das formações sociais que lhe são subjacentes, com inequívoca repercussão nos demais atributos que indicam dado padrão de desenvolvimento.

A esse notável atributo (a forma como o bloco no poder se encontra configurado), de acordo com a definição de padrão de desenvolvimento dada por Filgueiras (2017), são somados outros sete atributos, a saber:

1- A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho; 2- A natureza das relações intercapitalistas. 3- O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação. 4- O processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica. 5- O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo. 6- A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais 7- A natureza da inserção internacional do país. 8- As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes (FILGUEIRAS, 2017).

Ao associar as formas de dependência que se sucederam na economia brasileira às definições de padrão de desenvolvimento, Filgueiras (2017) explana que: A) entre 1850 e 1930, o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro ficou conhecido como padrão primário exportador<sup>21</sup>; B) entre 1930 e 1990, ao mudar de características, passou a se chamar de padrão de substituição de importações, e, finalmente; C) a partir de 1990 aos dias atuais, o padrão liberal-periférico<sup>22</sup>.

Acerca do primeiro período acima referenciado, intitulado como padrão primário exportador, é interessante notar como o empresariado industrial paulista, ainda no processo de crescimento da indústria, buscou manter, até 1930, uma relação de conciliação tanto com os comerciantes quanto com os cafeicultores. Sem se estender demais neste tema, utilizado mais pelo seu valor ilustrativo, é bom resgatar que, se é verdadeiro que o café possibilitou as condições mínimas

<sup>21</sup> Neste padrão de desenvolvimento, o grande capital cafeeiro correspondia a fração burguesa que detinha a hegemonia no bloco do poder e na sociedade, unificando as funções de produtor, comerciante, financiador e exportador de café. Além do capital cafeeiro, compunham o bloco no poder desse padrão as diversas oligarquias regionais formadas pela grande propriedade fundiária. Ver Filgueiras (2017).

<sup>22</sup> Com isso, de acordo com Filgueiras (2017), o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do poder executivo federal não se alterou os atributos que caracterizariam o padrão de desenvolvimento desse período como Liberal-periférico.

para que fosse possível a ocorrência do crescimento industrial, é certo, também, que ele obstaculizou uma política econômica que promovesse o processo de industrialização. Somente com o fim da hegemonia do setor cafeeiro no interior do bloco do poder, é que foi possível unificar o mercado nacional, removendo os obstáculos políticos para que o Estado desenvolvesse políticas econômicas que se harmonizassem com o potencial industrializante do país (BOITO JUNIOR, 2019, p. 1).

A análise desse processo, realizado nos primórdios do crescimento industrial nacional e, posteriormente, no processo de industrialização, bem demonstra a capacidade explicativa que o conceito “bloco no poder” possui ao ser utilizado para examinar e entender os mecanismos pelos quais se constitui um padrão de desenvolvimento capitalista.

Foi com o padrão de substituição de importação que o empresariado industrial ganhou relevância na economia brasileira, permanecendo dessa maneira até meados dos anos 1950. Ou seja, o bloco no poder manteve uma correlação de forças favorável ao grande capital industrial nacional que, ao ser hegemônico, dirigia e coordenava os diversos interesses na relação com o Estado. Nesse padrão de desenvolvimento, as oligarquias agrárias ainda possuíam papel importante, apesar de não serem mais a fração burguesa hegemônica.

Com o Plano de Metas (1956-1960) e a entrada de investimentos estrangeiros diretos, o capital industrial multinacional se incorporou ao bloco no poder, dominando os setores mais dinâmicos da indústria brasileira, passando a ocupar posição de hegemonia em seu interior, junto com a parcela do capital nacional perfeitamente integrada a ela.

Nessa época, a industrialização brasileira ganhou um novo e mais acelerado ritmo, desenvolvendo setores produtivos de bens de consumo duráveis e de bens de capital, ao mesmo tempo em que aumentava seu mercado interno e, em grande medida, internalizava a acumulação e o ciclo do capital. Aquele tipo de desenvolvimento de natureza nacional-desenvolvimentista da industrialização (praticado entre 1930 e meados de 1950) passou por uma transmutação que o direcionou ao desenvolvimentismo associado-dependente – teorizado por Fernando Henrique e Falleto (2010) (FILGUEIRAS, 2017).

Nota-se, portanto, que há profundas relações entre os condicionantes externos (mudanças nos paradigmas tecnológicos, fase dos ciclos econômicos nos países centrais, alterações nas

correlações geopolíticas, dentre outros) e os condicionantes internos (correlação de forças no interior do bloco no poder e nas lutas de classe dos dominados e dominantes, relação do bloco no poder com a configuração da institucionalidade do Estado encontrada, dentre outros) para que se constitua um padrão de desenvolvimento capitalista.

É por isso que a atuação do empresariado industrial paulista (representado pela FIESP) teve e tem – principalmente por se constituir como a maior federação dos industriais do país – importância considerável na configuração do padrão de desenvolvimento no qual a economia brasileira se insere. Ao definir como se posicionará no interior do bloco no poder e diante do padrão de desenvolvimento colocado em andamento, suas decisões, estratégias e táticas desempenham um papel importante no aprofundamento, ou não, das condições de dependência.

O padrão de desenvolvimento liberal-periférico surgiu com a crise do padrão de substituição de importações, que teve como expressão a crise da dívida externa dos anos de 1980. Seu surgimento, todavia, como sugere o conceito de bloco no poder, deu-se em meio de intensas lutas entre classes e frações de classe dominantes.

Apesar do início do governo FHC, em 1995, ter ocorrido sob um clima de elevado consenso (entre as frações da burguesia) naquilo que dizia respeito à constatação da falência do Estado Desenvolvimentista e da necessidade de reformas estruturais que possibilitassem a retomada do crescimento econômico, o padrão liberal periférico não passou a existir de uma hora para outra ou de maneira tranquila. Ele foi resultado de um processo conturbado de disputas no seio da sociedade brasileira e, especialmente, nas frações de classe da burguesia brasileira.

Inclusive, a dificuldade em construir um consenso entre os distintos interesses das variadas frações do capital (que possibilitasse tanto criar um projeto alternativo ao declinante Modelo de Substituição de Importações, quanto combater a intensa luta política e econômica promovida pela classe trabalhadora na década de 1980), que explica o fato do Brasil ter sido o último país da América Latina a colocar em prática um projeto neoliberal de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2006, p. 180-181).

Bem por isso – após 27 anos sem eleições diretas para a escolha do Presidente da República –, houve nada menos que 22 candidatos inscritos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016) para disputar a eleição daquele ano. Isto mostra que existia no interior do bloco no poder, e mesmo



na sociedade, um grande fracionamento de interesses e projetos em relação aos rumos que o Estado brasileiro deveria tomar.

A hipótese da vitória de Lula, e do programa nacional-estatista radical que ele então encarnava, alvoroçou e assustou as elites sociais e políticas. Mobilizaram-se como um monolito em torno de Collor, embora muitos o desprezassem. Utilizaram todos os meios, inclusive a difamação pessoal, para afastar o fantasma da hipótese de reformas radicais (REIS, 2019, p. 11).

Assim, somente com a ameaça causada pelo avanço das forças políticas ligadas aos trabalhadores, o projeto neoliberal se consolidou como expressão política das elites brasileiras, unificando em um bloco as diversas frações do capital (mesmo que sob o signo da contradição e do confronto). Este movimento dissolveu a tentativa – observada, ao menos, até o fracasso do Plano Cruzado (1986 – 1988) e a promulgação da Constituição de 1988 – de atualizar o Modelo de Substituição de Importação, que garantiria a centralidade do Estado no processo de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2006, p. 181-182).

De fato, o governo do presidente Fernando Collor de Mello cumpriu o papel de introduzir várias medidas ligadas às prescrições do Consenso de Washington (e quando não as implementou efetivamente, foi responsável por introduzi-las oficialmente no debate público), rompendo, portanto, com o modelo brasileiro de crescimento e desenvolvimento com forte participação do Estado e proteção tarifária, praticado durante grande parte do século XX (CASTRO, 2005, p. 142).

Vale notar que, enquanto ocorria a reunião que resultou no que veio a ser chamado de Consenso de Washington, no Brasil, Fernando Collor de Mello realizava sua campanha eleitoral e pavimentava o caminho que lhe levaria ao Palácio do Planalto. Sua campanha estava baseada no combate à inflação, aos super-salários do funcionalismo público e na modernização da economia brasileira. Para Souza (2008, p. 200), a vitória de Collor, em 1989, representou a inauguração de um projeto que só se encerraria em 2002, no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso. As semelhanças, complementariedades e afinidades existentes nos governos do caçador de marajás e do príncipe da sociologia podem ser ilustradas por um trecho de uma entrevista concedida por Fernando Collor, em que afirma que, por muito pouco, o Plano Real não foi concebido em seu governo. Disse o ex-presidente:

Ainda em 1992, o André Lara Resende me procurou. Almoçamos a sós no Palácio do Planalto. Ele me mostrou um plano que se chamava Brasil Ouro e que previa uma âncora cambial, além da desindexação. Era o Real, sem tirar nem pôr. André dizia que era a continuação do nosso programa econômico [...]. Tínhamos um cronograma [...]. Estávamos acumulando reservas internacionais e o plano viria em outubro de 1992, depois das eleições municipais. Mas eu fui ‘impichado’ antes (IstoÉ Dinheiro, nº 322, p. 32 out. 2003 *apud* SOUZA, 2008, p. 200).

De início, o governo Collor colocou em prática um plano que tinha o intuito de romper com a indexação da economia. Para isto, adotou duas medidas principais: a reforma monetária e a reforma administrativa e fiscal. A reforma monetária concentrou esforços numa drástica diminuição da liquidez da economia, realizando um bloqueio de cerca de 50% dos depósitos a vista, de 80% das aplicações de *overnigh* e fundos de curto prazo e de cerca de 33% dos depósitos de poupança (a intenção era conter o consumo e resgatar a capacidade do Bacen de fazer política monetária). Já a reforma administrativa e fiscal tinha como objetivo garantir um ajuste fiscal na casa dos 10% do PIB.

Além disso, criaria um programa de privatizações; uma melhora nos mecanismos de fiscalização e arrecadação, buscando diminuir fraudes e sonegações (tributárias, previdenciárias etc.); um maior controle dos bancos estaduais, e; outras tantas medidas que contribuiriam para o aumento de eficiência da administração pública e diminuição dos gastos públicos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012, p. 438).

Esse governo, além do ideário neoliberal do Consenso de Washington, o Plano Brasil Novo (que ficou conhecido como Plano Collor I e foi lançado no primeiro dia do governo) também contou com a influência dos estudos realizados pelo então professor Antônio Kandir, em sua tese de doutorado, defendida no Instituto de Economia da Unicamp e transformada em livro sob o título ‘A dinâmica da inflação’. Para Kandir, a fragilidade financeira do setor público era o fundamento da aceleração inflacionária em economias cronicamente inflacionárias, levando os “oligopólios” a remarcarem preventivamente seus preços para que ficasse assegurada a preservação de suas margens de lucro (SOUZA, 2008, p. 204).

De fato, quando Collor assumiu a presidência, em 15 de março de 1990, a inflação se encontrava na casa dos 80% ao mês; a expansão dos gastos do governo combinada com a redução da carga tributária (ocorrida no decorrer da segunda metade da década de 1980) fez com que, em 1989, o *déficit* no setor público alcançasse 6,9% do PIB; e os 9,7 bilhões de dólares das reservas

internacionais só existiam devido a atrasos em pagamentos dos juros aos credores externos (ABREU; WERNECK, 2014, p. 313-314). Foi nesta conjuntura que o Plano Collor I ou Plano Brasil Novo começou a ser implementado.

O objetivo central do plano era combater a inflação e diminuir o *déficit* público, porque, segundo seus idealizadores, sem isso as condições para que o Brasil entrasse no rol dos países de Primeiro Mundo não existiriam. Dentre as principais medidas do plano, pode-se citar: a extinção de 24 órgãos e empresas estatais, sendo que os funcionários não estáveis foram demitidos; o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); fim dos subsídios à exportação que não constavam na Constituição e o aumento da taxa sobre os lucros do setor agrícola; a volta do cruzeiro como moeda nacional, substituindo o Cruzado Novo, criado no governo Sarney; a fixação de salários e preços, só ajustados por índices de inflação prefixados; o fim dos títulos ao portador, incluindo os cheques ao portador que excedesse certo valor; a privatização das empresas estatais, visando reduzir a presença do Estado na economia, e; a abertura econômica, diminuindo, progressivamente, as alíquotas de importação.

Dentre aquelas medidas, uma de efeito simbólico importante foi a aceleração da abertura econômica, processo que o presidente Sarney tinha iniciado no final de seu governo. Com tal medida, buscava-se – de maneira complementar às outras – impedir que as empresas domésticas aumentassem seus preços, isto via o aumento da oferta de produtos conseguida pelo favorecimento à entrada de produtos estrangeiros. Foi neste contexto que o governo promoveu a isenção de tarifas de importação para quase mil produtos, eliminou ou reduziu a cobertura de barreiras não tarifárias, dentre outras ações que favoreceram a importação de produtos. O governo, em seus pronunciamentos oficiais, afirmava que essas medidas eram necessárias para que, no longo prazo, a economia brasileira conseguisse se modernizar (SOUZA, 2008, p. 204).

Apesar das profundas mudanças realizadas no manejo da economia, o resultado esperado não veio. A inflação, que seria (de acordo com o presidente Collor) abatida com um único tiro, a despeito de ter cedido um pouco, voltou a crescer a taxas próximas àsquelas existentes no início do governo em questão. Nem mesmo o recrudescimento da política neoliberal promovida pelo plano Collor II foi capaz de derrubar a inflação. Por outro lado, este plano expôs a fragilidade do governo no trato com o poder legislativo, ao não conseguir aprovar no congresso diversas medidas que compunham o plano (SOUZA, 2008, p. 208; ABREU; WERNECK, 2014, p. 316).

Diante desse cenário de crise, no início de 1992, por conta da combinação de fatores que prejudicavam as empresas e agravavam a queda no emprego e na massa salarial, criou-se um clima favorável para a construção de um entendimento entre governo, empresários e trabalhadores. Neste contexto, as centrais sindicais, a FIESP e os governos estadual e municipal de São Paulo encamparam uma série de debates para construir uma proposta alternativa ao governo central.

Foi por muito pouco, que a FIESP, as centrais sindicais e os governos estadual e municipal de São Paulo não fecharam um acordo em volta das Câmaras Setoriais, no qual se definiria uma negociação conjunta de preços, salários e tributos. Este acordo só não ocorreu porque, às vésperas do seu fechamento, a FIESP declarou que tinha discordância acerca da cláusula que estabelecia a abertura dos livros das empresas para que a composição de custos e a margem de lucros fossem divulgadas e analisadas.

Há, porém, outra explicação para o não fechamento do acordo, qual seja: a assinatura da Carta de Intenções com o FMI, que garantia a entrada de recursos externos no país, desde que fosse mantida aquela agenda recessiva prescrita pelo Consenso de Washington. Festejando o acordo com o Fundo, os empresários abandonaram as tratativas e as articulações que visavam a reversão da recessão e passaram a defender medidas que atenuassem seus efeitos (PACHECO FILHO, 1993, p. 46-47).

Esse episódio, no entanto, serve para ilustrar o fato da FIESP (talvez por não se constituir como uma burguesia nacional, mas como burguesia interna) não possuir um projeto para o Brasil, tomando muitas de suas decisões considerando apenas o curto prazo. Com efeito, apesar de no curto prazo a FIESP ser beneficiada com a entrada de recursos externos, o acordo com o FMI, naqueles termos, manteria vários de seus interesses econômicos contrariados pelas políticas de Estado até então executadas pelo governo federal. Tal comportamento da FIESP ilustra essa característica pouco consequente da burguesia interna. Suas decisões e escolhas estão muito mais ligadas às circunstâncias imediatas e às conjunturas do que a projetos de longo prazo, como restará demonstrado no próprio processo de impedimento de 2016.

Bem por isso, fazendo referência ao apoio que a FIESP tinha dado aos ditames do Consenso de Washington, ao publicar o documento “Livre para Crescer”, o professor Nilson Araújo de Souza relatou um episódio que revela muito da ambivalência presente nos setores que compõem a

burguesia interna. Disse em relação ao documento da FIESP:

Na época, declaramos que nosso empresariado tinha vocação suicida, pois a implementação daquele programa realizaria um verdadeiro massacre da indústria instalada no país. Quatro anos depois, em reunião com a diretoria da Fiesp, da qual participamos, mostramos o estrago que o programa econômico deflagrado por Collor já havia feito na indústria nacional. Ao final da reunião, o então presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, declarou: “Nas nossas discussões internas, temos dito que, a seguir esse caminho, vamos manter apenas a sigla Fiesp, mas teremos que mudar o nome de nossa entidade para Federação dos Importadores do Estado de São Paulo” (SOUZA, 2008, p. 204).

Apesar do fracasso das medidas tomadas no Governo Collor, o fato é que no período da eleição de 1994, muito por conta do êxito inicial do Plano Real, um cenário de otimismo começou a ser construído no país. Isto se deu com as entidades empresariais subscrevendo grande parte das medidas adotadas para alcançar a estabilidade macroeconômica e que pertenciam ao receituário neoliberal. Tal fato, no entanto, não afastou a existência de certas divergências no detalhamento das medidas, como, por exemplo, a oposição à paridade cambial praticada desde o início do governo FHC até o ano de 1999 ou a aversão à política de juros altos – utilizada pelo governo para atrair capitais externos, com intuito de garantir o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Porém, pouco a pouco, aquele consenso formado pelas diversas frações da burguesia brasileira em torno da candidatura de FHC, em 1994, foi se erodindo. Na medida em que ia sendo implementado o projeto ligado às ideias preconizadas no Consenso de Washington, os industriais, por exemplo, começaram a se sentir prejudicados, seja pela abertura comercial, seja pela paridade do real com o dólar. Não sem motivo, a FIESP e a CNI lideraram uma marcha para Brasília, em maio de 1996, que chegou a reunir cerca de três mil empresários de vinte estados da federação. Apesar de protestarem contra a elevada taxa de juros e a abertura comercial, que faziam parte da agenda neoliberal praticada pelo governo FHC, paradoxalmente também exigiam o aprofundamento das reformas.

Por outro lado (e aqui o paradoxo fica mais nítido), em 21 de junho do mesmo ano, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais realizaram uma greve geral contra a recessão e o desemprego e defendendo o aumento do salário-mínimo, a FIESP apoiou pública e ativamente a manifestação. O presidente da FIESP a época, Eduardo Moreira, chegou a angariar o apoio unânime dos diretores da Federação à sua posição de aceitação ao ato

trabalhista que foi anunciada em artigo na imprensa (BOITO JUNIOR, 2018, p. 309).

O jornal Folha de São Paulo publicou matéria que revelava o apoio silencioso de industriais, afetados negativamente pela política implementada pelo governo FHC, à greve. A matéria trazia o desgosto do diretor da empresa de fechaduras Fama, Werner Gerhardt, que, em apenas três anos – 1993 a 1996 –, perdeu 430 funcionários daqueles 990 que tinha em São Paulo. Werner reclamava: "alguém tem de fazer algo para chamar a atenção do governo para o desemprego alto, consequência dos juros altos e da abertura indiscriminada" (LUCCHESI, 1996).

Apesar da estratégia neoliberal não ter dado certo para o desenvolvimento da economia do país, o poder estrutural do capital financeiro aumentou no Brasil. Como contrapartida do repasse de US\$ 41,5 bilhões feito pelo FMI, em 1998, FHC se comprometeu a estabelecer e cumprir metas de *superávit* fiscal primário pelos três anos seguintes, antecipando um dos pontos que fariam parte do novo tripé macroeconômico que seria institucionalizado quando da crise da âncora cambial, em 1999, que levou o país a adotar uma política de câmbio flutuante. Assim, o governo se comprometia a elevar a taxa de juros o suficiente para se resguardar de um risco de depreciação cambial e estabelecer meta de *superávit* primário alta o bastante para compensar o custo fiscal dos juros elevados da dívida pública (BASTOS, 2017, p. 6).

A necessidade de recorrer a dois novos acordos (US\$15,7 bilhões, em 2001, e US\$37 bilhões, em 2002) revela o fracasso da austeridade pretendida e anunciada, cujo objetivo era recuperar as receitas do setor privado, que possuía dívidas em dólares, e garantir a rolagem dos passivos com novos influxos de financiamento do exterior. O outro acordo com o FMI aconteceu durante a campanha presidencial de 2002, tendo sido fundamental para disciplinar as propostas da candidatura de Lula, que produziu um documento – intitulado “Carta ao Povo Brasileiro” – em que assumia o compromisso de respeitar os termos daquele acordo e, na prática, manter o tripé da política econômica (BASTOS, 2017, p. 6).

Diante do que foi anteriormente exposto e adotando a definição realizada por Filgueiras (2017), é possível dizer que o padrão liberal-periférico, consolidado quando da acomodação da atual institucionalidade do regime macroeconômico – que remonta ao ano de 1999 –, possui algumas características estruturais fundamentais que o diferenciam do padrão que o antecedeu (padrão de substituição de importações), quais sejam:

- a) uma fragilização da classe que vive do trabalho, que passou a enfrentar as consequências do aumento do desemprego estrutural, da terceirização, do trabalho informal e da precarização do trabalho;
- b) uma redefinição das relações intercapitalistas, como decorrência das privatizações e da abertura comercial e financeira, que reconfigurou as correlações de forças no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, levando o capital estrangeiro a ganhar relevância em detrimento do capital estatal e o capital financeiro (nacional e internacional) a uma posição dominante que, ainda segundo o autor, modificou o papel (antes hegemônico) do capital industrial, fortalecendo no bloco do poder os grandes grupos nacionais (frações de classe) vinculados à produção e exportação de *commodities*;
- c) um aumento da vulnerabilidade externa do país, em razão da abertura comercial e financeira, que fez com que o país se inserisse na divisão internacional do trabalho de maneira mais deteriorada, reprimarizando suas exportações (no compasso em que acelerava a desindustrialização que tinha se iniciado nos anos 1980) e aumentando sua dependência financeira, sobretudo, comprometendo as contas públicas (via dívida pública) que, na prática, obstaculizava a possibilidade de realizar políticas econômicas;
- d) uma fragilização dos Estados nacionais no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, principalmente, em função das privatizações e da abertura financeira, que impactou sua capacidade financeira, reduzindo o poder estatal de regular a economia e implementar políticas macroeconômicas e de respaldo a produção;
- e) uma nova configuração no bloco no poder, que deu ao capital financeiro posição hegemônica capaz de definir as políticas fundamentais do Estado. O conjunto de mudanças operadas neste padrão de desenvolvimento justificava a alteração ocorrida no interior do bloco no poder, ao mesmo tempo em que era a nova correlação de forças em seu interior que viabilizava as mudanças realizadas.

Com base nestas características estruturais fundamentais, que definem o conceito elaborado por Filgueiras e Gonçalves (2007), conclui-se que:

Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro – frente às demais frações do capital. É periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o torna mais regressivo ainda quando comparado a sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países

capitalistas centrais (FILGUEIRAS, 2017).

Por isso, é possível dizer que o padrão de desenvolvimento liberal-periférico, surgido dos embates travados tanto no interior do bloco no poder quanto na sociedade, desde fins da década de 1980, teve início com a abertura comercial e financeira, as privatizações, a desregulamentação da economia, tendo como resultado direto e praticamente imediato o deslocamento para uma posição de hegemonia do capital financeiro em sua relação com o Estado.

Nessas circunstâncias, a FIESP passou a acumular diversos prejuízos e, na medida em que o Estado ia sendo ainda mais hegemônico pelo rentismo, ela ia buscando novas formas de luta para, na sociedade (com classes e frações de classe dominadas) e no interior do bloco no poder (com outras classes e frações de classe dominantes), enfrentar as medidas que colidiam com seus interesses específicos (FILGUEIRAS, 2017; BOITO JUNIOR, 2017; PINTO, BALANCO; 2014).

Nesse contexto, de esgotamento da política neoliberal, enquanto pretendo instrumento de salvação econômica do país, que se forjou uma frente neodesenvolvimentista, integrada pela FIESP, que deu sustentação política às medidas implementadas pelos governos petistas, que se sucederam aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, conforme será explicitado doravante.

### 3.3 A FIESP E A FORMAÇÃO DE UMA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA PARA PROMOÇÃO DE MUDANÇAS NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, no ano de 2003, ocorreu em um quadro econômico muito conturbado. Já em 2002, na trilha da campanha presidencial, o Brasil sofreu um intenso ataque especulativo, motivado, também, pela possibilidade da vitória do candidato petista, mas não só por isto. Na tentativa de acalmar o mercado, a candidatura petista à presidência da república divulgou, em 22 de junho de 2002, um documento intitulado “Carta ao Povo Brasileiro”, no qual se comprometia a respeitar os contratos assinados, manter o superávit primário nos níveis necessários, controlar a inflação e conservar o câmbio flutuante (PALOCCI FILHO, 2007, p. 25-37).



Havia um cenário de elevada fragilidade macroeconômica que favorecia a execução do ataque especulativo. Por conta da fragilidade das reservas internacionais, na casa dos ínfimos 38 bilhões de dólares, dos quais 21 bilhões foram obtidos pelo governo Fernando Henrique por meio de um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil tropeçava em uma aguda dívida líquida do setor público, indexada tanto à taxa básica de juros (Selic), quanto à taxa câmbio.

Com efeito, o que se viu em 2002, em relação a 2001, foi uma substantiva piora das condições macroeconômicas: a inflação brasileira saltou de 7,7%, em 2001, para 12,5%, em 2002; a dívida líquida do setor público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 52%, em 2001, para 60%, ao final do governo de FHC; o risco-país superou a marca dos 2.400 pontos; enfim, uma situação de vulnerabilidade muito forte. Deste modo, verifica-se que o presidente Lula recebeu o país com, para além dos já conhecidos e graves problemas sociais, as finanças públicas fortemente deterioradas e uma pressão inflacionária importante (BARBOSA, 2013, p. 69).

Mesmo avaliando que o cenário externo favorável cumpriu um papel importante na obtenção da melhora dos indicadores econômico (haja vista, por exemplo, o crescimento de 326% nos preços das *commodities*, entre os anos de 2001 e 2011, ocorrido mesmo com a emergência da grave crise financeira de 2008), não se pode desconsiderar a decisiva importância que a gradual e amena reorientação (no sentido de promover uma redistribuição da renda e uma elevação dos investimentos em infraestrutura física e social) da política econômica que vinha dos anos 1990 também teve naquelas conquistas. Já no triênio 2003-2005, o governo Lula implementou políticas que visavam expandir e universalizar as transferências de renda, culminando na criação do Programa Bolsa Família (CARVALHO, 2018, p. 13-14).

A “Carta ao Povo Brasileiro”, combinada com a escolha, para vice-presidente na chapa inscrita no TSE para a eleição presidencial de 2002, de um empresário da indústria do setor têxtil, representou uma mudança de qualidade no projeto e na campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores, quando comparado com as eleições de 1989, 1994 e 1998.

Boito Junior (2018, p. 304) defendeu que ao redor dos governos petistas se formou uma frente política – por ele batizada de frente neodesenvolvimentista<sup>23</sup> – que dava sustentação às medidas implementadas por aqueles governos. Esta frente política (formada pela burguesia interna e por importante parcela dos setores populares), apesar de ter apresentado significativas melhoras nos indicadores econômicos, possuía um programa pouco ambicioso – se comparado àquele que representava a aliança (defendida até 1964) entre a classe operária e a burguesia nacional ou, mesmo, o programa estatizante que o PT defendeu durante a eleição de 1989.

Em relação a esta frente política que se formou, é possível descrevê-la como sendo ampla, heterogênea e repleta de contradições. Ela tinha como força dirigente a grande burguesia interna brasileira e reunia a baixa classe média, o operariado urbano e o camponês remediado<sup>24</sup>. Além disso, também incorporava aquele amplo e heterogêneo setor social que envolve desempregados, subempregados, trabalhadores autônomos, camponeses em situação de desgraça (campesinato pobre) e outros setores que compõem aquilo que André Singer (2012) chamou de subproletariado (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

Atendendo ao programa dessa frente política, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff usaram alguns elementos importantes de política econômica e social que se diferenciavam daqueles usados durante os mandatos de FHC. O programa da frente neodesenvolvimentista (frente dirigida pela burguesia interna) buscava o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, ainda que o almejasse sem que para tal fosse necessário ultrapassar os contornos do modelo neoliberal, ainda em curso no país (BOITO JUNIOR, 2012, s/p).

Dentre os elementos de política econômica e social usados durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, Boito Junior e Berringer (2013, p. 32) indicam: A) políticas de

---

<sup>23</sup> De acordo com Boito Junior, a utilização do termo desenvolvimentista se justifica por conta da frente política assim chamada recorrer à aplicação de um programa de política econômica e social que tinha o crescimento econômico acompanhado de alguma transferência de renda como objetivo, ainda que este objetivo não imputasse ao programa a busca pela superação do modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Enquanto o uso do prefixo “neo” se devia ao fato do desenvolvimentismo contido no programa dessa frente política que sustentou os governos petistas ser distinto daquele desenvolvimentismo de 1930 a 1980. O autor alerta para o fato dele não ser taxativo no que quesito da diferença representada pelo prefixo “neo”. Ainda assim, enumera seis diferenças entre o desenvolvimentismo de 1930-1980 e o neodesenvolvimentismo dos anos 2000. Ver Boito Junior (2012, s/p).

<sup>24</sup> Boito Junior (2012, s/p) descreve como camponeses remediados aqueles que possuem vinculação com a CONTAG e os setores assentados do MST que demanda do governo assistência técnica, financiamento para a produção e circulação, além de mercado e preços mínimos. Já os camponeses pobres seriam os que não possuem terra (sem-terra) ou com pouca terra e reivindicam a desapropriação das terras ociosas e uma política mais ativa de assentamentos.

aumentos reais do salário mínimo e das transferências de renda, que tinham como efeito a elevação do consumo das famílias, dado elevada propensão marginal a consumir dessa parcela da sociedade; B) aumento da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se destinava ao financiamento da taxa de juros subsidiada oferecida às grandes empresas nacionais; C) elaboração de políticas que visavam apoiar as grandes empresas brasileiras ou instaladas no país em suas buscas de elevar a exportação de mercadorias e de capitais, e; D) durante os momentos de crise, valeu-se de política econômica anticíclica como uma maneira de manter a demanda agregada.

A este respeito, Bastos (2017, p. 7) acredita que o início do governo Lula foi marcado por uma precaução tática, em que o recuo buscava acumular forças para, posteriormente, mudar a política econômica por outra que expressasse melhor o arco de aliança que o elegeu. Porém, ainda de acordo com o autor, essa escolha pelo recuo tático ajudou a consolidar uma institucionalidade que condensava interesses estratégicos do capital financeiro e que lhe entregava um poder que tinha capacidade de vetar qualquer mudança que lhe pudesse ser desfavorável na luta ideológica e na correlação de forças.

Por não ser um partido da burguesia interna e por possuir profundas relações com os movimentos sociais e com os segmentos populares organizados da sociedade, é compreensível que, para não sofrer intenso desgaste em sua base social, o PT tivesse que incluir em sua política social e econômica (ainda que marginalmente) as reivindicações das classes populares. Aliás, a própria formação da frente neodesenvolvimentista só foi possível porque muitas das reivindicações das classes e frações de classe dos setores dominados tinham sido acolhidas no programa que a frente política passou a defender.

Contudo, como observado por Boito Junior (2018, p. 304), tal fato não impediu que os governos Lula e Dilma priorizassem a implantação daquelas políticas que contemplavam os interesses da burguesia interna. Essa observação se opõe à análise de Singer (2012, p. 13), para a qual, a partir de 2003, contando com ajuda da conjuntura econômica internacional, os governos – sob o comando do PT – passaram a priorizar a redução da pobreza – dando destaque ao combate à miséria – e a ativação do mercado interno (sem que, para isto, fosse necessário criar uma mobilização de confronto ao capital).

Evidentemente, seria um grave erro considerar que estes dez anos foram homogêneos e uniformes, sem alterações ou flexibilizações nas políticas econômicas. Barbosa (2013), para facilitar a análise, dividiu os dez anos em quatro fases, considerando as prioridades do governo e os choques econômicos sofridos pelo país. A primeira fase faz um recorte temporal que vai de 2003 a 2005, período que tem na figura do ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, sua maior expressão. A segunda fase vai de 2006 a 2008, momento marcado pela tentativa do governo Lula em acelerar o crescimento, elevando o investimento e aumentando o emprego. A terceira fase focaliza os anos de 2009 e 2010, em que o governo manejou alguns instrumentos para minimizar os efeitos da crise internacional de 2008. E, finalmente, a quarta fase, que cobre o primeiro biênio do primeiro governo Dilma, tendo como objetivo responder ao novo ambiente internacional, na medida em que buscava aprofundar as mudanças iniciadas na Era Lula.

Eleita em 2010, Rousseff iniciou sua gestão promovendo um ajuste que visava desaquecer a economia. Elevou, em abril de 2011, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), indo de 1,5% para 3,0%, enquanto o Banco Central adotou um conjunto de medidas, conhecidas como “medidas macro prudenciais”, que buscava elevar as restrições ao crédito, principalmente ao financiamento para aquisição de veículos.

Além disso, o governo desacelerou o ritmo dos investimentos públicos. Esse fator associado à demissão do Ministro dos Transportes (realizada no bojo da “faxina” que Dilma fez em meados de 2011) resultou em novos arranjos políticos definidores de diferentes prioridades, no que dizia respeito aos projetos em andamento. Dessa forma, houve problemas com o investimento tanto considerando novos projetos quanto os já iniciados pelo ministro que acabava de ser demitido. Essa atuação pragmática em direção a um intenso ajuste em pleno início de mandato tinha em Antônio Palocci Filho sua expressão mais visível. Palocci, após cinco anos de afastamento, voltara a ter importância nos rumos do governo, dessa vez não mais ocupando o Ministério da Fazenda, mas a chefia do Ministério da Casa Civil (VILLAVERDE, 2016, p. 54).

A segunda fase da crise financeira internacional se fez sentir, no governo Dilma, exatamente no último semestre de 2011, após um período relativamente normal, em que se praticou restrição orçamentária, reformas ministeriais, em decorrência de denúncias, e um aumento do investimento social para os mais pobres. Nesta segunda fase da crise, houve um deslocamento do centro da crise, partindo de *Wall Street* para o meio do continente europeu. Nos dias 4 e 5 de agosto de 2011, o mundo revive os agitados dias de 2008. Os capitais se refugiaram nos títulos

norte-americanos e alemães, a agência *Standard & Poor's* rebaixou a dívida pública dos Estados Unidos, as bolsas mais importantes passaram por fortes turbulências e o pânico se estabeleceu nas mesas de operação financeira do planeta. A Itália, Espanha e França passaram a sofrer sucessivos ataques especulativos (SINGER, 2015, p. 41-42).

A mudança nos condicionantes externos traria nova alteração na condução das medidas aplicadas pelo governo. O ambiente da economia mundial piorou muito com o recrudescimento da crise nos países europeus. Essa percepção tomou conta do governo quando o presidente do Banco Central do Brasil (Bacen), Antônio Tombini (vindo de uma reunião promovida, em 25 e 26 de agosto de 2011, pelo Federal Reserve – o banco central americano – em Wyoming, EUA), trouxe a informação de que a crise que envolvia Espanha, Portugal, Itália e Grécia era muito mais grave que se imaginava.

O governo Dilma, assim como fez o governo Lula, em 2008, buscou manter o ritmo de crescimento local. Tal busca ocorreu adotando medidas que vinham sendo montadas desde a substituição de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini no comando do Bacen, em novembro de 2010, as quais Singer (2015, p. 43) chamou de “ensaio desenvolvimentista”. Estas medidas, dentre outras coisas, justificavam-se pela necessidade de se obter um crescimento do PIB em torno de 5% ano, para que fossem mantidas as reformas graduais do lulismo.

Segundo o sociólogo e jornalista André Singer, entre 2011 e 2012, os desenvolvimentistas passaram a ocupar maior espaço nas decisões de política monetária e “avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança”. Quando parecia haver cessado o duelo, com a vitória dos desenvolvimentistas, o Banco Central (Bacen) elevou a taxa Selic, em abril de 2013 – aproximadamente um ano após o pronunciamento da presidenta em rede nacional –, redirecionando os bancos aos espaços de decisão da política monetária. Assim, era frustrada a perspectiva de condução de uma política de intuito desenvolvimentista no país (SINGER, 2015, p. 40).

De acordo com a narrativa de Dweck e Teixeira (2017, p. 1), apesar de ter herdado uma situação econômica favorável do governo Lula – crescimento de 7,5% –, que foi seguida de uma preocupação com a aceleração inflacionária (decorrente das pressões do crescimento econômico), o governo Dilma Rousseff se defrontou com uma importante alteração no cenário

fiscal e macroeconômico, ainda que tenha conseguido manter o desemprego nos menores níveis da série histórica, como mostra a ilustração a seguir:

Gráfico 1 - Taxa de Desemprego Mensal – Brasil, 2002.03-2015.12

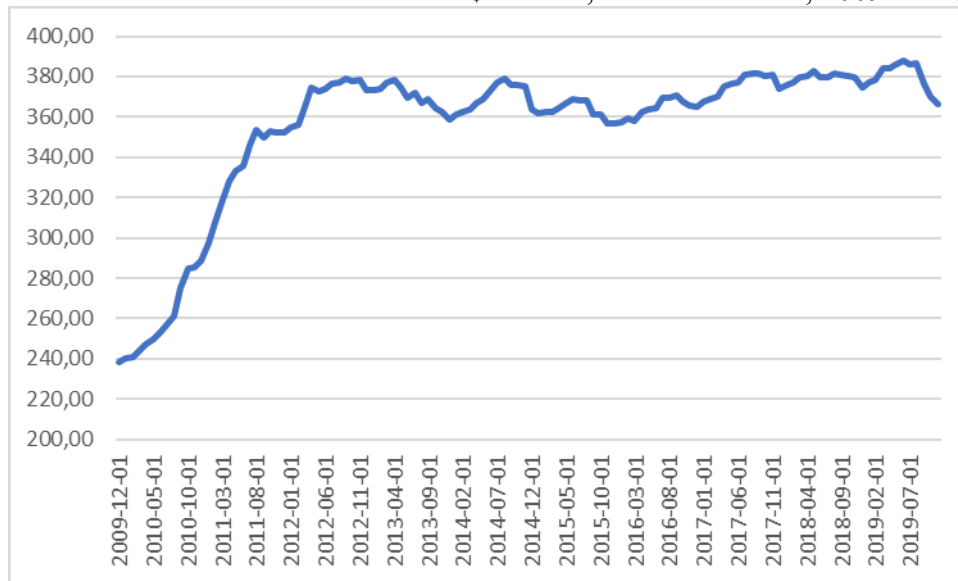


Fonte: IPEADATA, 2019b.

A análise desse cenário de queda da taxa de desemprego (ou alcance do pleno emprego) será retomada posteriormente no presente trabalho, quando da análise da crise 2014-2016, que culminou no apoio da FIESP ao *impeachment* de 2016.

Após este breve relato acerca dos governos Lula e Dilma, faz-se imperioso assinalar que, após dez anos de governos petistas, a situação econômica do país havia se modificado. Neste período ocorreu um aumento, ainda que sutil, do crescimento econômico, uma redução das taxas de inflação, uma queda na relação dívida/PIB, uma expansão das reservas internacionais e uma diminuição da vulnerabilidade externa, ainda que conjuntural. Ao mesmo tempo, o Brasil vislumbrou uma expressiva geração de empregos com carteira assinada e diminuição da taxa de desemprego, aumento real dos salários e, finalmente, introdução de importante parcela da sua população na sociedade de consumo (BARBOSA, 2013, p. 69).

Gráfico 2 - Reservas Internacionais – US\$ bilhões, Mensal – Brasil, 2009.12-2019.11

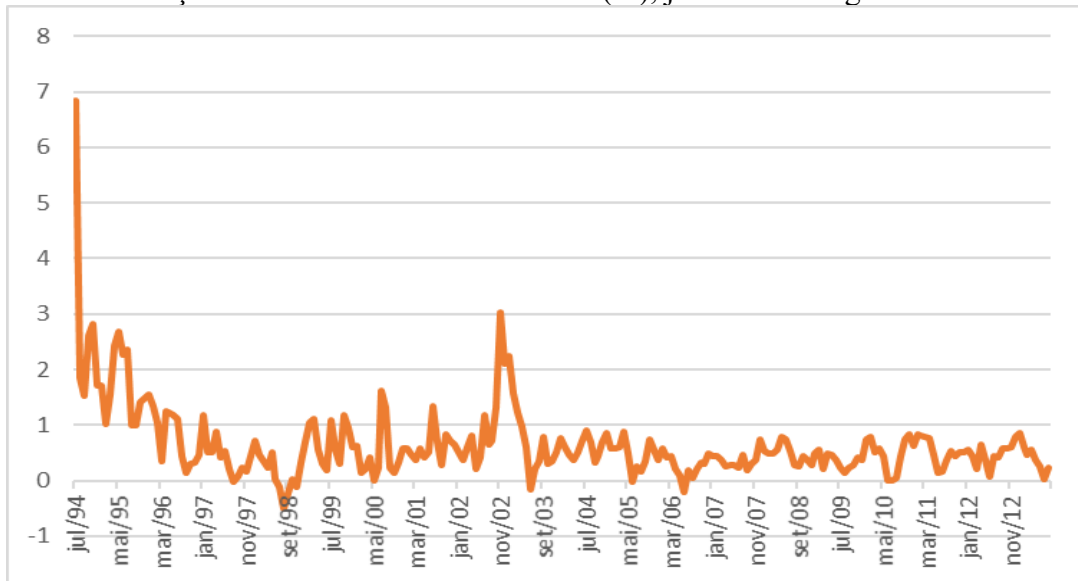


Fonte: Elaboração própria, 2019 a partir de dados do Bacen 2019.

Não é demais lembrar que em 2002 o Brasil praticamente não possuía reservas internacionais, já que 21 bilhões de dólares, dos 38 bilhões de dólares disponíveis no Bacen, eram resultado de um empréstimo do governo FHC junto ao fundo Monetário Internacional (BARBOSA, 2013, p. 69).

Além disso, de 2004 a 2012 os governos mantiveram a inflação dentro da meta, algo que não ocorreu entre 2001 a 2003. Sendo que, em 1999 e 2004, a meta só foi atingida porque houve uma revisão da meta no decorrer do ano. O controle da inflação no período mencionado foi conquistado mesmo com a inflação chegando próximo do teto da meta, como nos anos 2010-2012 (SUMMA; BRAGA, 2013, p. 122). Como fica ilustrado no gráfico seguinte.

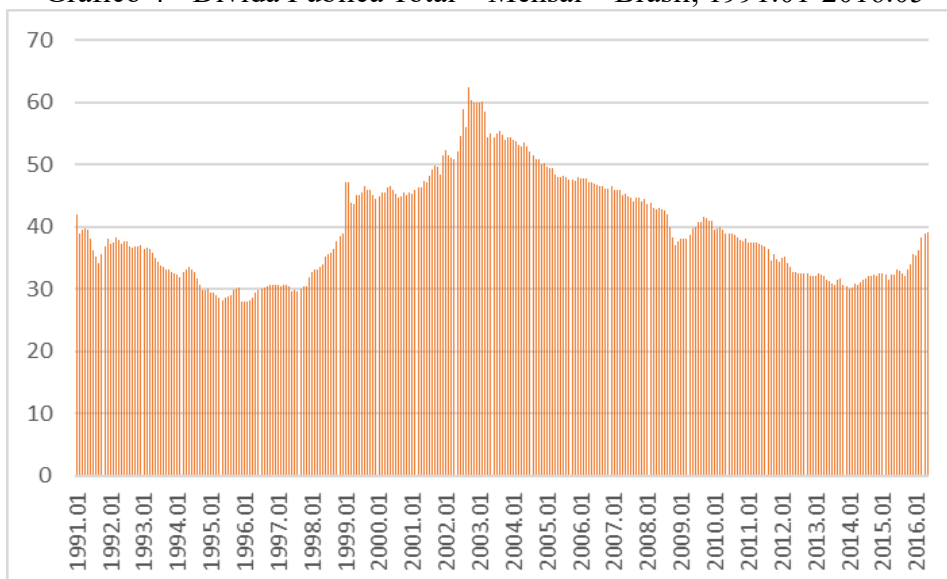
Gráfico 3 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA  
Variação mensal durante o Plano Real (%), julho 1994 - agosto 2013



Fonte: Elaboração própria, 2019 a partir de dados do IBGE 2019.

É inegável como a dívida pública foi caindo ao longo dos governos petistas de modo consistente. Segundo Barbosa (2013, p. 69), o Partido dos Trabalhadores encontrou as finanças públicas em 2003 em uma situação extremamente difícil, como uma dívida líquida, no final de 2002, de 60% do PIB, quando, no fim de 2011, era de 52% do PIB. Sendo que FHC, quando tomou posse no ano de 1995, este indicador econômico marcava 30% do PIB.

Gráfico 4 - Dívida Pública Total – Mensal – Brasil, 1991.01-2016.05



Fonte: Elaboração própria, 2019 a partir de dados do IPEADATA 2018.



Essas mudanças ficam mais expressivas ao serem comparadas com o que se passou no Brasil durante o período da constituição inicial do padrão liberal-periférico, forjada entre os governos de Fernando Collor e FHC. O padrão de desenvolvimento liberal-periférico, vale recordar, caracteriza-se, estrutural e fundamentalmente, pelo: A) aumento do desemprego estrutural, terceirização, trabalho informal e precarização do trabalho; B) redefinição das relações intercapitalistas – oriundas das privatizações e da abertura comercial e financeira –, levando tanto o capital estrangeiro a ganhar relevância em detrimento do capital estatal, quanto o capital financeiro (nacional e internacional) a uma posição dominante em relação ao capital industrial (antes hegemônico); C) aumento da vulnerabilidade externa, fruto da abertura comercial e financeira que inseriu o país na divisão internacional de modo mais deteriorado – reprimarizando suas exportações e aumentando sua dependência financeira; D) fragilização dos Estados nacionais, por conta das privatizações e da abertura financeira, no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, expresso na redução do poder estatal de regular a economia e implementar políticas macroeconômicas e de apoio a produção, e; E) nova configuração no bloco no poder, dando ao capital financeiro posição hegemônica de definir as políticas fundamentais do Estado.

Nota-se, comparando com o que foi dito acerca dos governos Lula e Dilma, que algumas daquelas caracterizações do padrão liberal-periférico sofreram relevantes mudanças no período em que a burguesia interna passou – graças ao papel desempenhado pela frente neodesenvolvimentista – a ocupar uma posição mais proeminente no interior do bloco no poder<sup>25</sup> (FILGUEIRAS, 2017).

A título de exemplo, houve alteração na regulação da relação capital-trabalho, tendo em vista a variável consistente no nível de desemprego, que no padrão liberal-periférico:

Teve a sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial – que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões. Como consequência, a capacidade de organização, mobilização e negociação dos sindicatos se reduziu dramaticamente (FILGUEIRAS, 2017).

---

<sup>25</sup>A este respeito, Boito Junior (2012, p. 68) preferiu não ser taxativo acerca da hipótese da burguesia interna ter se convertido na fração hegemônica no interior do bloco durante os governos petistas.

Contudo, notou-se um cenário diverso nos governos petistas em relação a essa variável: a principal relação no interior do sistema capitalista – a relação capital-trabalho – foi reformada a favor dos trabalhadores. Não que o modo de exploração do trabalho tenha sido alterado, mas – comparado com que se via na década de 1990 – as mudanças foram significativas.

O crescimento econômico – notado no desempenho das grandes empresas brasileiras do setor agropecuário, da construção pesada, da produção mineral, do comércio varejista, da construção naval, da indústria de transformação e de outros setores que eram beneficiados pela situação econômica internacional e pelas políticas implementadas pelos governos do PT – teve um forte impacto na redução do desemprego. Esta, somada às políticas de transferência de renda, à política de recuperação do salário-mínimo e à política de construção de moradias populares ocasionaram significativos benefícios para os trabalhadores do mercado formal, assim como para os trabalhadores informais, desempregados e os segmentos marginalizados da população – camponeses pobres, moradores da favela etc. (BOITO JUNIOR, 2018, p. 184).

Ou seja, a política econômica praticada pelos governos petistas, com o apoio da frente neodesenvolvimentista, contemplava tanto políticas de aumentos reais no salário-mínimo, quanto de correspondentes aumentos nas transferências de renda que promoviam uma elevação do consumo das famílias, dado elevada propensão marginal a consumir dessa parcela da sociedade (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013, p. 32).

Aliás, a formação da frente neodesenvolvimentista só foi possível porque incluiu as reivindicações das classes e frações de classe, que não se encontravam no interior do bloco no poder, em seu programa. Tanto é assim, que Boito Junior (2018, p. 184) anotou que quase todas as centrais sindicais – CUT, Força Sindical, CTB, NCST, UGT, CGTB – teriam integrado a frente neodesenvolvimentista, mesmo que isso tivesse custado uma discreta cisão no movimento sindical brasileiro<sup>26</sup>.

De acordo com Pochmann (2012, p. 10), a importante alteração ocorrida nos anos 2000, naquilo que se refere à relação entre renda do trabalho e da propriedade, é explicada pelo impacto na estrutura produtiva promovido pela retomada do crescimento econômico, este que levou duas

---

<sup>26</sup> A adesão da CUT à frente neodesenvolvimentista e o apoio ao governo Lula fez com que surgisse uma cisão no interior dessa central sindical que levou parte minoritária do movimento a formar, em 2004, a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) e, em 2006, a Intersindical.

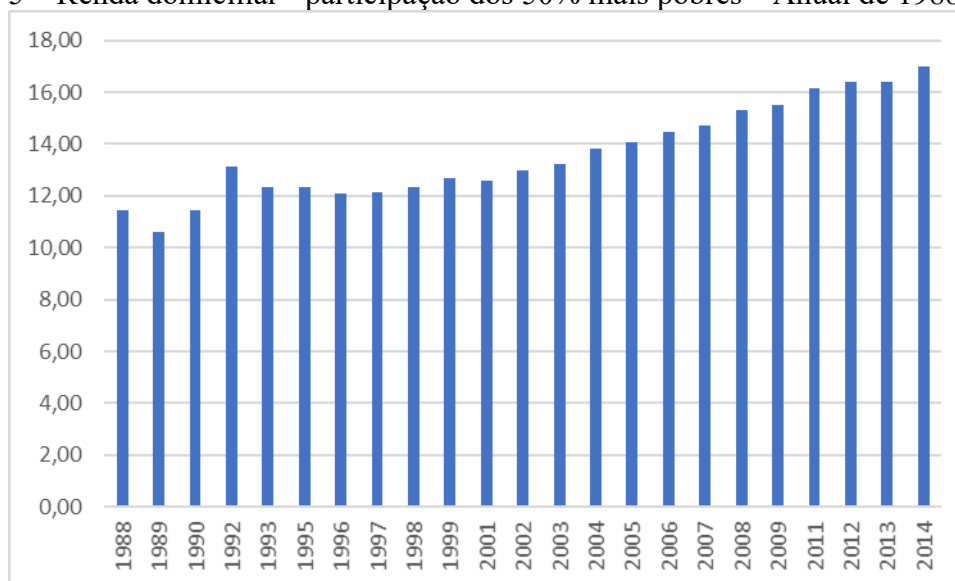
décadas sem ocorrer por conta das políticas de orientação neoliberal praticadas no Brasil. O impacto na estrutura produtiva pode ser constatado pela mudança que o mercado de trabalho sofreu, quando do seu fortalecimento resultante, sobretudo, da expansão do setor de serviços – caracterizado pelo rendimento salarial de até 1,5 salário-mínimo mensal. Assim, o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho pode ser explicado pelas alterações na estrutura produtiva, bem como pela política de aumentos reais do salário-mínimo e pela política de transferência de renda.

Trata-se, pois, de quadro diverso daquele produzido na década de noventa. A abertura comercial realmente impactou de maneira importante no nível de desemprego no país. Só em 1995, a indústria tinha deixado de criar 390 mil empregos por conta do aprofundamento da abertura comercial promovida pelo Plano Real – entre 1992 e 1995, as importações cresceram 142% frente ao crescimento de apenas 30% das exportações. Some a isso a degradação do emprego, defendida pelo neoliberalismo por via da desregulamentação do mercado de trabalho, que – apesar de não ter avançado muito no Brasil (pelo menos até a reforma promovida no governo Temer) – jogou os trabalhadores numa posição de defensiva na década de 1990. Tudo isso era agravado pela desregulamentação ilegal usada por empresários e incentivada pelos governos, ao precarizar a fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (BOITO JUNIOR, 1999, p. 86-97).

Outra característica marcante do padrão liberal-periférico que sofreu mudanças nos governos Lula e Dilma foi a que diz respeito ao seguinte atributo: a estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais.

Realmente, ao olhar o desempenho dos governos da década de 1990, nota-se subida da concentração de renda e redução nos gastos sociais. Ainda que, de 1994 a 1995, tenha sido visto uma leve melhora na distribuição de renda. Entre 1990 e 1996, os 50% mais pobres passaram a apropriar apenas 12% em média da renda – na década de 1960 essa apropriação era de 18%, na de 1970 de 15%, na de 1980 de 14% (BOITO JUNIOR, 1999, p. 100-101). Contudo, estes índices socioeconômicos começaram a sofrer importantes alterações durante o período em que a frente neodesenvolvimentista atuou dando sustentação aos governos do PT. Tais mudanças foram no sentido oposto ao que se verificou durante os governos que implementaram o receituário do Consenso de Washington.

Gráfico 5 – Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres – Anual de 1988 até 2014



Fonte: Elaboração própria, 2019 a partir de dados do IPEADATA 2019a.

No gráfico acima é visível o deslocamento ascendente da participação da renda pelos 50% mais pobres da população. No último ano do segundo mandato de FHC, este indicador era de 12,97%, enquanto em 2014, correspondeu a 17%. Sendo que durante os governos petistas, este indicador cresceu ano a ano (IPEADATA, 2019a).

Em concordância com o argumento de que os governos petistas promoveram mudanças no que se refere à distribuição de renda e da riqueza, Pochmann (2012, p.2) afirma, partindo de informações disponibilizadas pelo IBGE, que o período de 15 anos seguinte à implementação do Plano Real, pode ser identificado, naquilo que se refere aos rendimentos do trabalho e da propriedade no Brasil, por duas trajetórias diametralmente opostas.

A primeira trajetória, marcada temporalmente pelos nove primeiros anos daquele período, constitui-se por uma queda na participação dos salários na renda nacional e pelo concomitante aumento dos rendimentos da propriedade. Prova disso é que entre 1995 e 2004, enquanto a renda da propriedade cresceu 12,3% no que tange a sua participação na renda nacional, a renda do trabalho sofreu uma perda de 9%. A segunda trajetória, cujo desenvolvimento ocorreu entre os anos de 2004 e 2010, tem como importante marca o crescimento da participação dos salários na renda nacional, isto acumulado nos 6 anos seguidos, enquanto a participação da renda de propriedade sofreu sucessiva queda. Neste período, a participação dos salários cresceu 10,3% e dos lucros, juros, renda da terra e aluguéis caiu 12,8% na renda nacional. Desse modo, a

repartição da renda nacional, verificada em 2010, entre trabalho e propriedade, era praticamente igual àquela observada em 1995, início da estabilização monetária (POCHMANN, 2012, p. 9-10).

As mudanças realizadas na economia brasileira nos anos 2000 tiveram três fatores propulsores, quais sejam: os programas de transferência de renda para os segmentos mais carentes da sociedade, em particular o bolsa-família; os aumentos reais do salário mínimo; os artifícios fomentadores ao crédito para as famílias; e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dirigido para a infraestrutura e orçado em R\$503,9 bilhões (US\$252,9 bilhões à taxa de câmbio média de 2007) para o período 2007-2010, sendo que cerca de 60% proviriam do setor público (empresas estatais e orçamento público) (NASSIF, 2018, p. 14).

Assim, diferentemente do “milagre” econômico do regime militar (1968-1973), em que se registraram no Brasil taxas médias de crescimento anuais de 11,1%, mas enorme concentração de renda no topo da pirâmide salarial, no período decorrido entre 2006 e 2010 o país conseguiu, simultaneamente, crescer à média de 4,5% a.a. e reduzir o nível de desigualdade social (NASSIF, 2018, p. 14).

Enfim, como mencionado, a partir de 2003 a realidade brasileira mudou significativamente, tocando em características estruturais e fundamentais do padrão liberal-periférico. Com isso não se quer dizer que um novo padrão de desenvolvimento foi constituído durante o período em análise, até porque para isso seria necessário um esforço que foge ao escopo desta pesquisa. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que diversos atributos que integram a própria caracterização do padrão liberal-periférico foram reformulados pelas mudanças promovidas pelos governos sustentados pela frente neodesenvolvimentista, integrada pela FIESP.

O presente capítulo ilustrou a economia brasileira como uma economia dependente, utilizando-se dos conceitos capturados da teoria da dependência encontrados em Cardoso e Falleto (2010). Em seguida, foi delineado o padrão de desenvolvimento liberal-periférico, bem assim a formação posterior de uma frente neodesenvolvimentista, que deu suporte a governos que promoveram alterações em atributos que caracterizam o referido padrão de desenvolvimento.

Também foi delineada a atuação da FIESP, como fração de classe integrante da burguesia interna inserida no bloco no poder, em ambos os momentos: A) na década de noventa,

inicialmente aderindo aos ditames do Consenso de Washington e em seguida sendo crítica da aplicação desse modelo, diante do fracasso para a indústria nacional; B) integrando a frente neodesenvolvimentista, apoiando os governos petistas nos quais diversos indicadores econômicos nacionais foram positivos, como já abordado acima.

Estando a economia nacional em momento positivo até então, com a FIESP integrando a frente neodesenvolvimentista desde o início, o que teria ocorrido, nos anos seguintes para que esta entidade industrialista apoiasse um processo abrupto como o impedimento de um Presidente da República?

## 4 A CRISE 2014-2016. O APOIO AO *IMPEACHMENT* PELA FIESP

### 4.1 AJUSTE FISCAL, O GERME DA NOVA MATRIZ ECONÔMICA E OS AFAGOS AO GOVERNO

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência em circunstâncias bastante desafiadoras: A) o Brasil sediaria dois eventos esportivos que exigiam investimentos em infraestrutura que demandavam recursos consideráveis; B) tendo recebido, de seu antecessor, um crescimento de 7,5% do PIB, atraindo pressões para que mantivesse o crescimento, mesmo que com taxas menores; e C) com a inflação – calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) – fechando o ano de 2010 em 5,91%, o maior índice desde 2004, de maneira que o novo governo seria pressionado a trazer a inflação para o centro da meta.

O final de 2010 foi marcado por forte confiança no que se referia ao crescimento econômico do país. Logo após alcançar um aumento de 7,5% do PIB, dados coletados pelo Bacen informavam que o mercado tinha uma expectativa de crescimento do PIB, para o ano de 2011, na ordem dos 4,5%. A sensação era de que a crise tinha ficado para trás ou se restringia aos países ricos. Desta forma, a preocupação ficou muito limitada à inflação, que seguia os movimentos internacionais de elevação dos preços das *commodities* e acabava por elevar as expectativas inflacionárias para o futuro. Por isso, o governo que se iniciava estabeleceu como prioridade manter o poder de compra do real, sem criar fortes constrangimentos para a continuidade do crescimento econômico (BEM; PAIM, 2012, p. 12-13).

Tanto é assim que na 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no dia 26 de abril de 2011, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que o governo realizaria ajustes para garantir a continuidade do crescimento de maneira sustentável e para enfrentar os problemas internacionais que estavam se desenvolvendo naquele ano. Neste sentido, noticiou que, por exemplo, ocorreria uma reversão total dos estímulos criados em 2009 e 2010, com a diminuição de subsídios criados à época e com a volta dos impostos que foram reduzidos para estimular o consumo, bem como que o governo realizaria um corte de 50 bilhões de reais nos gastos públicos, principalmente no custeio (CDES, 2019, s/p).

Para Sicsú (2011), a escolha do governo em reduzir a aceleração do crescimento tinha sido correta, já que buscava conter o excesso de demanda criado pelo significativo crescimento verificado em 2010. Sem isso, visto que a ocupação da capacidade produtiva tinha chegado ao seu limite, a continuidade do crescimento naquelas taxas contribuiria com uma alta generalizada dos preços. Para ele, além da restrição, a contenção se justificava pela tentativa de, no futuro, retomar a taxa de crescimento do PIB, por meio da majoração da taxa de crescimento do investimento e do abrandamento da taxa de crescimento do consumo das famílias.

Parte da preocupação com o descontrole inflacionário, existente no início de 2011, tinha origem no fato da inflação – calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – ter fechado o ano de 2010 em 5,91%, o maior índice desde 2004. Ainda que a inflação tenha ficado abaixo do teto, o fato de não ter se mantido no centro da meta preocupava muitos analistas e o próprio governo. Essas expectativas de aceleração da elevação dos preços ganharam mais força com a divulgação de índices mais altos nos primeiros três meses de 2011. Foi neste contexto que, já em janeiro de 2011, o Copom aumentou a taxa básica de juros, que era mantida em 10,75% desde julho de 2010 (BEM; PAIM, 2012, p. 13).

Em resumo, acreditando que o país obtería um crescimento entre 4,5 e 5% do PIB, o governo adotou no primeiro semestre daquele ano um conjunto de medidas restritivas. Em fevereiro, realizou um corte preventivo de R\$ 50 bilhões dos gastos previstos. Depois, elevou a meta de superávit primário em R\$ 10 bilhões e reduziu o aporte dos recursos direcionado ao BNDES pelo Tesouro. Estas medidas foram acompanhadas de sucessivos aumentos da taxa Selic, estabelecidas pelo Copom em cinco reuniões consecutivas, de janeiro a julho, chegando ao nível dos 12,5% ao ano. Como se tais medidas não fossem suficientes, o Bacen manteve a adoção das macroprudenciais<sup>27</sup> para segurar a expansão do crédito (SICSÚ, 2011).

No entanto, Bem e Paim (2012, p. 13) fizeram uma importante ponderação a respeito, demonstrando que havia excessiva preocupação na tese que professava o descontrole inflacionário. Esses autores defendiam que, caso a inflação de 2012 coincidissem com as

---

<sup>27</sup> O uso das políticas macroprudenciais se difundiu no contexto de piora da crise financeira global e de críticas aos modelos e políticas convencionais. Tais políticas se referem às medidas de regulação e supervisão do sistema financeiro que miram na criação de um ambiente de estabilidade que ultrapassa a mera preocupação com os agentes individuais, fixando-se na estabilidade sistêmica. No Brasil, no final de 2010, o Banco Central (BC) usou as medidas macroprudenciais (aumento de depósitos compulsórios e requisitos de capital para determinadas operações de crédito) para desaquecer a economia e conter o crescimento inflacionário. Ver Prates e Cunha (2012).



expectativas que existiam de um menor IPCA, a média das taxas dos quatro anos anteriores (incluído o próprio ano de 2012) seria menor que a verificada na média do período 2008-2011, que foi meramente de 0,5% superior à média de 2004-2007.

Tabela 1 –  
Inflação, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo,  
Brasil –1996-2011

ANOS	INFLAÇÃO	MÉDIA DO PERÍODO
1996	9,56	
1997	5,22	6,3
1998	1,66	
1999	8,94	7,6
2000	5,97	
2001	7,67	8,9
2002	12,53	
2003	9,3	
2004	7,6	
2005	5,69	5,2
2006	3,14	
2007	4,46	5,4
2008	5,9	
2009	4,31	5,7
2010	5,91	
2011	6,5	

Fonte: IBGE *apud* Bem e Paim (2012).

Destarte, para os referidos autores, o frenesi criado em torno da expectativa de um descontrole inflacionário não encontrava base em um estudo mais detido nas médias do índice de inflação dos quadriênios de 1996-1999 e 2000-2003, que eram muito superiores à média de 5,7%, observado no quadriênio 2008-2011, como mostrou a Tabela 1. Além disso, é importante ressaltar que parte das taxas observadas nos anos que precederam 2012 resultava da ampliação da renda real da população e da recomposição de salários dos setores contidos na base da pirâmide social brasileira, o que obviamente pressionava os preços para cima. Some-se a isso, o relevante aumento dos preços das *commodities* agrícolas registrados entre junho de 2010 e abril de 2011, que impactava nos preços dos alimentos (BEM; PAIM, 2012, p. 13).

O fato é que, apesar dessas ponderações, as escolhas e medidas realizadas pelo governo Dilma, no primeiro semestre de 2011, foram no sentido de desacelerar o ritmo do crescimento econômico, por conta da crença que muitos tinham na necessidade de conter o excesso de

demanda para não permitir a disparada da inflação (CARVALHO, 2018, p. 56). Porém, no último semestre de 2011, a segunda fase da crise financeira internacional repercutiu de maneira mais incisiva no país, logo após um período de relativa normalidade no governo Dilma, em que se praticou um ajuste orçamentário e, por conta de denúncias, realizou-se reformas ministeriais.

Nessa segunda fase da crise internacional, houve um deslocamento do centro da crise, saindo de *Wall Street* e indo para o continente europeu. Nos dias 4 e 5 de agosto de 2011, o mundo reviveu os agitados dias de 2008. Os capitais se refugiaram nos títulos norte-americanos e alemães, a agência *Standard & Poor's* rebaixou a dívida pública dos Estados Unidos, as bolsas mais importantes passaram por fortes turbulências e o pânico se estabeleceu nas mesas de operação financeira do planeta. A Itália, a Espanha e a França passaram a sofrer sucessivos ataques especulativos (SINGER, 2015, p. 41-42).

Nesse quadro de crise internacional, a Agenda FIESP (estratégia baseada em uma agenda de políticas econômicas apoiadas pela entidade industrialista para estimular a oferta agregada, que será melhor explicitada doravante) se viabilizou como a defesa de uma política econômica pautada na ideia de que o governo tinha exagerado na dose do ajuste fiscal.

Essa narrativa torna razoável o apontamento feito por Rossi e Mello (2017, p. 254) de que o ajuste praticado no início de 2011 era o prenúncio da estratégia que veio a ser implementada depois, uma vez que o ajuste naqueles moldes abria espaço fiscal para que o governo pudesse baixar mais rapidamente os juros e conceder os benefícios fiscais que eram requisitados por setores do empresariado, sobretudo o industrial.

Como ilustração de tal análise, um fato importante ocorreu em 26 de maio de 2011, com a publicação, no caderno de Opinião do jornal Folha de São Paulo, de artigo assinado pelos presidentes da FIESP (Paulo Skaf), da CUT (Arthur Henrique) e da Força Sindical (Paulo Pereira da Silva), que tinha como título “O Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, que anunciava a realização de um seminário, organizado pelas entidades referidas, sendo que na mesma ocasião fora entregue um documento com tal temática ao governo federal.

“Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego” – como o primeiro resultado de um trabalho conjunto e contínuo, inédito e marcante, entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical realizado em 2011– fez o seguinte

diagnóstico sobre os acontecimentos dos anos 2000: a economia brasileira apontava, para a década de 2010, uma curva mais estável de crescimento, resultante de uma política que articulou, na década anterior, estabilidade macroeconômica, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda. Havia, também, a constatação de que os governos do presidente Lula tinham acertado ao decidir dinamizar o grande potencial do mercado interno brasileiro via uma política de valorização do salário-mínimo, universalização de programas como Pronaf (agricultura familiar) e Bolsa Família, o aumento da disponibilidade de crédito, conexo a uma retomada dos investimentos públicos. Entretanto, o documento dizia que os resultados obtidos já não eram capazes de garantir a continuidade de um desenvolvimento virtuoso. Por isto, era fundamental um novo projeto que consistisse em acelerar o desenvolvimento com justiça social (FIESP, 2011, p. 7-8).

Esse fato bem demonstra que existia, seguramente, um comportamento que condizia com a formação daquela frente política neodesenvolvimentista, integrada por classes e frações de classe que se localizam dentro ou fora do bloco no poder. Os trabalhadores também demonstravam interesse na implementação de políticas que estimulasse a oferta agregada. Ou seja, setores importantes da frente neodesenvolvimentista passaram a defender uma mudança na política econômica que viesse a fortalecer a indústria brasileira (SKAF; HENRIQUE; SILVA, 2011; FIESP, 2011).

Nesse contexto e quadra histórica, a relação que a FIESP tinha estabelecido com os governos do PT era tão vantajosa aos seus interesses que, em entrevista dada ao programa televisivo “É Notícias”, de responsabilidade do jornalista Kenneth Alencar, em 27 de maio de 2013, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, realizou verdadeira defesa do governo da presidenta Dilma Rousseff. Perguntado se o governo Dilma estaria intervindo demais na economia, Paulo Skaf respondeu que:

Agora, pode ocorrer; um governo proativo se toma várias iniciativas, ninguém é perfeito. Se, eventualmente, um caso ou outro passar um pouco do limite. Isso tudo pode acontecer, mas eu diria que tá muito mais para o positivo que para o negativo (*sic*) (ALENCAR, 2013)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> ALENCAR, Kennedy. **Kennedy Alencar entrevista Paulo Skaf (Bloco 1/3)**. Programa "É Notícia" exibido em 26 de maio de 2013. Publicado em 12 de julho de 2013 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pJga98rgKVY&t=5s>>.

Na citada entrevista, o presidente da FIESP defendeu a política de redução do preço de energia do governo, bem como o modelo de concessões<sup>29</sup> adotado pela equipe econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff, que, segundo ele, aumentaria a competitividade, reduzindo preço e aumentando a qualidade (ALENCAR, 2013).

Além disso, quando provocado pelo jornalista a comentar sobre o aumento dos juros – realizado depois do governo ter recebido críticas da oposição por estar (essa era denúncia) sendo leniente com a inflação, por meio do uso político do Bacen –, Paulo Skaf criticou o governo, considerando que com tal medida o governo reduziria o crescimento econômico do país (ALENCAR, 2013).

Já em relação à política dos campeões nacionais, Skaf ponderou dizendo que seria melhor se não houvesse concentração e que milhares de pequenas e médias empresas também recebessem apoio do BNDES. Contudo, fez essa ponderação sem aprofundar na crítica à gestão desenvolvida por Luciano Coutinho à frente do BNDES (ALENCAR, 2013). Obviamente que, tivesse ele aprofundado a crítica a tal diretriz, de apoio aos grandes conglomerados nacionais, melindraria muitos empresários (grande burguesia interna) que eram beneficiários desta política, muitos deles pertencentes a FIESP.

Na mesma entrevista, quando questionado sobre a responsabilidade, atribuída aos governos do PT, pelo processo de desindustrialização que estava em curso no Brasil, Skaf respondeu que apesar de realmente estar em curso um processo de desindustrialização – a indústria deixando de representar algo em torno de 25% do PIB para representar 15%, como se vê na figura a seguir –, não seria justo culpar os governos petistas, visto que este processo antecede tais governos.

---

<sup>29</sup>Este modelo de concessão, denominado concessão a menor preço, diferenciava-se da concessão onerosa utilizada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. Na prática, a diferença entre estes dois tipos de concessão residia no fato de que: enquanto na concessão onerosa os vencedores eram aqueles que ofereciam o maior pagamento de outorgas (uma espécie de aluguel), o que onerava as tarifas cobradas pelos serviços prestados, mas elevava arrecadação do governo; na concessão a menor preço, vencia a concessão aquele que oferecesse a menor tarifa pelo serviço prestado, o que diminuía a arrecadação do governo, e, ainda, se houvesse prejuízo, o governo assumiria. Este modelo de concessão foi usado, principalmente, no setor de infraestrutura.

Gráfico 6 – Indústria de Transformação (% do PIB), Brasil, 1948 a 2018  
(nova série compatibilizada para o SCN Ref. 2010 com correções das quebras metodológicas e *dummy* financeiro)



Fonte: IBGE apud Morceiro (2019, s/p)

E completou sua resposta mirando “seus canhões” para os governos de FHC, lembrando, até, da política de moeda sobrevalorizada de Gustavo Franco, que provocou grandes prejuízos para a indústria do país. Ao se referir, contudo, ao câmbio praticado no governo Dilma, relativizou suas críticas, dizendo que poderia ocorrer uma desvalorização de 20%, mas que isto poderia gerar uma pressão inflacionária. Assim, afirmava que a desvalorização promovida pelo governo Dilma, apesar de insuficiente, era equilibrada (ALENCAR, 2013).

Dessa maneira, resta evidente que até aquela quadra histórica a FIESP ainda integrava a frente neodesenvolvimentista que sustentava o governo Dilma que, por seu turno, atendia a diversas demandas do setor industrial, gestando políticas públicas visando implementar o que se convencionou chamar como Nova Matriz Econômica ou “Agenda FIESP”, que se constituiu como uma tentativa de superar a deterioração estrutural do complexo industrial brasileiro e atender as pressões políticas das entidades empresariais (SKAF; HENRIQUE; SILVA, 2011; ROSSI; BIANCARELLI, 2015).

Márcio Holland, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ao tentar justificar, em uma longa entrevista dada ao jornal Valor Econômico, o pífio crescimento do PIB em 2012, acabou criando a expressão Nova Matriz Econômica, que passou a ser usada pelos economistas ortodoxos para criticar as medidas tomadas durante o governo Dilma, as quais objetivavam incentivar o investimento público e promover a modernização do parque produtivo. Na entrevista, publicada em 17 de dezembro de 2012, o pós-doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley) e doutor em economia pela Unicamp afirmou que o crescimento de 0,9% do PIB, em 2012, tinha sido o resultado de um momento de acomodação, em que se abandonavam os ajustes realizados entre 2010 e 2012 (que impactaram as expectativas dos agentes econômicos) e se adotava aquilo que ele batizou como Nova Matriz Econômica (ROMERO, 2012, s/p).

Perguntado sobre em que consistia a matriz, Holland respondeu:

A primeira perna é a taxa de juros, que caiu 5,25 pontos percentuais no intervalo de 12 meses. Os agentes econômicos aguardavam esse ciclo de alteração da política macroeconômica. Com essa mudança, a estrutura de incentivos está sendo preparada para um ambiente de juros baixos. Os investidores, bancos, economistas, analistas em geral, estão revendo seus modelos de negócio. Há uma fase de transição (ROMERO, 2012, s/p).

E mais:

A segunda perna do tripé da nova matriz é uma taxa de câmbio mais competitiva, algo fundamental. Grandes economistas já desprezaram a importância do câmbio para o investimento, a produção, o emprego e o crescimento. O terceiro aspecto da matriz é o que, internacionalmente, se chama de “consolidação fiscal amigável ao investimento e ao crescimento” (ROMERO, 2012, s/p).

Por outro lado, a Agenda FIESP é uma expressão crítica criada pela economista Laura Carvalho para nomear o modelo econômico adotado em 2011 e aprofundado até as eleições presidenciais de 2014. Segundo a aludida economista (CARVALHO, 2018, p. 59), esta agenda se caracterizou pela diminuição dos juros, desvalorização do câmbio, retenção dos gastos e dos investimentos públicos e uma ampla política de desonerações tributárias, combinada com o represamento das tarifas de energia e com um alargamento do crédito do BNDES.

Como a própria autora revela, ao refutar usar a expressão Nova Matriz Econômica, a utilização da expressão Agenda FIESP se deve ao fato de as associações patronais terem referendado as

políticas colocadas em prática em fins de 2011. Ainda que as mesmas associações tenham, como lembrou Carvalho (2018, p. 58-59), “abandonado o barco” e apoiado o *impeachment*. Doravante serão traçadas as principais medidas tomadas pelo governo, formando o conjunto do que se convencionou chamar de Nova Matriz Econômica ou, em termo crítico, com certa dose de ironia, de Agenda FIESP.

#### 4.2 A AGENDA FIESP

Conforme mencionado acima, a Agenda FIESP foi o nome dado ao conjunto de medidas adotadas no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, que também ficou conhecido como Nova Matriz Econômica (NME). Este conjunto de medidas tinha o intuito de criar incentivos para que o setor privado iniciasse um processo de aumento de seus investimentos na economia nacional.

Buscando frear a queda da taxa de investimento e tentando estimular o investimento por parte do setor privado, o governo Dilma executou políticas públicas que, visando a redução dos custos, elevariam a margem de lucro do empresariado. Neste sentido, a taxa de juros nominal cobrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi reduzida para estimular novos investimentos, a folha de pagamento de certos setores e os impostos incidentes sobre importação de bens de capital sofreram desonerações, o câmbio sofreu uma depreciação para aumentar a competitividade e a margem de lucros dos exportadores. Tais medidas garantiram a continuidade de taxas positivas de investimento, até 2014, ainda que de maneira desacelerada (CORRÊA; LEMOS; FEIJO, 2017, p. 1137).

Assim, nascia a convicção de que o modelo de crescimento usado nos governos Lula deveria ser substituído: em vez de manter o estímulo ao mercado interno por meio das medidas já descritas, o governo deveria dar centralidade ao crescimento baseado no desenvolvimento industrial, nos moldes do modelo asiático, estimulando o aumento das exportações (CARVALHO, 2018, p. 55).

Uma das condições para que o desenvolvimento industrial fosse alcançado, de acordo com os defensores da estratégia industrialista, ou Agenda FIESP, residia no fim da excessiva valorização do real – que impedia até mesmo as empresas possuidoras do domínio tecnológico

mais sofisticado de concorrerem no mercado internacional – e na diminuição das altas taxas de juros – que mantinham profunda relação com a valorização do real<sup>30</sup> (BREESER-PEREIRA, GALA, 2010).

O presidente da FIESP, inclusive, cobrou do governo, por meio da imprensa, medidas que baixassem os juros, desonerassem a folha de pagamento e que compensassem a perda de competitividade que a indústria brasileira sofria por conta do real valorizado (CARVALHO, 2018, p. 57-58).

Com as taxas de juros em níveis elevados, a capacidade do país em atrair capitais especulativos de fora aumentava, o que resultava na valorização do real, sobretudo, em relação ao dólar. Ou seja, com as taxas de juros praticadas no Brasil (muito altas, se comparadas com as de outros países), o interesse dos investidores estrangeiros por títulos públicos brasileiros aumentava, ocasionando uma elevação da demanda de reais e da oferta de dólares (CARVALHO, 2018, p. 55-56).

Em tal quadra histórica, sob o manto da Agenda FIESP, ao se reduzir a taxa básica de juros, a desvalorização cambial era conquistada, tendo como ônus a possibilidade de ocorrer um descontrole da inflação<sup>31</sup>. Assim, a queda da taxa de juros e a, conseqüente, subida da taxa de

---

<sup>30</sup> A esse respeito vale mencionar as implicações que as significativas mudanças nos fluxos de capitais globais, ocorridas depois da crise de 2008, tiveram na economia brasileira. Enquanto no período anterior à crise os fluxos de capitais para os países emergentes não chegavam a 20% dos fluxos dos capitais globais, o período que vai de 2010 a 2013 teve os países emergentes como destino de quase metade dos fluxos dos capitais globais. Essas mudanças ocorreram como resposta à expansão monetária que os governos dos países ricos adotaram como instrumento para superar a crise. Ou seja, com o afrouxamento da política monetária nos países ricos, os capitais, sobretudo os especulativos, passaram a migrar para países que possuísem taxas de juros relativamente mais altas que as daqueles países. Com a mudança do destino dos capitais, os países emergentes, especialmente os da América Latina, sofreram uma gigantesca valorização de suas moedas domésticas, que, casada com a manutenção da subvalorização das moedas asiáticas, acabou prejudicando a competitividade dos seus produtos e aumentando o consumo dos produtos importados. Ver Carvalho (2018, p. 60).

<sup>31</sup> Em relação ao debate da (des)valorização cambial, ainda sob a administração do presidente Lula da Silva, em setembro de 2010, havia uma preocupação com aquilo que o ministro Guido Mantega chamou de guerra cambial. As considerações do ministro sobre a tal guerra cambial ecoaram na imprensa internacional, como mostram as reportagens vinculadas pelo *Financial Times* e pelo *The Wall Street Journal*. As duas reportagens registraram o pioneirismo do ministro em falar abertamente sobre um tema que vinha preocupando diversos governos e analistas. Na ocasião, o ministro da Fazenda denunciou uso que alguns governos faziam de políticas cambiais para ganhar mercado e afirmou que o Brasil teria os instrumentos para impedir a sobrevalorização do real e que os usaria se fosse necessário. Foi nesse sentido que, em outubro de 2010, o governo aumentou de 2% para 4% o Imposto sobre Operação Financeira (IOF), que incidia sobre ganhos de investimentos estrangeiros em renda fixa. Esta medida foi lembrada, em coluna no Jornal Folha de São Paulo, de 12 de outubro de 2010, pelo, à época, primeiro vice-presidente da FIESP e diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, o empresário Benjamin Steinbruch. Nesta coluna, o empresário expressou seu contentamento com a realização do 2º turno nas eleições presidenciais de 2010, o que tornaria possível discutir temas que ficaram omissos no 1º turno: como a guerra cambial e a necessidade de se reduzir os juros. Para isto, ver Steinbruch (2010).



câmbio foram associadas a uma defesa mais intensa de ajuste fiscal, que contribuiria para o controle da demanda doméstica e dos preços. Ou seja, no dizer de Carvalho (2018, p. 56), a Agenda FIESP envolveria a alteração da política fiscal expansionista (realizada com aumento de gastos e do investimento público) e da política monetária contracionista (juros elevados) para uma política fiscal contracionista (com diminuição dos gastos e do investimento público) e uma política monetária expansionista (com os juros mais baixos).

Com isso, o governo, com o apoio da FIESP (burguesia interna), pelo menos em tese, buscava, por meio da desvalorização cambial, fazer com que os produtos nacionais passassem a custar menos que os produtos concorrentes estrangeiros, o que incentivaria o aumento das exportações e a queda das importações, estimulando, dessa maneira, os investimentos privados. Havia, ainda que implicitamente, uma concepção de que o capitalismo brasileiro deveria passar a ser dirigido pelos empresários e não mais pelo Estado.

Nesse período, tanto o BNDES quanto a Petrobras foram instrumentos importantes na condução dos estímulos governamentais. Enquanto o primeiro teve seu balanço expandido para viabilizar a política de campeões nacionais, a segunda encarou um ousado plano de investimentos em Exploração e Produção (pré-sal) e na área de refino. O efeito dessa política foi que os investimentos da Petrobras passaram a representar 10% do realizado no país (BARBOSA FILHO, 2017, p. 52).

Portanto, o governo Dilma – buscando incentivar uma modernização no parque produtivo por meio do investimento privado, mas sem perder de vista o controle da inflação – optou por uma contração da política fiscal, que garantiria a contenção da demanda, já que a diminuição tanto dos gastos governamentais, como dos investimentos públicos controlariam, em parte, a demanda e a pressão inflacionária. Por outro lado, a opção por uma política monetária frouxa tinha o sentido de incentivar os investimentos privados, na medida em que, com juros mais baixos, a modernização do parque produtivo encontraria novas fontes de financiamento e, de quebra, contribuiria com a desvalorização do câmbio.

Desse modo, para os defensores da Agenda FIESP ou da estratégia industrialista, era necessário que o governo Dilma substituísse o modelo de crescimento baseado no mercado interno e no consumo, usado durante os governos do presidente Lula, para um novo modelo baseado no aproveitamento do mercado externo e do investimento privado (CARVALHO, 2018, p. 55-56).

Dessa forma, o governo passou a dar centralidade para as medidas que garantissem condições de competitividade para a indústria nacional em um cenário internacional bastante adverso. Buscou-se reduzir os custos de insumos (com redução dos preços de energia elétrica e combustível), aumentar oferta de crédito (reduzindo os juros e o *spread* bancário), desvalorizar o real e aplicar uma extensa política de subsídios e desonerações fiscais (BASTOS, 2017, p. 3).

Nesse contexto, ocorreu o lançamento do Plano Brasil Maior (PBM), que coincidiu com a guinada que o governo Dilma promoveu em sua política econômica, quando começou a implementar aquele conjunto de medidas que veio a ser chamado de Nova Matriz Econômica ou Agenda FIESP, que contou com apoio decisivo da FIESP e das centrais sindicais.

De acordo com Almeida (2011, p. 7), o Plano Brasil Maior (PBM) foi pobre e pouco ousado, tendo como sua maior lacuna a inexistência de uma visão de futuro. Talvez por isto, os instrumentos, os recursos, os incentivos e a energia dedicada estivessem tão aquém dos desafios impostos por uma indústria como a brasileira – diversificada e com peso significativo na sua economia.

Um plano desse tipo deveria selecionar setores, cadeias ou atividades dentro da preocupação de desenvolver rapidamente as bases para a transformação industrial, que serviria como polo dinamizador da indústria a longo prazo (ALMEIDA, 2011, p. 7).

É claro que uma política industrial pode e deve contemplar vários outros objetivos, como a preservação ou reforço da competitividade de setores e regiões, desonerações e ações para ampliar o investimento e a exportação, etc, mas sem o desafio da transformação da estrutura industrial perde muito de seu significado (ALMEIDA, 2011, p. 7).

Oito meses depois do seu lançamento, em abril de 2012, o PBM recebeu do governo Dilma a incorporação de novas medidas. Tais medidas, como também o próprio Plano, foram objeto de análise do Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECOMTEC) e do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DEREX) – ambos pertencentes à estrutura de diretorias da FIESP –, que dizia o seguinte:

Foi positivo o Governo ter sinalizado preocupação com o desenvolvimento da indústria, inclusive pelo envolvimento pessoal da Presidenta Dilma Rousseff

no desenvolvimento do Plano. A divulgação de novas medidas do PBM, oito meses após seu lançamento, representa o reconhecimento pelo governo de que as medidas originais foram insuficientes. Embora sejam necessárias, as novas medidas ainda não são suficientes para resolver o problema da falta de competitividade brasileira, pois, em síntese, não são capazes de oferecer isonomia à produção nacional versus os competidores estrangeiros. O custo Brasil implica num adicional de mais de 40% nos custos da indústria de transformação nacional em comparação com a de países desenvolvidos. (...) as novas medidas do PBM representam desonerações tributárias da ordem de R\$ 17,77 bilhões para a indústria de transformação, entre os anos de 2012 e 2014. Portanto, tais desonerações equivalem a somente 0,13% do PIB estimado para igual período. Ressalte-se que a indústria de transformação é o setor que mais contribui com a arrecadação tributária no país (33,9% do total da carga em 2010). As novas medidas chegaram muito tarde. Desde o lançamento do PBM em agosto de 2011 o ambiente de negócios para a produção, que já era bastante hostil, se deteriorou significativamente em função, principalmente, do agravamento da crise internacional. A timidez das novas medidas do PBM é substancialmente neutralizada pela trajetória do câmbio nos últimos anos, bem como insuficiente para compensar os fatores desfavoráveis do ambiente de negócios – o “Custo Brasil” (FIESP, 2012, p. 7-8).

Não há dúvidas que o governo Lula também usou da política de desonerações, destacadamente no PAC, porém no primeiro governo Dilma tal política ganhou centralidade na política econômica, tornando-se o principal eixo da política fiscal e industrial do governo. Quando do início do PBM, somente quatro setores integravam o público-alvo para receber os benefícios das desonerações, porém, em 2014, o número de setores beneficiados já alcançava 56. Inclusive, algumas dessas desonerações deixaram de ter prazo e passaram a ser permanentes (CARVALHO, 2018, p. 70). Tudo isso com o consentimento e até com cobranças do empresariado industrial paulista, que até aquele momento integrava a frente neodesenvolvimentista, atuando como burguesia interna.

Ainda que não esteja no escopo dessa dissertação o aprofundamento sobre o grau de incentivos e programas de financiamento em relação às restrições financeiras do governo, vale notar que o chamado “pacote de bondades” que foi promovido pelo PBM, muito pouco tem a ver com uma verdadeira política industrial. Incentivos deveriam ser destinados para a premiação dos esforços em investimento e inovação da economia como um todo (não somente do setor industrial), bem como da promoção do crescimento das atividades que nos levarão ao futuro (ALMEIDA, 2011, p. 8).

Com efeito, o PBM (apesar de ter sido uma demonstração do esforço do governo em retomar a utilização de políticas industriais) não conseguiu superar a histórica limitação do país em

focalizar nos aspectos mais particulares da própria indústria, os quais contemplariam os processos existentes no interior da indústria e entre seus distintos setores, focando na inovação e no aumento da produtividade.

Além dessa deficiência, a execução da Agenda FIESP resultou em uma renúncia de cerca de meio trilhão de reais. Isto, obviamente, reduziu a capacidade do Estado em promover políticas anticíclicas e, na visão de alguns, até mesmo, políticas desenvolvimentistas. Segundo Carvalho (2018, p. 85), seria um erro considerar a Agenda FIESP como desenvolvimentista, já que um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são privilegiados teria dificuldade em receber essa alcunha. Soma-se a isto, o fato de que o protagonismo dado à redução de impostos, como forma de estímulo ao crescimento, associa-se mais a estratégia usada por Ronald Reagan e Donald Trump do que a que vem sendo usada pelo governo chinês, por exemplo.

A política econômica colocada em prática pelo governo Dilma, entre 2011 e 2014 – redução da taxa de juros, desvalorização do câmbio, criação de subsídios aos lucros dos empresários através de desonerações tributárias, redução das tarifas de energia e concessão de créditos a juros mais baixos –, apesar de atender aos anseios do empresariado, não representou um avanço, no sentido de garantir a continuidade do crescimento inclusivo (CARVALHO, 2018, p. 11-12).

Segundo Carvalho (2018, p. 59), a adoção do que ela chamou de “Agenda FIESP”, ou do que Rossi e Mello (2017, p. 254) chamaram de “Estratégia Industrialista”, foi desastrosa para o país. Com efeito, a redução dos juros, a desvalorização do real, o arrefecimento dos gastos e dos investimentos públicos, o represamento das tarifas de energia, as desonerações tributárias e a expansão do crédito do BNDES, ainda de acordo com a autora, constituíram uma agenda que desembocou em uma desaceleração econômica e uma deterioração fiscal.

Não que essa estratégia fosse considerada com potencial de promover um processo de modernização ou, mesmo, de revigoração da indústria brasileira, mas o nome fazia referência ao fato das políticas implementadas pela equipe econômica de Dilma Rousseff atenderem os reclames do setor industrial, que buscava uma política macro que se enquadrasse na perspectiva da queda nos preços de energia, da desvalorização cambial e, também, da queda na Selic. Buscava-se, dessa maneira, se guiar a política econômica pela “agenda da competitividade”, priorizando ações pelo lado da oferta da economia (ROSSI; BIANCARELLI, 2015, s/p).

Na opinião de Rossi e Biancarelli (2015, s/p), a gestão macro guiada pela agenda “industrialista” continha uma política fiscal equivocada, que comprometeu as contas públicas e o crescimento econômico. Já no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, praticou-se uma queda real de 12% do investimento público e de 8,6% do investimento das estatais. É de se destacar que essa contração se deu em um cenário de desaceleração da economia mundial e do ciclo doméstico de consumo e crédito, o que significa que o governo adotou uma política fiscal pró-cíclica (portanto, anti-keynesiana), que contribuiu para o aprofundamento da desaceleração e eclosão da recessão.

O ápice da aposta “industrialista” ocorreu com as desonerações tributárias para o setor industrial, realizadas sem nenhuma contrapartida formal, seja em termos de produção, exportações ou investimentos. A aposta não deu certo. As desonerações, ainda que tenham funcionado para restaurar a rentabilidade de alguns setores industriais, não conseguiu promover crescimento econômico e deixaram como resultado forte custo fiscal (ROSSI; BIANCARELLI, 2015, s/p). Portanto, a estratégia industrialista se constituiu em um verdadeiro desastre industrialista.

Além disso, em vez de assumir a obtenção de superávits fiscais menores, fez-se a escolha de realizar manobras contábeis ou “contabilidade criativa”. Isto acabou provocando um acirramento em torno da necessidade de retomar o regime macroeconômico na sua versão mais convencional, além de piorar a capacidade de comunicação da equipe econômica, que já vinha tendo dificuldade em lidar com o pessimismo que tinha tomado conta do País, sobretudo depois dos protestos de junho de 2013<sup>32</sup> e da antecipação do calendário eleitoral (ROSSI; BIANCARELLI, 2015, s/p).

---

<sup>32</sup> Os acontecimentos de junho foram, além de inesperados, um marco no período Dilma. Até a eclosão dos protestos, a presidenta gozava de alargada aprovação nas pesquisas e o lulismo mostrava vigor com os resultados das eleições municipais de 2012. Após as manifestações de junho de 2013, segundo pesquisa Datafolha, a popularidade da presidenta caiu 27 pontos. Esta foi a maior queda de popularidade, entre duas pesquisas, já alcançada por um presidente no Brasil. Algo parecido só tinha ocorrido com o presidente Collor, depois que seu governo confiscou a poupança dos brasileiros (SINGER, 2018, p. 99; FOLHA, 2013, s/p) Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Segundo Singer (2018, p. 99), os protestos de junho de 2013 (ou jornadas de junho, como também foram chamados) resultou do encontro de uma classe média tradicional insatisfeita com o “populismo” do PT com uma esquerda extrapetista, que tentava se conectar com a nova classe trabalhadora (surgida com o lulismo). Segundo Singer (2018, p. 99-103), com a desaceleração econômica sentida a partir de 2011, houve uma piora do quadro econômico das classes médias altas, decorrente da elevação dos preços dos serviços (mensalidade escolar, restaurante, manicure, salão de beleza etc.). Essa piora da situação econômica não foi sentida da mesma maneira pelos segmentos mais populares, os quais iam sendo beneficiados pelo fortalecimento das políticas sociais.

Muito mais do que “excesso de intervencionismo”, o que fracassou foi o industrialismo e a aposta nas políticas de oferta e de desonerações, já que a redução de custos de produção não alavancou o investimento privado. Na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir (ROSSI; BIANCARELLI, 2015, s/p).

Apesar dos esforços do governo federal, com exceção das exportações, todos os componentes da demanda agregada tiveram taxas médias de crescimento negativas, entre os anos de 2015 e 2016. O desempenho da FBCF foi ainda pior: seu crescimento médio anual alcançou o desastroso número de -12,0%. O Brasil e o mundo já não eram mais os mesmos. A China reorientou seu padrão de crescimento, voltando-se para o consumo interno, enquanto os Estados Unidos da América do Norte mudaram sua política monetária, em 2013, quando passaram a ser expansionista (CORRÊA; LEMOS; FEIJO, 2017, p. 1137).

Fracassada a estratégia industrialista, para os fins propostos de retomada de desenvolvimento econômico, a própria FIESP (que avalizou as medidas que o governo da presidenta Dilma colocou em prática para fortalecer a indústria brasileira), diante da crise econômica ocorrida entre 2014-2016, não só abandonou a frente neodesenvolvimentista, como atuou fortemente no processo que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República. Porém, para compreender este afastamento e explicitar as razões econômicas da FIESP no apoio ao processo de impedimento, em um movimento que esta dissertação denominará como Agenda FIESP II, necessário se faz um olhar mais detido acerca da crise de 2014-2016 e a repercussão dela no setor industrial.

#### 4.3 A CRISE ECONÔMICA 2014-2016 E O SETOR INDUSTRIAL

Em artigo publicado por *The New York Times*, em 12 de novembro de 2018, o economista norte-americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia, considerou que o Brasil foi vítima daquilo que ele chamou de uma tempestade perfeita, combinação de má sorte (*bad luck*) com

---

Neste contexto, que foi sucedido do dramatizado julgamento do mensalão, a alta classe média e setores próximos a ela passaram a se opor tanto ao governo Dilma, quanto as políticas sociais implementadas por ele (consideradas como politicamente populistas e economicamente ineficientes). Além disso, o empresariado, a alta classe média e a média classe média viam na elevação salarial (consideradas acima da produtividade) a fonte da aceleração inflacionária. Enquanto isso, a nova classe trabalhadora aderiu aos protestos por não enxergar condições de manter as suas chances de ascensão.

más políticas (*bad policy*), com três pontos principais, a seguir mencionados: A acentuada deterioração do ambiente mundial, com a queda dos preços das *commodities*, ainda muito importante para a economia brasileira e para sua exportação; B) a queda dos gastos privados domésticos, provavelmente por conta de um acúmulo excessivo de dívidas; C) a política econômica equivocada que, em vez de combater a depressão, acabou por exacerbá-la, ao promover uma austeridade fiscal e uma contração monetária, isso quando a economia já se encontrava em queda franca (KRUGMAN, 2018, s/p).

A fase recessiva que se iniciou em 2015 tem como uma de suas explicações um maior endividamento das empresas não financeiras (ENFs) – decorrente do financiamento do investimento no momento de crescimento econômico (CORRÊA; LEMOS; FEIJO, 2017, p. 1138).

De acordo com Borges (2018, s/p), essa foi uma das recessões mais rigorosas e duradouras que o Brasil já enfrentou. Tecnicamente, esse ciclo recessivo da economia brasileira durou do 2º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2016. Acresce a isto, a ocorrência de que a retomada, depois da chegada ao “fundo do poço”, igualmente, tem sido uma das mais lentas da história.

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE)<sup>33</sup>, a recessão de 2014-2016, entre as nove datadas pelo Comitê a partir de 1980, foi a mais longa, empatando com a de 1989-1992. Nesses 11 trimestres, a perda acumulada do PIB foi de 8,6%, também a maior desde 1980, praticamente empatada com os 8,5% de queda do PIB na recessão de 1981-1983, com base em dados das Contas Nacionais do IBGE (CODACE, 2017, p. 1).

Entre 2014 e 2016, o produto per capita brasileiro caiu cerca de 9%. Do ponto de vista do campo ortodoxo da economia, a crise deste período foi fruto de um conjunto de choques de oferta e de demanda. A primeira delas relaciona-se com aquele conjunto de políticas adotadas no bojo da Nova Matriz Econômica (NME), partir de 2011/2012, que provocou uma queda na

---

<sup>33</sup> O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) foi criado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para estabelecer uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros e tem como objetivo precisar cronologias de referência para os ciclos econômicos brasileiros. Ele é formado por seis integrantes, quais sejam: Affonso Celso Pastore (Coordenador, Diretor da AC Pastore & Associados); Edmar Bacha (Diretor, Iepe - Casa das Garças); João Victor Issler (Professor, FGV/EPGE); Marcelle Chauvet (Professora, Universidade da Califórnia); Marco Bonomo (Professor, Insper), e; Paulo Picchetti (Professor, FGV/EESP e FGV/IBRE). Disponível em: <[https://portalibre.fgv.br/data/files/F3/C1/F8/E8/A18F66108DDC4E66CA18B7A8/Comite%20de%20Data\\_\\_o%20de%20Ciclos%20Econ\\_micos%20-%20Comunicado%20de%2030\\_10\\_2017%20\\_1\\_.pdf](https://portalibre.fgv.br/data/files/F3/C1/F8/E8/A18F66108DDC4E66CA18B7A8/Comite%20de%20Data__o%20de%20Ciclos%20Econ_micos%20-%20Comunicado%20de%2030_10_2017%20_1_.pdf)>.

produtividade da economia brasileira e, conseqüentemente, no produto potencial. Soma-se a isto, a alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos, prolongando os efeitos desse choque de oferta (BARBOSA FILHO, 2017, p. 51). Por exemplo:

A política monetária eleva a taxa de juros em momentos de crescimento da inflação e reduz a taxa Selic em momentos de desaceleração inflacionária (...). No entanto, uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 em momento de aceleração da taxa de inflação (...). A mudança na política monetária fez que a taxa de inflação acelerasse (e permanecesse em nível elevado) e reduziu a credibilidade do Banco Central, elevando o custo de combate à inflação (BARBOSA FILHO, 2017, p. 52).

Em relação aos setores considerados pouco produtivos que receberam proteção do Estado, o autor argumenta que:

Um instrumento importante na implementação dos estímulos governamentais foi a expansão do balanço do BNDES. A política visava à constituição/criação de campeões nacionais e a escolha de setores “estratégicos” que receberam fortes subsídios como a indústria automotiva e subsídios e proteção (na forma de conteúdo nacional e sobre preço) no caso da indústria naval, para citar somente dois exemplos (BARBOSA FILHO, 2017, p. 53).

No período, o equilíbrio financeiro das empresas não financeiras no Brasil sofreu uma deterioração causada pela desvalorização cambial, retomada da trajetória de alta das taxas de juros e a retração da demanda (consumo das famílias ou gasto público). Acrescente a isso, a piora das condições de empréstimo e os impactos sobre o passivo em dólar da desvalorização cambial que majoraram as despesas financeiras dessas empresas (ALMEIDA; NOVAIS; ROCHA, 2016, p. 1-2).

Mesmo sem desconsiderar aquilo que chamou de os (grandes) erros de política econômica doméstica (*bad policy*), os estudos de Borges (2018, s/p,) apontaram a existência de um significativo impacto, que era subestimado por vários analistas<sup>34</sup>, daquilo que ele chamou de *bad luck* (eventos exógenos deletérios de natureza doméstica ou internacional). O autor, em seus estudos, sempre destacou, dentre os eventos exógenos domésticos, o quadro climático/hídrico/energético extremamente desfavorável na maior parte do período 2012-2016

---

<sup>34</sup> O autor, contudo, faz um alerta sobre a existência de uma elevada controvérsia sobre o impacto que a Operação Lava-jato teria sobre o PIB brasileiro: em que alguns analistas identificam que teria sido bastante negativo (15% do PIB para alguns) e outros consideram o oposto, ao sugerirem que não fosse a Operação, a recessão seria ainda mais grave. Ver Borges (2018, s/p).



e os efeitos da Operação Lava Jato (iniciada em março de 2014, no fim do trimestre que antecedeu, de forma imediata, o começo “oficial” da recessão que se estendeu de 2014 a 2016).

A Operação Lava Jato foi responsável por uma perda estimada para a economia brasileira de algo em torno de R\$ 187,2 bilhões, ou 3,4% do PIB, elevando o desemprego de 7 para 14 milhões de pessoas entre 2014 e 2017. Além das maiores empresas de engenharia do Brasil terem uma queda no faturamento de 37%, em 2016, quando comparado a 2015. A receita do segmento de engenharia e construção, que alcançou R\$ 140 bilhões, em 2013, caiu para R\$ 53 bilhões, em 2016, algo próximo ao verificado em 2006 (CAMPOS, 2019, p. 139).

A indústria de transformação – setor no qual está inclusa grande parte dos membros da FIESP – sentiu a crise de maneira mais intensa e prévia que os demais setores. O valor adicionado desse setor, que já crescia a taxas menores, sofreu uma retração ainda maior depois de 2013 (ALMEIDA; NOVAIS; ROCHA, 2016, p. 3-4).

Em 2015, a rentabilidade do comércio e das atividades de serviço também tombou de maneira expressiva, apesar de que foi a situação da indústria que recebeu especial preocupação. A queda da participação do setor industrial no PIB, notada desde a década de 1990, a despeito dos breves ciclos de crescimento da produção, somada àquela redução da rentabilidade, justificava que, no caso da indústria, houvesse apreensão mais alta (ALMEIDA; NOVAIS; ROCHA, 2016, p. 7).

A crise mundial não foi o único fator que impactou a indústria nacional. Ao longo dos anos 2000 a matriz industrial brasileira também foi afetada pelo ciclo de preço das *commodities*, pela crescente concorrência asiática e pela presença dos bancos públicos e dos fundos de pensão na capitalização de determinadas empresas da economia brasileira (as empresas líderes setoriais foram impulsionadas pelas variadas formas de apoio destas instituições: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNDESPar, PREVI, PETROS, dentre outras). O concerto desses fatores elucidou as diferentes performances setoriais no período. Por exemplo, especificamente no caso das grandes construtoras, a retomada dos investimentos públicos foi um fator relevante para a expansão do setor. A rigor, os fatores citados também ajustaram o padrão de especialização produtiva da economia brasileira nas últimas décadas (ROCHA, 2015, p. 162-163).

A despeito do crescimento econômico ocorrido no Brasil nos anos 2000, verifica-se que neste período o desenvolvimento da indústria nacional, especialmente da indústria de transformação, aconteceu de forma bem moderada. Enquanto a indústria extrativa, impulsionada pelo ciclo de preços das *commodities*, mais que duplicou seu Valor de Transformação Industrial (VTI) – é a diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), isto é, a soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração, e produção própria realizada para o ativo imobilizado, e o Custo com as Operações Industriais (COI), resultado da soma do consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes, da compra de energia elétrica, do consumo de combustíveis e peças e acessórios; e dos serviços industriais e de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à produção prestados por terceiros –, a indústria de transformação cresceu cerca de 16% durante a década, o que mostra que os resultados setoriais foram bastante diversificados (ROCHA, 2015, p. 163).

Em relação ao gasto com pessoal, verificou-se que justamente no período seguinte à crise mundial ele ampliou sua participação relativa no valor da transformação industrial. Isto pode ter reforçado a queda da lucratividade percebida nos anos que coincidiram com os primeiros anos do governo da presidenta Dilma Rousseff, principalmente na ocasião que houve a conjugação da desaceleração e apreciação cambial, em 2010 e 2012. Com isto, é de se destacar que os salários exerceram uma pressão maior na indústria de transformação no período de desaceleração posterior à crise do que entre 2004 e 2009, durante o ciclo de crescimento (ROCHA, 2015, p. 164).

Segundo Rocha (2015, p. 168), é possível dividir o desempenho recente da indústria brasileira em duas fases bem distintas: uma que conjugava forte crescimento e alta lucratividade; e outra, pós-crise, que combinava aumento da incerteza e queda dos indicadores de lucratividade. Neste sentido, nem a célere recuperação de 2009 foi capaz de amparar um ciclo maior de crescimento nos anos consequentes. Ao passo que com a situação bastante modificada a partir de 2011, a dessemelhança dos seus efeitos em cada setor tornava a leitura dos dados mais complicada.

A rentabilidade média dos setores de bens de consumo, ao longo do período, foi menor que dos demais setores, ainda que sua rentabilidade também tenha exibido certo comportamento cíclico. Parte dessa diferença se deve a concorrência externa, impulsionada nos momentos de apreciação cambial. É que a rentabilidade dos setores de bens de consumo exibiu, no geral, forte

correlação com a trajetória da taxa de câmbio durante todo o período – diminuindo por conta da valorização cambial. Dentre aqueles que mais intensificaram seu coeficiente de importação depois da crise, estão os setores de bens de consumo (ROCHA, 2015, p. 169).

O setor de bens de consumo também apresentou pior desempenho dentre os outros setores no que diz respeito à margem líquida (lucro líquido/vendas totais), inclusive algumas empresas, em certos anos, operaram com elevados prejuízos. Ainda que certas empresas tenham obtido boa performance no setor, as empresas de bens de consumo atuavam em média com margens reduzidas ao longo do período em comparação com os demais setores, principalmente as empresas do setor de alimentos e bebidas (ROCHA, 2015, p. 170).

A crise que se abateu na indústria brasileira em 2015 adquiriu um contorno peculiar, que foi além de uma simples crise de confiança. A alavancagem das empresas não financeiras cresceu muito significativamente naquele período, especialmente nos setores intensivos em capital – para o qual os ciclos de investimentos são mais longos. Além disso, a cessação dos investimentos públicos e das empresas estatais se associou aos ajustes nos campos fiscal e monetário, impactando muito fortemente na capacidade de criar receita dessas atividades industriais (ALMEIDA; NOVAIS; ROCHA, 2016, p. 37).

Portanto, ainda que o governo federal tenha emplacado diversas medidas econômicas avalizadas pela própria FIESP, a situação da indústria no Brasil era ainda mais sensível do que dos outros setores diante da crise de 2014-2016, em um contexto tal que a entidade industrialista passou a defender o afastamento da presidenta eleita, mesmo diante da promessa do então vice-presidente de promover medidas antagônicas se comparadas àquelas defendidas pela frente neodesenvolvimentista (que acabou por se dissolver muito rapidamente), aproximando-se da ortodoxia econômica.

A ortodoxia econômica é conhecida por defender um Estado de limitada atuação e uma política fiscal concentrada na garantia da sustentabilidade da dívida pública – para que o mercado não sofra ameaça de *defaults* ou de instabilidades em suas variáveis macroeconômicas, sobretudo taxa de juros e inflação (DWECK; TEXEIRA, 2017, p. 4-5; TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2019, p. 2).

O campo ortodoxo habitualmente defendeu a eficiência dos mercados, com ajuste automático dos preços e salários, como a forma do Brasil alcançar a condição de país desenvolvido. Tal defesa sempre incorporou a ideia de que a adoção, por parte do Estado, de políticas setoriais normalmente cria desequilíbrios e traz prejuízos à economia. Além disso, também sustentou que a abertura comercial e financeira possibilitaria uma alocação mais eficiente dos fatores. Como, então, foi possível que a FIESP tenha – depois de ter levado anos repudiando os ensinamentos da ortodoxia –, associando-se a esse campo do pensamento econômico para patrocinar o apoio ao *impeachment* da presidenta Dilma?

#### 4.4 O DIAGNÓSTICO ORTODOXO DA CRISE E A FIESP

Tentando responder ao questionamento anterior, é pertinente assinalar que a FIESP, ao perceber que permanecendo na frente neodesenvolvimentista teria dificuldades para manter a política de redução de custos para o setor industrial (sobretudo os custos relacionados ao trabalho) e observando que o governo petista da presidenta Dilma se encontrava bastante combalido, optou por defender o *impeachment*, visando retirar desse processo o maior número de vantagens que conseguisse extrair dessa aliança com setores identificados com os interesses do capital internacional, em um movimento que a presente dissertação denominará como Agenda FIESP II.

Para entender e explicitar melhor essa opção da FIESP, imprescindível abordar o diagnóstico ortodoxo acerca da crise de 2014-2016, uma vez que o que será denominado como Agenda FIESP II, conforme já adiantado acima, traduz diversos postulados econômicos defendidos por este campo de pensamento econômico.

Para parcela expressiva da ortodoxia econômica, a grave crise deflagrada em 2014 seria o resultado do concerto entre o pacto social, fundado com a CF de 1988 (problema estrutural), e a concepção que passou a orientar a política econômica durante os governos do PT (problema conjuntural). Para alguns, essa passagem de orientação ocorreu em 2006 e tem como expressão a troca na condução do Ministério da Fazenda, de Antônio Palocci Filho para Guido Mantega<sup>35</sup>. Assim, o remédio para debelar a crise e extirpar suas causas seria a realização de um ajuste

---

<sup>35</sup> Contudo, mesmo entre ortodoxos, não há um consenso sobre o exato momento, durante os governos do PT, em que a intervenção estatal foi energizada.

inevitável, mais severo e estrutural –, que enfrentasse os problemas conjunturais e, sobretudo, estruturais (ALMEIDA JR.; LISBOA; PESSOA, 2019).

O diagnóstico fiscalista presume que o Brasil, desde os anos 1980, é refém de um crônico problema de desequilíbrio fiscal no setor público e que esse problema vem sendo tratado de forma conjuntural e insuficiente (SAFATLE; BORGES; OLIVEIRA, 2016, p. 19-20). É nesse sentido que, ultimamente, alguns economistas ortodoxos direcionam suas críticas ao que consideram ser um desequilíbrio estrutural das contas públicas, presente desde 1991. Para eles:

Diversas normas legais que regulam as políticas públicas, da concessão de benefícios, como no caso da previdência, aos recursos alocados a áreas específicas, como saúde e educação, têm resultado no progressivo aumento dos gastos públicos maior do que o crescimento da economia. Esse desequilíbrio tem resultado na necessidade de aumentos contínuos da receita tributária como fração do PIB, onerando a produção e prejudicando a geração de renda e de emprego, além de ameaçar uma crise aguda decorrente da piora fiscal (ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2019, p. 1).

A ideia é que o Estado não “cabe” no orçamento, sendo imperativo que se reduza o seu tamanho. Apesar de ter sido feito, desde 1999, maior esforço para alcançar o equilíbrio fiscal, Almeida Junior (2013, p. 115) mostrou que, entre 1991 e 2012, houve um aumento de 7% dos gastos primários do governo central em relação ao PIB, passando de 11,1% para 18,2%. Sendo que o saneamento das contas se deu graças à subida da carga tributária, sobretudo dos impostos vinculados e contribuições sociais, não da redução da despesa primária.

A tabela a seguir apresenta a evolução das despesas, permitindo que algumas das assertivas da abordagem neoclássica sejam demonstradas. Nela, as despesas de custeio (sem INSS) estão divididas em três grupos, a saber: programas sociais; custeio com saúde e educação, e; um resíduo denominado de “custeio administrativo”. Afora, exhibe despesas como: o investimento; o INSS (aposentadoria, auxílios doenças, pensões, dentre outros); o pessoal (servidores civis e militares ativos e não ativos); e as despesas do Bacen somadas às transferências feitas a ela pelo Tesouro Nacional – chamadas de “outros”.

Tabela 2 - Gastos não financeiros do governo central  
1999/2012 (% do PIB)

Ano	Pessoal	INSS	Custeio Administrativo	Custeio Saúde e Educação	Custeio Gastos Sociais	Investimento	Outros	Total
1999	4,50%	5,50%	1,60%	1,80%	0,60%	0,50%	0,10%	14,50%
2000	4,60%	5,60%	1,50%	1,80%	0,60%	0,70%	0,10%	14,70%
2001	4,80%	5,80%	1,00%	1,80%	0,90%	1,20%	0,10%	15,60%
2002	4,80%	6,00%	1,10%	1,80%	1,00%	1,00%	0,10%	15,70%
2003	4,50%	6,30%	1,20%	1,70%	1,00%	0,40%	0,10%	15,10%
2004	4,30%	6,50%	1,20%	1,70%	1,20%	0,60%	0,10%	15,60%
2005	4,30%	6,80%	1,50%	1,80%	1,30%	0,60%	0,10%	16,40%
2006	4,50%	7,00%	1,40%	1,70%	1,60%	0,70%	0,10%	17,00%
2007	4,40%	7,00%	1,50%	1,80%	1,60%	0,80%	0,10%	17,10%
2008	4,30%	6,60%	1,10%	1,80%	1,60%	0,90%	0,10%	16,40%
2009	4,70%	6,90%	1,10%	1,90%	1,90%	1,10%	0,10%	17,70%
2010	4,40%	6,80%	1,10%	2,00%	1,80%	1,20%	0,10%	17,40%
2011	4,30%	6,80%	1,10%	2,00%	1,90%	1,10%	0,10%	17,50%
2012	4,20%	7,20%	1,30%	2,20%	2,10%	1,10%	0,10%	18,20%
1999-2012	-0,30%	1,70%	-0,20%	0,50%	1,50%	0,60%	0,10%	3,70%

Fonte: Tesouro Nacional e SIAFI *apud* Almeida Junior (2013).

Almeida Junior (2013, p. 117), partindo desta tabela, considera que a despesa do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a do custeio dos programas sociais (seguro-desemprego mais abono salarial, Bolsa Família e o benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) são suficientes para explicar o crescimento da despesa primária, ocorrida entre 1999 e 2012. Isto porque a explicação de 84% do crescimento da despesa (% do PIB) é encontrada no crescimento dessas duas contas. Neste contexto, a regra de ajuste real do salário-mínimo ganha considerável importância, em função daquelas rubricas serem muito afetadas pelo comportamento desta variável. A política de valorização do salário-mínimo realizada nos governos do PT impulsionava o aumento da despesa do INSS e do custeio dos programas sociais, dificultando o controle das despesas primárias.

Nota-se que o crescimento da despesa primária do governo central, entre 1999 e 2012, foi de 3,7% do PIB. Essa conduta foi mantida nos dois primeiros anos do governo Dilma, atingindo um crescimento da despesa primária de 0,8% do PIB, enquanto o investimento público sofreu uma redução, quando comparado a 2010<sup>36</sup>. Desse modo, os dados mostram que o ajuste feito a

<sup>36</sup>A queda observada por Almeida Junior (2013, p. 117) se refere, na verdade, a uma queda na taxa de crescimento e que só foi encontrada porque, como o próprio autor revela em nota de rodapé, a tabela elaborada por ele desconsiderava – divergindo dos dados publicados pelo Tesouro Nacional – os investimentos realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, na forma de subsídio.

partir de 1999 não se deveu a um esforço de contenção das despesas, mas ocorreu como fruto do aumento da carga tributária (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 117). Houve, em 23 anos, um salto da carga tributária de 10% em relação ao PIB, saindo de uma taxa de 25% do PIB, em 1991, e chegando a 35%, em 2014 – muito superior ao encontrado na maior parte dos países emergentes, onde as taxas se mantêm abaixo dos 30% (ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2019, p. 2).

Assim, até agora, foi demonstrado que para a ortodoxia econômica: A) existe um problema estrutural nas despesas primárias do governo federal, que exerce uma pressão expansionista e que se origina em dispositivos constitucionais; B) para compensar essa constante elevação das despesas primárias vem ocorrendo um contínuo crescimento da carga tributária; e, C) isto cria um forte constrangimento para expansão do investimento privado, haja vista que grande parte do recurso é drenado para cobrir as despesas públicas.

Disso deriva a necessidade de se realizar reformas que alterem os dispositivos constitucionais que majoram as despesas primárias. Dentre essas reformas, a mais cobrada pelos ortodoxos é a do sistema previdenciário (durante elaboração desse trabalho, o governo Bolsonaro, em fins de 2019, aprovou uma Reforma da Previdência). Afirmam que a reforma da previdência, além de ter como meta a eliminação das grandes e fortes distorções existentes no sistema vigente, teria que enfrentar a questão da maior sobrevivência para a média da população depois da aposentadoria<sup>37</sup> (ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2019, p. 2-3).

De acordo com Caetano (2013, p. 256), apesar dos benefícios previdenciários e assistenciais possuírem a qualidade de dificultar a permanência dos idosos em uma situação de pobreza, guardam também, como inconveniente, o fato de criarem um incentivo para que muitos esperem alcançar uma idade mais adiantada para sair daquela condição de pobreza. O autor ainda considera que seria mais interessante a criação de oportunidades econômicas para que as pessoas, ainda quando jovens, buscassem superar a condição de pobreza por meio de seus esforços individuais, da capacidade de empreender e do seu trabalho.

Em relação ao custo fiscal, os adeptos da ortodoxia entendem que a Previdência Social tem um efeito expansivo enorme. Tanto que, em 2011, a despesa total da aposentadoria e pensões dos

---

<sup>37</sup> O aumento da expectativa de vida da população brasileira, mantidos os critérios de acesso à aposentadoria, acaba elevando ainda mais os gastos públicos, visto que o beneficiário levaria mais tempo recebendo a aposentadoria.

segurados oriundos do setor privado foi de 6,8% do PIB (Regime Geral de Previdência Social – RGPS), o gasto com os benefícios previdenciários dos servidores públicos foi de 4% do PIB (Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS) e as despesas com os benefícios não contributivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi de 0,6%. “Isso não somente é muito, como tende a se elevar com o passar do tempo, em decorrência do processo de envelhecimento populacional pelo qual iremos passar” (CAETANO, 2013, p. 257).

A preocupação com a elevação do custo fiscal, como decorrência da Previdência Social, torna-se mais viva ao levar em conta as projeções realizadas pelo IBGE, que indicam que, em 2050, a parcela da população que terá 65 anos ou mais corresponderá a 23% da população, o que representa um considerável crescimento. Outra fonte de preocupação é o fato de que a aposentadoria média por tempo de contribuição no Brasil é muito mais generosa que a existente na maior parte dos países – as mulheres com a idade de 52 anos e os homens com 54 anos<sup>38</sup> (CAETANO, 2013, p. 257; ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2019, p. 3).

No bojo das reformas necessárias também estaria a reforma trabalhista, por ter a capacidade de contribuir com a elevação da produtividade do Brasil, via redução do custo de produção. Isto é importante até porque a futura situação demográfica obriga que a produtividade seja aumentada para que os então trabalhadores na ativa possam gerar os recursos fiscais requeridos pelos orçamentos previdenciários (ARBACHE, 2013, p. 198).

Nesse sentido, por exemplo, tanto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) quanto o Seguro Desemprego acabam por onerar a atividade econômica indo de encontro ao necessário aumento da produtividade do país. O FGTS tem como fonte de seu financiamento a contribuição patronal de 8% sobre o salário do empregado, depositada em conta individual, podendo ser sacada em caso de demissão, aposentadoria ou de financiamento de imóvel. Há, ainda, uma multa de 40% sobre saldo do FGTS, paga pelo empregador ao empregado, caso haja demissão sem justa causa. O Seguro Desemprego garante ao trabalhador recém demitido um benefício mensal, mediante um tempo mínimo de emprego formal, proporcional aos salários recebidos. Este benefício tem uma duração entre 3 a 5 meses com valores fixos (FERREIRA; FIRMO, 2013, p. 228-229).

---

<sup>38</sup>A reforma da previdência realizada durante o governo Bolsonaro, na fase final da elaboração desta dissertação, alterou essa regra.



Segundo Ferreira e Firmo (2013, p. 228-229 e 234-235), aqueles benefícios, ainda que não contemplem grande parcela da população que trabalha na informalidade, tem como finalidade uma suavização do consumo. Isto porque, de acordo com a teoria do consumo, a busca pela suavização do consumo decorre do desejo (maximizando sua utilidade) dos indivíduos e das famílias de manterem constantes o consumo ao longo da vida, em vez de submeterem à instabilidade gerada pelas variações do seu rendimento. “Assim, ainda que exista um choque negativo, transitório ou permanente, no rendimento de uma família, esta deve ter a capacidade de não alterar os seus níveis de consumo” (ALMEIDA, 2015). Apesar dessa importância dos benefícios mencionados, sobretudo, o FGTS possui algumas distorções, que estão ligadas: a) ao seu baixo rendimento (TR + 3% ao ano, mais baixo que a inflação – entre 2000 e 2012 a inflação acumulou 125% contra um rendimento nominal do fundo de 85%); b) ao fato de tanto o FGTS quanto a multa serem sacados de uma só vez, contrariando o princípio da suavização do consumo. Estas distorções acabam incentivando o trabalhador a forçar sua demissão para resgatar o saldo, provocando uma elevação da rotatividade entre empregos –, o que reduz os investimentos em qualificação, afetando de maneira negativa a produtividade da economia.

A proposta dos ortodoxos para acabar com essas distorções seria reduzir gradualmente a alíquota da contribuição ao fundo, aumentando a duração do seguro-desemprego, que passaria a ser financiado por aumentos nas alíquotas do imposto sobre heranças ou imposto de renda. A intenção dessa proposta é de reduzir a carga tributária que onera de forma exclusiva o emprego formal (FERREIRA; FIRMO, 2013, p. 228-229).

Outro aspecto estrutural da economia brasileira apontado como fonte de alocação ineficiente de recursos está vinculado à rigidez dos contratos de trabalhos que dificultam a contratação de emprego formal, dificultando a realização de novos negócios, por um lado, e diminuindo as possibilidades de aumentar a arrecadação do Estado, por outro.

De acordo com a ortodoxia econômica, o limite para o crescimento de longo prazo é a disponibilidade de fatores de produção. A demanda agregada explicaria de modo relevante apenas a magnitude da utilização da capacidade produtiva, porém não teria nenhum impacto direto para determinação do ritmo de crescimento da capacidade produtiva. Sendo assim, no longo prazo valeria a "Lei de Say", o que em outros termos pode ser dito da seguinte maneira: “a oferta (disponibilidade de fatores de produção) determina a demanda agregada” (OREIRO;

NAKABASHI; SOUZA, 2010, p. 581).

A rigidez do mercado de trabalho, além de elevar o custo do trabalho para as empresas (ao demandar desenhos de contratos bem realizados para que não sejam considerados ilegais pela Justiça do Trabalho), reduz o espaço de negociação entre trabalhadores e empregadores (CAMARGO, 2009, p. 231-232).

Para Camargo (2009, p. 238), as principais causas da informalidade (fonte de um problema fiscal) seriam: a possibilidade de trabalhadores e empregadores conseguirem uma remuneração maior numa relação informal de trabalho do que numa formal; a maior facilidade em ser empregado na relação informal do que na formal, e; a concessão de benefício previdenciário para todos a partir de certa idade, independentemente de ter contribuído ou não com a previdência.

Resumidamente, a ideia que está por trás da urgência em realizar as reformas que promovam uma diminuição dos gastos públicos e aumente a produtividade do país se vincula à percepção de que o Estado brasileiro vinha requerendo, a cada ano, um aumento da receita maior que o do PIB, criando uma situação em que o Estado captura uma porcentagem a cada ano maior da renda nacional para financiar seus gastos. O embaraço nas contas públicas piorou com os erros e excessos da política econômica usada depois da crise de 2008, sobretudo com as medidas da NME (ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA; 2019; CAMARGO, 2009; FERREIRA; FIRMO, 2013).

Nesse sentido, o diagnóstico fiscalista defendia medidas que tratavam tanto dos problemas conjunturais quanto dos estruturais. Para tal perspectiva, o governo Dilma – para debelar a recessão iniciada em 2015 e liquidar as distorções estruturais da economia brasileira – deveria realizar um conjunto de medidas que afrontariam os interesses das classes e frações de classe dos segmentos populares, ainda que algumas destas medidas contemplassem interesses da burguesia interna.

Considerando que a diversificada base popular dos governos petistas não aceitaria a materialização de tais medidas ortodoxas, os industrialistas paulistas, visando à redução de seus custos, com a implementação do que este trabalho denominará como Agenda FIESP II, alterando a formatação do bloco no poder, decidiram apoiar o processo de impedimento de

2016, por razões econômicas que serão elucidadas doravante.

#### 4.5 O APOIO AO *IMPEACHMENT* E A AGENDA FIESP II

O apoio da FIESP ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ocorreu em um contexto no qual os rendimentos das empresas não financeiras eram declinantes, a operação Lava Jato aprofundava a crise política e econômica e o PMDB (partido do Vice-presidente da República, Michel Temer) anunciava um documento que defendia um programa antagônico àquele defendido pela frente neodesenvolvimentista.

A verdade é que o segundo biênio do primeiro governo da presidenta Dilma e o início do seu segundo governo já davam claros sinais de um esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico que combinou crescimento econômico com certo nível de distribuição de renda e que vigorou nos dez primeiros anos dos governos petistas. Bem por isso, a desaceleração e posterior recessão da economia, aguçadas tanto por um cenário externo pouco favorável, quanto por escolhas de políticas econômicas equivocadas, produziram um acirramento das contradições existentes no seio da burguesia interna em seu conjunto e, mesmo, no interior da frente neodesenvolvimentista, o que resultou em uma forte crise institucional.

Nesse período a ofensiva restauradora neoliberal passou a fazer enorme agitação política. A chamada classe média alta passou a promover panelaços, manifestações de rua com milhões de participantes e a oposição institucionalizada nos partidos políticos passou a materializar um processo de *impeachment* no congresso nacional. O fato era que o governo, na prática, tinha perdido o apoio parlamentar, muito por conta da debandada do PMDB, especialmente pela postura que Eduardo Cunha havia adotado desde a eleição que o levou a presidência da Câmara, numa disputa que tinha um membro do PT como seu principal adversário (BOITO JUNIOR, 2018, p. 211-222).

Por seu turno, a partir do final de 2013, a FIESP foi dando sinais de que a frente neodesenvolvimentista não contava mais com seu empenho e engajamento. O primeiro sinal foi dado quando o vice-presidente da FIESP, o empresário Benjamin Steinbruch (à época presidente em exercício por conta da candidatura de Paulo Skaf ao governo do estado de São Paulo), declarou, ainda durante a campanha presidencial das eleições de 2014, que a candidata

Marina Silva<sup>39</sup> era uma boa opção para presidir o Brasil.

Além desse sinal, houve outro mais emblemático, qual seja: o presidente licenciado da FIESP, Paulo Skaf, durante aquela campanha eleitoral, evitou dividir palanque com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff e, mais ainda, depois de derrotado na eleição para governador de São Paulo, declarou não saber, até aquele momento, quem apoiaria na campanha presidencial de segundo turno<sup>40</sup>.

É que, a partir de 2013, com a desaceleração do crescimento econômico, a ofensiva ideológica do capital internacional contra a Agenda FIESP e o ajuste fiscal promovido pelo segundo governo Dilma, a burguesia interna começou a perceber como elevado o preço pago com as concessões feitas aos segmentos populares para que fosse garantido o apoio ao neodesenvolvimentismo. Por este motivo, o comportamento da burguesia interna, no caso do *impeachment* de Dilma, foi diferente do realizado no caso do mensalão, quando essa fração da burguesia interna saiu em defesa do presidente Lula (BOITO JUNIOR, 2018, p. 292-293).

Sintomático desse novo momento, ocorreu o episódio da campanha “Não vou pagar o pato”, que foi lançada em 3 de setembro de 2015, contrapunha-se ao aumento dos tributos e ao retorno

---

<sup>39</sup> O programa de governo da candidata Marina Silva, apresentado na propaganda eleitoral da campanha presidencial brasileira de 2014, abraçou a agenda econômica do neoliberalismo, conduzido representou um *aggiornamento* do imaginário neoliberal. A roupagem de modernidade foi conferida tanto pela ideia de sustentabilidade, como pela metáfora da rede. Somado a isto, Marina adicionou um ingrediente moral ao consenso racional do neoliberalismo, levando uma proposta de nova política. Além disso, Marina buscou capitalizar com sua imagem pessoal singular, suas origens populares, seu percurso político e sua religiosidade. Ver Castro (2017).

<sup>40</sup> É oportuno, ainda que não seja o foco desse trabalho, sinalizar tanto o contexto político-partidário em que aconteceu o processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma, bem como os arranjos políticos que podem se constituir em uma chave explicativa da adesão da FIESP àquele processo encerrado em 2016. Neste sentido, a lei de ferro das oligarquias (que é, segundo Miguel (2014, p. 143), uma generalização realizada por Robert Michels a partir do seu, ainda que parcial, minucioso estudo a respeito da social-democracia alemã) demonstra como, por exemplo, é plenamente razoável que Paulo Skaf tenha se valido da sua condição de direção para buscar melhores condições para se eleger governador do estado de São Paulo. Ocorre que, em 2010, Skaf foi candidato ao governo daquele estado pelo PSB, tendo ficado em quarto lugar, atrás de Alckmin do PSDB (eleito no primeiro turno), de Mercadante do PT e de Celso Russomano do PP. Em 2014, depois de convidado pelo Vice-presidente da República Michel Temer para deixar o PSB e integrar o PMDB, candidatou-se novamente para o governo do estado, tendo chegado em segundo lugar com 21,53% dos votos válidos, atrás somente de Alckmin do PSDB (novamente eleito no primeiro turno), inclusive disputando contra Alexandre Padilha do PT e não subindo no palanque de Dilma Rousseff (que disputava a reeleição). Em um cenário político em que o PT estava muito fragilizado, a situação econômica se agudizava e a Lava Jato se fortalecia, não é nenhum absurdo supor que o *impeachment* de Dilma, que tornaria Michel Temer (do mesmo partido de Skaf) Presidente da República, seria um importante passo rumo a vitória de Skaf na eleição para o governo de São Paulo, em 2018 (em que Alckmin já não poderia mais ser candidato ao governo). Ou seja, ainda que seja difícil comprovar essa hipótese, é plenamente possível que o Paulo Skaf tenha atuado na direção da FIESP para afastar Dilma da presidência, dando condições para que Temer, como presidente, pudesse usar a máquina do governo central a seu favor. Neste caso, a atuação da FIESP estaria mais vinculada aos interesses pessoais de Skaf, no sentido de se viabilizar como competitivo candidato ao governo do estado mais rico da Federação.

da CPMF, tendo um enorme pato amarelo como mascote. O retorno da CPMF resultaria em um aumento de R\$ 68 bilhões líquidos da arrecadação do governo central, já descontando o repasse para Estados e municípios. Sem conseguir criar as condições para que a contribuição voltasse a ser cobrada, dificultava-se a tentativa do governo de aumentar a arrecadação para fazer frente ao déficit nas contas públicas (BOITO JUNIOR, 2018, p. 218; FIESP, 2019(a), s/p).

Destarte, os sinais da falência da frente neodesenvolvimentista foram se avolumando até que, em 14 de dezembro de 2015, doze dias após Eduardo Cunha (presidente da Câmara Federal) ter aberto o processo de *impeachment*, foi realizada uma reunião conjunta das diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP e CIESP), que, ao final do encontro, decidiram apoiar formalmente o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Segundo os dirigentes dessas entidades, esta decisão refletia o desejo dos industriais paulistas, demonstrado em levantamento feito pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da FIESP e do CIESP<sup>41</sup>.

O apoio da FIESP, inclusive, expressou-se de diversas outras maneiras, além do apoio formal, como, por exemplo, no financiamento das manifestações de rua em defesa do *impeachment* (nas quais o pato da FIESP virou um símbolo daquele momento) e nos acampamentos realizados em frente da sua sede (BASTOS, 2017, p. 3). Ademais, manteve na fachada de seu prédio, localizado na Avenida Paulista, número 1313, painéis luminosos que pediam: “renúncia já!”.

A campanha pelo *impeachment* de Dilma, realizada pela FIESP, divulgou uma nota, cujo título era “Somos milhões de empregos e bilhões de reais em impostos”, que dizia:

Representamos famílias, homens, mulheres e jovens. Vemos que o país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer SIM ao *impeachment*, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer NÃO ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente com você. Chega de pagar o pato. O Brasil tem jeito (FIESP, 2016, s/p).

---

<sup>41</sup>A pesquisa teria ouvido, entre os dias 9 e 11 do mês de dezembro de 2015, 1113 empresas no estado. Dos entrevistados, 91% seriam favoráveis ao *impeachment*, 5,9% seriam contrários e 3,1% não souberam responder. Ainda segundo a pesquisa, 91,9% dos entrevistados consideravam que a FIESP deveria se posicionar a respeito do processo de *impeachment*. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>>.

Conforme já mencionado na parte inicial desta dissertação, esses fatos bem demonstram que por parte dos industriais de São Paulo não havia nenhuma preocupação com os aspectos jurídicos e constitucionais do processo de *impeachment*. A preocupação dos empresários industriais, representados pela FIESP, dizia respeito, isso sim, ao interesse de alterar a condução da política econômica, mediante o afastamento da Presidenta da República.

Tanto é assim, que a revista “Isto é” (em matéria publicada em 18 de dezembro de 2015) estampava manchete informando que “Os empresários querem o *impeachment*” e que mostrava uma grande fotografia do Paulo Skaf (presidente da FIESP) com o dedo em riste. A referida reportagem descrevia a insatisfação da FIESP, ao mesmo tempo em que expunha o rebaixamento do Brasil ao grau especulativo, feito pela agência de *rating Fitch*. Relatava a revista:

De acordo com uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), 91% dos executivos paulistas são favoráveis à abertura do processo de impeachment da presidente. Com 34,3% da indústria nacional ali baseada, São Paulo é o estado mais importante para o setor no País. “A esperança de que Dilma recupere credibilidade para que a economia volte a girar desapareceu”, diz Paulo Skaf, presidente da Fiesp. “Por essa razão, o meio empresarial está buscando mudanças na política.” (ISTOÉ, 2015).

Na mesma reportagem, logo em seguida, a revista passava a narrar os interesses do capital estrangeiro manifestados na avaliação da agência de risco:

Como se não bastasse a avalanche de notícias negativas, também na semana passada a agência de classificação de risco Fitch tirou o selo de bom pagador do Brasil. Foi a segunda empresa de *rating* a rebaixar o País ao grau especulativo (a outra foi a Standard & Poors, em setembro). Para a Fitch e a S&P, o Brasil agora é um potencial caloteiro. Com a redução da nota de crédito, os investimentos estrangeiros tendem a cair, as empresas pagarão mais caro para fazer empréstimos e o dólar pode subir, pressionando a inflação (ISTOÉ, 2015).

A guinada da FIESP no sentido de apoiar um *impeachment*, que mostrava claramente que levaria ao Palácio do Planalto uma agenda liberalizante (que, em tese, criaria embaraços para a indústria) resultou da compreensão de que somente com o fim da frente neodesenvolvimentista e a retirada do PT do governo, seria possível promover uma política econômica guiada pela redução das políticas sociais (liberando recursos para potencializar a acumulação do capital) e

barateamento da força de trabalho (retirando as proteções aos trabalhadores contidas em legislações elaboradas ainda na época do presidente Getúlio Vargas).

Ou seja, a opção da FIESP, nessa quadra histórica, em defender uma agenda neoliberal, tem como justificativa o fato de tentar manter aquela Agenda FIESP (política de redução de custos) em uma visão radicalizada, que será denominado nesta dissertação como Agenda FIESP II, agora indo de encontro aos interesses dos trabalhadores e das camadas mais marginalizadas da sociedade (seus antigos companheiros da frente neodesenvolvimentista).

Contudo, a burguesia interna não foi uníssona perante o *impeachment* da presidenta em 2016. Uma parte dela foi retirada da luta política pela operação Lava Jato (diversos executivos e proprietárias das maiores empreiteiras do país foram presos), não tendo nenhuma condição de expressar sua posição em relação ao afastamento de Dilma Rousseff. Outra parte ficou neutra, como foi o caso da indústria de construção naval, que relutou a aderir ao *impeachment*, afinal crescia a taxas anuais de 19% e, com o impedimento, teve que se confrontar com o governo Michel Temer, que operou verdadeiro desmonte da política de conteúdo local (BOITO JUNIOR, 2018, p. 290-294). Houve até segmentos da burguesia interna que foram contrários ao *impeachment* de Dilma, como foi o caso, por exemplo, da Abimaq e da Companhia de rede varejista Magazine Luiza.

Por seu turno, não havendo expectativa de que o governo petista passasse a atacar com a radicalidade esperada os interesses dos trabalhadores assalariados, a FIESP analisou a conjuntura para promover o que entendia como de interesse dos industrialistas. Para atrair frações de classe, integrante do Bloco no Poder, como a FIESP, por exemplo, o MDB em outubro de 2015, no epicentro da crise política que se somava à recessão econômica, divulgou documento no qual se propôs a realizar uma pacificação na sociedade brasileira nos seguintes termos:

(...) nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2).

Nesse momento, o MDB buscava se viabilizar como alternativa ao PT no governo. Para isto, tanto “Uma ponte para o futuro” (título dado ao documento), quanto a atuação de Eduardo

Cunha no Congresso cumpriam a função de atrair para o seu lado as classes e frações de classe no interior do bloco no poder, repercutindo, ainda, a insatisfação daqueles que financiavam suas campanhas políticas, que não vinham recebendo do governo de Dilma Rousseff o que consideravam ser os “agrados” necessários para que a relação entre legislativo e executivo ocorresse de maneira tranquila.

Todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país. A inércia e a imobilidade política têm impedido que elas se concretizem. A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2).

Às classes e frações de classe dos segmentos populares, o documento dizia que somente com sacrifícios o quadro de convulsão social, de elevação do desemprego e de aumento dos preços, poderia ser superado. Ao mesmo tempo, sinalizava ao bloco no poder que as reformas constitucionais (especialmente, previdenciária e trabalhista), que tivessem capacidade de conciliar alguns dos interesses das classes e frações de classe dominantes, seriam realizadas.

Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. Sua solução será muito dura para o conjunto da população, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais. É, portanto, uma tarefa da política, dos partidos, do Congresso Nacional e da cidadania. Não será nunca obra de especialistas financeiros, mas de políticos capazes de dar preferência às questões permanentes e de longo prazo. É também uma tarefa quase heroica que vai exigir o concurso de muitos atores, que precisarão, pelo tempo necessário, deixar de lado divergências e interesses próprios, mesmo que tenham que retomá-los mais adiante (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5).

O documento apresentava um diagnóstico muito semelhante àquele desenvolvido pela abordagem fiscalista, ao considerar que, apesar dos excessos (erros) do governo de Dilma Rousseff, existiam problemas que precediam esse governo e que eram de natureza estrutural – necessitando de alterações legais e, sobretudo, constitucionais.

Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade



fiscal do Estado. A situação hoje poderia certamente estar menos crítica. No entanto, a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5).

A Constituição Federal de 1988 precisava, portanto, se adequar ao tamanho do orçamento, de modo que o documento “Uma Ponte para o Futuro” adotava o mesmo paradigma de análise da ortodoxia em relação aos impactos dos dispositivos constitucionais sobre as contas públicas que acabavam, segundo este texto, elevando a dívida pública:

As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em parte estes aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social. Nestes casos, o aumento das despesas públicas foi uma escolha política correta e que melhorou nossa sociedade. Mas esta mesma Constituição e legislações posteriores criaram dispositivos que tornaram muito difícil a administração do orçamento e isto contribuiu para a desastrosa situação em que hoje vivemos. Foram criadas despesas obrigatórias que têm que ser feitas mesmo nas situações de grande desequilíbrio entre receitas e despesas, e, ao mesmo tempo, indexaram-se rendas e benefícios de vários segmentos, o que tornou impossíveis ações de ajuste, quando necessários (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 6-7).

E mais, afirmava que “taxar mais as famílias e as empresas, transferindo seus recursos para o Estado, parece ser algo disfuncional e danoso para a capacidade de competição do nosso setor produtivo” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5). Desse modo, o documento abria um canal de comunicação com a burguesia interna, ao tratar de tema caro a essa fração burguesa: redução de custos.

O fim da contribuição patronal para o financiamento do sistema previdenciário foi um tema interdito durante o período em que a frente neodesenvolvimentista sustentou os governos petistas. Com o fim da referida frente política e uma nova configuração no interior do bloco no poder, a questão previdenciária voltou a ser tema central no debate público, tanto como pretensa solução do endividamento público, quanto como forma de propiciar melhores condições para elevar a produtividade do país (liberando recursos para um aumento do investimento e, como consequência, da renda). O documento dizia:

A outra questão da mesma ordem provém da previdência social. Diferentemente de quase todos os demais países do mundo, nós tornamos norma constitucional a maioria das regras de acesso e gozo dos benefícios previdenciários, tornando muito difícil a sua adaptação às mudanças demográficas. Nós deixamos de fazer as reformas necessárias decorrentes do envelhecimento da população nos anos 1990 e 2000, ao contrário de muitos países, e hoje pagamos o preço de uma grave crise fiscal. O resultado é um desequilíbrio crônico e crescente. Em 2015 a diferença ou déficit entre as receitas e as despesas no regime geral do INSS está em 82 bilhões de reais. No orçamento para o ano que vem esta diferença salta para 125 bilhões. As projeções para o futuro são cada vez piores. A conclusão inevitável a que se chega é que os principais ingredientes da crise fiscal são estruturais e de longo prazo. De um lado, a falta de espaço para aumento das receitas públicas através da elevação da carga tributária, de outro, a rigidez institucional que torna o orçamento público uma fonte permanente de desequilíbrio (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 7).

Nesse documento, o MDB também abria um canal de diálogo com os parlamentares ao defender, na linha da abordagem fiscalista, o fim das vinculações constitucionais (diminuindo a rigidez das despesas) e a realização de uma reforma no sistema orçamentário que conferiria maior liberdade aos congressistas em relação ao poder de editar as chamadas emendas parlamentares, consolidando apoio fisiológico ao processo de impedimento.

Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. A despesa orçada terá que ser executada, sem ressalvas arbitrárias, salvo em caso de frustração das receitas, caso em que se aplicarão às despesas um limitador médio, com índices previamente aprovados pelo Congresso podendo ser variáveis, mas produzindo sempre uma redução final suficiente para o equilíbrio, ao longo do ciclo econômico (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 9).

Dentre o conjunto de propostas contidas no “Uma Ponte para o Futuro” estava uma que interessava particularmente à FIESP, a que sinalizava para possibilidade de redução dos benefícios e salários reais como forma de solucionar o problema da dívida pública e liberar recursos para atividades que o parlamento e o executivo considerassem mais adequadas.

Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta inflação. Nunca devemos perder de vista que a maioria da sociedade não tem suas rendas indexadas, dependendo sempre do nível de atividade econômica para preservar seu poder de consumo. A

indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade. Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. Com o fim dos reajustes automáticos o Parlamento arbitrará, em nome da sociedade, os diversos reajustes conforme as condições gerais da economia e das finanças públicas (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 9).

Em relação aos juros, o PMDB considerava que eram altos porque a inflação não estava controlada e que para mantê-la sob controle seria necessário realizar ajustes que equilibrassem as contas públicas, contraindo a demanda agregada e os gastos públicos. Assim, os juros seriam reduzidos, seja pela elevação do nível de investimentos, seja pela melhora na distribuição de renda (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 14).

Além dessas medidas, o documento afirma também que a privatização deve ser o caminho para construção e operação de infraestrutura e que o Estado não deveria interferir nos modelos de negócios que consubstanciam decisões econômicas privadas. Fatos associados à promoção da abertura comercial que integrará o Brasil na globalização (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 17).

Em harmonia a tudo quanto ora exposto, o documento foi finalizado defendendo como objetivos fundamentais:

- a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público;
- b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento;
- c) alcançar, em no máximo 3 anos, a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta de 4,5%, que juntos propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes – desenvolvidos e emergentes – e taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade;
- d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência;
- e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de

valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional;

f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições;

g) reformar amplamente o processo de elaboração e execução do orçamento público, tornando o gasto mais transparente, responsável e eficiente;

h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes;

i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;

j) na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos;

k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados;

l) dar alta prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que são a base da inovação (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 19).

Dessa maneira, o apoio pela FIESP ao impedimento de 2016, com a assunção ao poder de um vice-presidente cujo partido publicava documento do teor de “Uma Ponte para o Futuro”, bem demonstra que a entidade industrialista não só desembarcava da frente neodesenvolvimentista que havia integrado, como passava a defender para a sucessão presidencial decorrente da saída de Dilma Rousseff um programa que prometia atacar os interesses de setores que referendavam a mencionada frente.

O anúncio de um documento como esse, materializado pelo partido do vice-presidente, só encontrou aderência no mundo político porque a situação social e econômica estava tão deteriorada quanto à própria situação política, tendo recebido surpreendente apoio da FIESP, que havia sido atendida com privilegiado enfoque pelos governos petistas.

A verdade é que, após conseguirem pautar o primeiro governo Dilma na direção do que se passou a denominar como Agenda FIESP, a entidade industrialista passou a se articular visando reduzir o custo da força de trabalho, não mais se satisfazendo com a política de isenções fiscais ofertadas até então. Com efeito, nesta dissertação, o conjunto de medidas que integraram o programa “Uma Ponte para o Futuro” e que foi gestado durante o governo Temer e que foram

aprofundadas no governo Bolsonaro está sendo chamado de Agenda FIESP II (consubstanciadas, além de outras medidas, na reforma trabalhista, previdenciária e no estabelecimento de um teto do gasto público).

Para exata compreensão da construção da Agenda FIESP II, pertinente a análise de Boito Junior (2018, p. 292-293), demonstrando que as associações de industriais e do setor agrícola realizaram, ao longo dos governos Dilma, reivindicações que podem ser divididas em dois grupos: o primeiro se caracterizava pela oposição aos interesses do capital internacional e financeiro; enquanto o segundo se caracterizava pelos ataques promovidos aos trabalhadores e aos segmentos mais marginalizados da sociedade. Este segundo tipo de reivindicação foi se avolumando ao ponto de defender que a saída para a recessão econômica passaria por medidas econômicas liberalizantes, que podem ser denominadas de Agenda FIESP II pelo fato dessa entidade, simbolicamente, ter alcançado papel central na articulação do impedimento de 2016, com justificativas econômicas expostas publicamente e sem disfarce jurídico acerca de suposto crime de responsabilidade.

Para tanto, além da motivação política (balizada pela compreensão de que a correlação de forças teria se alterado em favor daqueles que dirigiam hegemonicamente o bloco no poder durante os anos 1990), havia um estímulo econômico subjacente à mudança tão radical de posição dessa parte da burguesia interna, qual seja: reduzir ainda mais os custos, dessa vez mirando nos encargos trabalhistas e na legislação que regulava a relação entre o capital e o trabalho. Para isso, a permanência de um partido com as características do PT na Presidência da República era entrave à tentativa de retirar direitos e reduzir rendimentos decorrentes do trabalho. Segundo Braz (2017, p. 87), era necessário um governo que fosse capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, retirando-lhes o pouco que conquistaram nos anos 2000 e que servisse inteiramente, sem concessões, ao grande capital.

Vendo a possibilidade de retorno do padrão de desenvolvimento liberal periférico em seu formato original (visto a mudança da correlação de forças no interior do bloco no poder), a FIESP articulou para que seus interesses fossem contemplados nessa nova conjuntura. Para tanto, esta entidade mirou seus esforços naquilo que geralmente é comum a toda a burguesia (independentemente da fração que pertença): o aprofundamento da exploração do trabalho.

Portanto, a Agenda FIESP II buscava associar os interesses dos empresários industriais de São Paulo aos interesses do capital estrangeiro e das classes e frações de classe perfeitamente associados a ele. Esta agenda visava diminuir os custos do trabalho (aumentando, dessa maneira a exploração do mesmo), ao defender que a legislação trabalhista: A) permitisse a ampliação da jornada de trabalho; B) a eliminação ou, pelo menos, redução da contribuição patronal previdenciária; C) a revogação ou diminuição da multa sobre o FGTS, quando ocorresse demissão sem justa causa; D) a redução de 8% para algo próximo de 2% da contribuição que o empregador fazia para o financiamento do FGTS; para além de outras medidas neste mesmo sentido.

Com a ruína da frente neodesenvolvimentista e a retirada do PT da Presidência da República, foi sendo criado um ambiente político muito mais favorável para que mudanças, em desfavor dos trabalhadores, fossem realizadas no mundo do trabalho. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), desde a promulgação da Constituição Cidadã não se tinha visto um número tão expressivo de propostas tramitando no Congresso Nacional com o objetivo de reduzir direitos dos trabalhadores e das classes populares. A DIAP listou 55 propostas, que começaram a tramitar na Câmara dos Deputados e Senado Federal a partir de 2015, véspera do *impeachment*. Dentre elas, segundo DIAP (2016, s/p), estavam:

- 1.** Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 – Senado);
- 2.** Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
- 3.** Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
- 4.** Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 - Câmara);
- 5.** Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
- 6.** Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 - Câmara);
- 7.** Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 - Câmara);
- 8.** Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 - Câmara);
- 9.** Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 - Câmara);
- 10.** Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 - Câmara);
- 11.** Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara);
- 12.** Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
- 13.** Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 - Câmara);
- 14.** Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 - Senado);
- 15.** Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
- 16.** Extinção da

multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 - Senado); **17.** Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 - Senado); **18.** Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 - Câmara); **19.** Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara); **20.** Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara); **21.** Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara); **22.** Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 - Câmara); **23.** Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 - Câmara); **24.** Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 - Senado); **25.** Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara); **26.** Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 - Câmara); **27.** Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado); **28.** Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara); **29.** Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 - Câmara); **30.** Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara); **31.** Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara); **32.** Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado) (DIAP, 2016, s/p).

Todas essas propostas contavam com o decidido apoio das entidades patronais, principalmente da FIESP e da CNI. De fato, a aprovação dessas propostas resultaria em uma diminuição dos custos com o fator trabalho. Algumas delas, inclusive, como demonstrado anteriormente, faziam parte do programa Uma Ponte para o Futuro, apresentado pelo MDB durante o período que buscou conquistar apoios para sua condução à Presidência da República, bem como do receituário proposto pelo campo da ortodoxia econômica.

Tanto foi assim que, por exemplo, com o afastamento de Dilma Rousseff e com menos de um ano depois da nomeação de Michel Temer para Presidente da República, foi aprovada, em março de 2017, a chamada lei de terceirização. A lei nº 13.429/2017 permitiu que funcionários terceirizados passassem a realizar atividades-fim, o que antes era proibido pela Justiça do Trabalho, dado que não existia uma legislação específica para o tema. Com a inexistência de uma lei específica e a posição da Justiça do Trabalho, as empresas acabavam só terceirizando funcionários que fossem executar atividades-meio (manutenção, limpeza, segurança etc.). Com esta alteração na legislação trabalhista, o empresariado garantia, pelo menos no curto e médio

prazo, uma redução nos seus custos e uma recomposição de seus rendimentos.

O empresariado também, sob a liderança militante da FIESP, buscava outras alterações na legislação trabalhista, argumentando que era necessário modernizar a regulação da relação entre o capital e o trabalho. Para tanto, os empresários defendiam alterações na legislação referente aos contratos de emprego, flexibilizando-os em diversos pontos (SILVA FILHO, 2017, p. 53).

Com essas mudanças, por exemplo, um trabalhador que trabalhava 30 ou 32 horas semanais e recebia um salário-mínimo passaria a receber proporcionalmente, em um flagrante rebaixamento salarial. Além de que, com isto, haveria uma queda no número de vagas de trabalho por tempo indeterminado e da massa salarial, promovendo uma, conseqüente, redução da arrecadação previdenciária e do FGTS (SILVA FILHO, 2017, p. 54).

Segundo Santos e Gimenez (2018, p. 29-30), essa estratégia da FIESP, centrada na diminuição de custos e no aumento da flexibilidade de um mercado de trabalho já marcado por sua desorganização e flexibilidade, patenteia o caráter, tanto social como econômico, regressivo de suas escolhas feitas para um país continental como o Brasil. Constitui-se, assim, em uma estratégia de “competitividade espúria”, produzindo efeitos desorganizadores sobre a economia, sobre a sociedade brasileira e, principalmente, sobre os direitos de cidadania presentes na Carta Cidadã de 1988.

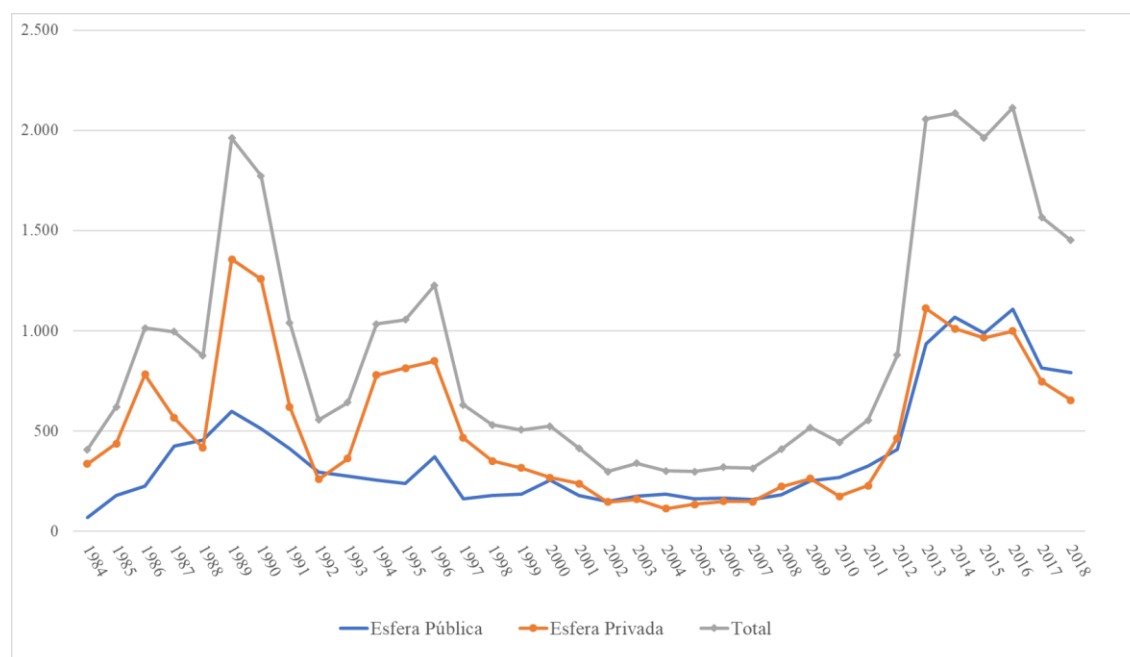
É bom que fique registrado que o mercado de trabalho brasileiro sempre se caracterizou por baixos salários e, quando comparado internacionalmente, o custo do trabalho da indústria manufatureira se manteve, em geral, em níveis inferiores nas últimas décadas. A exceção a isto se dava, principalmente, em função das políticas de valorização cambial, observadas no período 1994-1998, mas, também, em vários anos do período 2006-2017 (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p. 29-30).

A Agenda FIESP II, portanto, buscou dar continuidade a Agenda FIESP, que caracterizou o primeiro governo de Dilma Rousseff. Enquanto a Agenda FIESP procurou reduzir os custos (ou incentivar a lucratividade) da indústria por meio de uma intensiva desoneração tributária e redução tarifária (BHERING; CARVALHO; PIMENTEL, 2015, p. 16), a Agenda FIESP II – em um contexto no qual a ortodoxia econômica e o diagnóstico fiscalista ganhavam ainda mais prestígio e expressão com a nova configuração do bloco no poder – procurou reduzir os custos



da indústria ao se opor àquelas concessões que outrora tinha realizado para a formação da frente neodesenvolvimentista, como transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão do serviço público, reconhecimento do direito à luta reivindicativa dos trabalhadores etc. (BOITO JUNIOR, 2018, p. 292).

Gráfico 7 – Evolução do número de greves, Brasil, 1984-2018



Fonte: Dieese, 2019.

De fato, o que a FIESP intentava, ao defender o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, era interromper, dada a nova correlação de forças no interior do bloco no poder, o programa defendido pela frente neodesenvolvimentista, que permitiu, por exemplo, que os trabalhadores aumentassem sua capacidade reivindicativa, como demonstrou o aumento do número de greves, que em 2003 foi em torno de 300 greves e em 2013 esse número superou a casa dos 2000 (BOITO JUNIOR, 2018, p. 218). É possível verificar, partindo do gráfico 6, como, a partir de 2006, intensificou-se o número de greves no Brasil, sendo que a partir de 2011 o crescimento foi ainda mais intenso.

Portanto, era necessário frear os ganhos das classes trabalhadoras, que, com melhor condição econômica, acabaram por fortalecer o poder de reivindicação de tais classes, inclusive através de um significativo número de greves. A Agenda FIESP II, atacando direitos trabalhistas básicos, acaba por enfraquecer também o próprio movimento sindical e a resistência a novas medidas em desfavor dos trabalhadores.

Dois argumentos se destacaram dentre as justificativas para a realização da reforma trabalhista, uma das bases da Agenda FIESP II: a suposta burocracia trabalhista e o elevado custo do trabalho. Isto porque, segundo os empresários, existiria um desacerto entre o crescimento da produtividade e dos salários que era inconciliável com a retomada da atividade econômica e do emprego. Por isso, defendiam as entidades empresariais, que o desemprego que começava a ser sentido em 2015 decorria da ausência de mecanismos regulatórios que permitissem maior flexibilidade nas regras de contratação, remuneração e uso da força de trabalho (TEIXEIRA, 2017, p. 48-50).

A FIESP buscava, com a reforma trabalhista, uma regulamentação que pudesse ajustar, em passo acelerado, as relações de emprego diante das oscilações econômicas, elevando as margens de retorno e diminuindo os custos do trabalho. A destruição de mais de 2,8 milhões de postos de trabalho, entre 2015 e 2016, mostra que nunca houve entraves na legislação trabalhista para a ocorrência de dispensa em larga escala. Apesar disto, o que se queria materializar era a realização dessas dispensas com um menor custo. Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2016, somente neste ano foram movimentados mais de 30 milhões de pessoas entre admitidos e demitidos, causando um saldo de 1,32 milhão de desempregados (TEIXEIRA, 2017, p. 50-51).

Um argumento que ganhou força entre os meios empresariais é que a crise econômica seria decorrência do encolhimento nas margens de lucro dos empresários brasileiros no último período. Os incrementos salariais, em patamar superior à produtividade das empresas, seriam os vilões da elevação dos custos (TEIXEIRA, 2017, p. 50).

Nesse contexto, a FIESP defendia que a resposta para esse aumento salarial era a redução do emprego via políticas de ajuste, forçando a queda dos salários. O desemprego serviria como um instrumento de regulação do preço da força de trabalho no mercado. E quando a necessidade de novas contratações retornasse, já sob a regulação da reforma trabalhista, ocorreria com salários menores (TEIXEIRA, 2017, p. 50-51).

Entre 2014 e 2017, conforme dados da PNAD contínua, a desocupação aumentou de 7,2% para 13,7% e os rendimentos médios efetivamente recebidos no emprego principal caíram em torno de 4%. Com a reforma trabalhista, os empregadores buscam facilitar a rotatividade ainda mais, reduzindo os custos de dispensa (TEIXEIRA, 2017, p. 50-51).

De acordo com dados extraídos do CAGED para 2016, ao comparar os salários médios dos admitidos e desligados para um conjunto de atividades econômicas, verificou-se que houve uma redução de 13% na remuneração média do trabalhador contratado, em relação aos trabalhadores desligados. Esses dados, portanto, indicam que ou as contratações ocorreram em setores e ocupações que possuíam remunerações inferiores, ou, simplesmente, estava acontecendo uma substituição por trabalhadores que passaram a receber salários menores para desempenhar as mesmas funções (TEIXEIRA, 2017, p. 51).

Contudo, a Agenda FIESP II não se satisfaz com a reforma trabalhista, alegando ser esta ainda insuficiente para garantir a retomada do crescimento econômico e os estímulos à indústria, tendo apelado, ainda, para outra forma de reduzir os custos: a reforma previdenciária.

Ao defender que o aumento do salário-mínimo deveria acompanhar a evolução da produtividade da economia, os defensores da Agenda FIESP II também advogavam que a reforma da previdência liberaria o aumento do salário-mínimo, sem ocorrência de pressão na previdência, promovendo uma redução da pobreza das famílias mais jovens. Diziam que, até a reforma da previdência, algo em torno da metade das crianças abaixo dos cinco anos de idade pertencia às famílias que se posicionavam abaixo da linha de pobreza, em oposição menos de 10% dos idosos estavam nesta situação. Assim, defendiam a desvinculação dos benefícios previdenciários, visto que seria possível majorar o salário-mínimo dos trabalhadores, elevando a renda das famílias e melhorando a situação das crianças e jovens – dos idosos que recebiam benefícios previdenciários quase 90% não tinham nenhuma criança vivendo em seu domicílio, e dos que possuíam somente 3,5% viviam com duas ou mais crianças (INSPER, 2018, s/p).

A reforma da previdência, outro grande pilar da Agenda FIESP II, com fim de frente neodesenvolvimentista, passou a ser tão exaltada que, conforme noticiou o site da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, a Coalizão Indústria, formada pelo Instituto Aço Brasil (aço), Anfavea (automotivo), Abrinq (brinquedos), Abicalçados (calçados), AEB (comércio exterior), CBIC (construção civil), Abinee (elétrica e eletrônica), Abimaq (máquinas e equipamentos), Abiplast (plástico), Abiquim (química) e Abit (têxtil e confecção) defendeu, ainda em março de 2019, em uma reunião com o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e com os seus ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que era essencial a realização do ajuste fiscal, tendo a Reforma da Previdência como prioritária para a

retomada do crescimento econômico (ABIT, 2019, s/p).

Segundo os defensores da Agenda FIESP II, o custo do trabalho no Brasil é relativamente alto. Por ser o setor mais sujeito à competição externa, tanto dentro como fora do país, a indústria sente com mais gravidade essa situação. Empresas chinesas e indianas de setores intensivos em trabalho, para os quais o custo do trabalho é uma fração do existente nas empresas nacionais, acabam competindo com as empresas domésticas (PAES, 2012, p. 774).

De acordo com Paes (2012, p. 774), pesquisa realizada em 2011 pela CNI, com uma amostra de 1.520 empresas, constatou que 28% delas enfrentam a competição de empresas chinesas no mercado interno. Sendo que 45% deste grupo perderam mercado e 41% conseguiram manter sua fatia de mercado inalterada. Já entre as empresas que exportam, 52% concorrem com as chinesas e, destas, 67% perderam clientes. Nos setores têxteis, máquinas e equipamentos a perda foi maior, atingiu 80%, enquanto no setor de calçados, 21% das empresas brasileiras deixaram de exportar.

Portanto, após abandonar a frente neodesenvolvimentista, mesmo com as suas demandas sendo atendidas nos governos petistas, em especial no momento que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica ou Agenda FIESP, no primeiro governo Dilma Rousseff, a FIESP passou a defender medidas liberalizantes que seriam implementadas a partir do impedimento de 2016. Como foi demonstrado, esse apoio não foi sequer justificado com base em suposto crime de responsabilidade, mas tão somente para defender medidas econômicas que seriam do interesse dos industrialistas.

Essas medidas econômicas defendidas pela FIESP e implementadas após o impedimento de 2016, como a PEC do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista, a possibilidade de terceirização da atividade-fim, dentre outros, podem ser definidas como Agenda FIESP II pelas seguintes razões: A) pelo relevante papel da agitação política da FIESP naquele momento histórico; B) pelo esgotamento da etapa inicial chamada Agenda FIESP, com as desonerações fiscais, buscando uma radicalização desta, visando, desta feita, a redução do custo-trabalho; C) pelo fato da FIESP ter abandonado a chamada frente neodesenvolvimentista e aderido a uma (nova) utopia neoliberal que já havia causado prejuízos de médio prazo para o setor na década de noventa.

Por outro lado, cumpre precisar que a Agenda FIESP II ainda está em curso, com uma série de medidas ainda em trâmite no Congresso Nacional, bem como sendo gestadas no atual governo federal, visando reduzir, ainda mais, o custo do trabalho em nosso país.

#### 4.6 ANÁLISE CRÍTICA DO APOIO DA FIESP AO *IMPEACHMENT* DE 2016

As reformas, especialmente, trabalhista e previdenciária, realmente, têm capacidade de, no curto e médio prazo, recompor a rentabilidade das empresas, visto que tais reformas diminuem os custos com a força de trabalho. Mas, como Rossi e Biancarelli (2015, s/p) assinalaram, o investimento no setor produtivo não ocorre porque o governo promove ou não um ajuste fiscal, mas ocorre quando existe expectativa de demanda. Aliás, em momentos de baixo crescimento, a opção por um ajuste fiscal fortalece a queda da demanda e desestimula o investimento.

Inclusive, ao fortalecer a burguesia compradora (aquela integralmente ligada aos interesses do capital internacional), a FIESP dá condições para que o Estado desenvolva uma política mais liberalizante que acabe, no médio e longo prazo, prejudicando as atividades do setor industrial. Foi o que ocorreu quando a burguesia, em seu conjunto, apoiou os governos Collor e FHC e motivaram a consolidação do padrão de desenvolvimento liberal periférico. À época, a abertura comercial, a sobrevalorização cambial e a elevação dos juros foram determinantes para o gradual afastamento de grande parte da burguesia interna do segundo governo de FHC, ainda que várias medidas de redução de custos tenham sido praticadas, quer sejam as ligadas à restrição e eliminação de direitos sociais, quer sejam as que prejudicam a organização e luta sindical (BOITO JUNIOR, 1999, p. 41-48 e 157).

Jessé Souza (2018, p. 146) afirma que o raciocínio de curto prazo elaborado pela elite brasileira (chamada por ele de elite do atraso) tem constrangido todo tipo de tentativa de edificar uma base industrial e tecnológica autônoma. Normalmente tais tentativas foram empreendidas por governos de perfil desenvolvimentista, seja em esforço quase individual ou em associação à burguesia interna, quando circunstâncias bem específicas faziam com que houvesse a necessidade desta se proteger no Estado das ofensivas do capital internacional. O referido autor cita o governo do presidente Temer como algo caricatural do pensamento indigente dessa elite, que operou um verdadeiro desmonte da ciência e tecnologia, revelando seu completo

descompromisso com o futuro do país.

Esse descompromisso, ao focar a atenção meramente no curto prazo, fez com que essa elite nacional se opusesse até mesmo ao governo Geisel, como apontou o mencionado autor ao dizer:

O II Plano Nacional de Desenvolvimento previa uma reestruturação profunda do setor industrial e planejamento de longo prazo, mas foi boicotado pela elite empresarial, avessa à presença estatal no comando do esforço. Por meio de sua mídia venal, começa então o ataque à ditadura militar, não por seus defeitos e restrições à democracia, mas por conta de suas virtudes, ou seja, por seu empenho em formular um projeto de longo prazo para o país (SOUZA, 2018, p. 146-147).

Já Bresser Pereira (1963, p. 22-25), em lógica parecida, detectou que a partir do governo Kubitschek o caráter nacionalista do empresário industrial brasileiro foi esvaziado de conteúdo. Isto porque, desde então, as empresas nacionais e estrangeiras passaram a estabelecer fortes relações econômicas entre si, que inviabilizavam a tomada de decisões nacionalistas. Em tal quadro, o empresariado industrial (burguesia interna) voltou a se alinhar com os grupos conservadores, vinculados a seus antigos adversários do alto comércio importador e exportador e da aristocracia rural, ao passo que o movimento sindical passou por um importante recrudescimento.

De uma forma (SOUZA, 2018) ou de outra (BRESSER, 1963), resta evidente que a burguesia interna não tem se mostrado à altura de enfrentar (quanto mais dirigir) os enormes desafios que o desenvolvimento e a superação da dependência impõem ao país. Esta incapacidade tem se mostrado ainda mais forte em uma conjuntura como a atual, na qual o mundo atravessa significativas mudanças e um elevado grau de complexidade com o processo de ocupação privilegiada na geopolítica mundial dos países da Ásia.

O deslocamento e fortalecimento da indústria na Ásia e, especialmente, na China, culminou em um novo estágio de competitividade, criado pelas escalas de produção e comercialização, tanto dos custos reduzidos de mão de obra, quanto do crescente desenvolvimento tecnológico. Isto tem provocado um acirramento da competição internacional e gerado uma expressiva diminuição dos preços industriais, colocando desafios importantes para o desenvolvimento industrial de economias como a do Brasil (SARTI, 2018, p. 181).

Não será reduzindo os custos com a força de trabalho que a indústria brasileira conseguirá superar os enormes desafios colocados pelo novo estágio de competitividade global. Sarti (2018, p. 184) avalia que é condição *sine qua non* para possibilitar novos setores e mercados, aumentar a competitividade de setores tradicionais e não ser excluído da nova revolução tecnológica em curso, além de internalizar e desenvolver internamente inovações como *internet* móvel, nuvem, *internet das coisas*, automatização do trabalho de conhecimento, robótica avançada, veículos autônomos, genômica da próxima geração, armazenamento de energia, energia renovável, impressão 3D, dentre outras.

Nesse sentido, o Brasil não tem seguido a tendência observada nas economias avançadas e mais industrializadas no que diz respeito ao esforço tecnológico. Apesar de ter apresentado uma melhora no indicador de intensidade tecnológica – relação entre os gastos em PD&I e o PIB – para o período de 2006 a 2015, o Brasil ainda apresenta um quadro muito inferior ao existente nas economias avançadas e asiáticas. Enquanto a Coreia do Sul e China, respectivamente, 4,2% e 2,1%, dobraram seus indicadores entre 2000 e 2015, o Brasil saiu de 1% para 1,3% no mesmo período (SARTI, 2018, p. 186).

Em contraste com que acontece com as economias avançadas e asiáticas, no Brasil o gasto em PD&I é majoritariamente realizado pelo setor público (centros de pesquisa, universidades e estatais) e não pelas empresas privadas. Além disso, o esforço em desenvolver tecnologias próprias e construir ativos intangíveis é muito inferior aos gastos efetuados com aquisição de máquinas e equipamentos (SARTI, 2018, p. 187-188).

Neste ponto, para Mazzucato (2014), o problema fundamental não reside no fato do Estado atuar no sentido de desenvolver e estimular a inovação tecnológica que agencie uma melhora na situação econômica – uma divergência com Sarti (2018, p. 187-188). Na verdade, pelo contrário, a questão gira em torno da hegemonia da noção que se atribui ao Estado; o exclusivo papel de atuar nas falhas de mercado. A ideia bastante em voga de que o Estado deva ser contido em espaço secundário para liberar as forças do empreendedorismo privado, apesar de muito aceita, é errônea. Os EUA, por exemplo, possuem um Estado proativo que molda o mercado para promoção da inovação (MAZZUCATO, 2014, p. 41 e 109).

A atuação do Estado como *player* importante na economia pode produzir resultados expressivos, sem que esta atuação, necessariamente, esteja voltada para o âmbito nacional

(ainda que possa) ou para concessão de subsídios de longo prazo para algumas empresas (elegendo vencedores). Através das incontáveis agências e laboratórios, o Estado tem capacidade de difundir novas ideias, com elevada rapidez, para estimular a inovação. Além disso, pode usar sua competência para comissionar e adquirir, além de suas funções reguladoras para formar mercados e incitar o incremento tecnológico (MAZZUCATO, 2014, p. 110).

O desenvolvimento econômico e social pressupõe, fundamentalmente, o emprego de uma política industrial de longo prazo em que a inovação tenha centralidade. Novos instrumentos, modelos e arranjos organizacionais são essenciais para que se garanta a consolidação daquilo que já existe no parque produtivo brasileiro, bem como para a evolução em inovação que dê uma certa liderança para a economia brasileira. Desse modo, faz-se imperioso debater e avaliar as alternativas de inovação na prática, com a condição que esse debate e avaliação ocorram com o conjunto da sociedade (CALMANOVICI, 2011, p. 193).

É necessário estimular, alinhar os esforços e criar sinergia em torno de inovações que gerem riqueza e competitividade para o país, incluindo desde investimentos em ciência básica até o sistema de incubadoras, parques tecnológicos, agências de transferência tecnológica das universidades públicas, institutos de ciência e tecnologia públicos e privados, agência de propriedade intelectual, agências públicas de fomento e empresas inovadoras que, com foco no mercado, organizem esse conjunto de investimentos sob a égide de uma visão estratégica integradora para o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novos bens e serviços para a sociedade (CALMANOVICI, 2011, p. 193).

É importante ressaltar que, para Bielschowsky (2012, p. 730), não tem validade a ideia comum de que as exportações de bens industriais se constituam em um motor de investimento em si mesmos. No Brasil, como se mostra em mais de um estudo sobre os determinantes do investimento brasileiro, as exportações atuam como complemento à demanda gerada pelo mercado interno. Ou seja, ao invés do mercado interno crescer pela via das exportações (*export-led growth*), ocorre o contrário: é o crescimento do mercado interno que permite o aumento da capacidade para exportar por via de ganhos de escala e de produtividade que aquele crescimento possibilita.

Quanto mais dilatados forem os processos de inovação e as conexões produtivas que o país seja capaz de produzir nos três “motores” do desenvolvimento, que o Brasil tem a sua disposição (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura), mais crescentes, volumosos e mais



mobilizadores da atividade produtiva e do emprego no país serão os investimentos (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 729-730).

Devidamente “turbinados” (“potenciados”) por inovações tecnológicas e pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados, os três motores do crescimento com transformação estrutural representam uma rara oportunidade de desenvolvimento a longo prazo da economia brasileira. Mal turbinados, sua contribuição potencial tenderá a ser, em grande medida, desperdiçada (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 730).

Apesar disso, o referido autor não considera a inovação como uma frente de expansão em si mesma, até porque a atividade de P&D no Brasil não está suficientemente plantada nas estratégias de expansão das empresas. Caso isso venha acontecer, como ocorre nos países mais desenvolvidos, a inovação poderá se tornar uma quarta frente de desenvolvimento a longo prazo (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 731).

Em relação ao modelo de produção e consumo de massa se verifica a existência de uma enorme oportunidade para o país, dado o potencial de rendimentos de escala decorrente das dimensões de seu mercado interno e do fato de estruturas produtivas e empresariais modernas serem responsáveis pela produção dos bens de consumo de massa, propensos ao aumento de produtividade e ao progresso técnico, que o país necessita (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 738).

Sob o ponto de vista meramente teórico, é possível afirmar que o modelo de produção e consumo de massa opera de acordo com o estabelecimento do seguinte círculo virtuoso: i) o aumento do consumo provoca a expansão dos investimentos, que se traduzem em aumento de produtividade e competitividade pelas vias de mais equipamentos por trabalhador, conhecimento, aprendizado e inovação e economias de escala (da produção em massa); ii) a elevação da produtividade transmite-se equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras pelo aumento de salários, redução dos preços dos bens e serviços e aumento dos gastos sociais; iii) esses rendimentos transformam-se em consumo popular continuamente ampliado; iv) essa ampliação provoca a expansão dos investimentos (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 738-739).

Bielschowsky (2012, p. 738) descreve como um importante episódio do pensamento desenvolvimentista a controvérsia acerca da importância da estrutura distributiva para a consolidação de uma estrutura produtiva moderna. Tal controvérsia se inaugurou com Celso Furtado argumentando ser imperiosa uma mudança na estrutura distributiva que possibilitasse a promoção de uma transformação no perfil de demanda que reorientasse a estrutura produtiva no sentido de um aumento na intensidade do emprego de mão de obra. Não ocorrendo essa

mudança, a tendência à concentração de renda e à estagnação por insuficiência de demanda e retornos decrescentes de escala seria mantida.

Portanto, resta evidente que o *impeachment* de Dilma Rousseff, ainda que permita uma recuperação da rentabilidade das empresas (por conta da diminuição dos custos com a força de trabalho), não possibilita que a indústria brasileira dê o salto necessário para se inserir no cenário internacional como um *player* global. Na verdade, o apoio ao *impeachment* pode ser entendido como a tentativa – dentro de um novo cenário político em que o capital internacional e as classes e frações de classes a ela perfeitamente integradas passavam reocupar espaço privilegiado dentro do bloco no poder – de setores da burguesia interna (como já mencionado anteriormente, a burguesia não atuou monoliticamente nesse episódio) continuarem com a Agenda FIESP, no sentido de manter a redução de custos, só que, dessa vez, tendo como alvo a rentabilidade do trabalho.

A manutenção do PT na Presidência da República e a continuidade da frente neodesenvolvimentista eram um obstáculo para que essa nova rodada de redução de custos acontecesse, visto que os custos envolviam direitos de segmentos da sociedade que faziam parte da frente política formada pela burguesia interna e, portanto, pela FIESP. Este novo comportamento da entidade se explica pela alteração da correlação de força no interior do bloco no poder em desfavor da burguesia interna. Em tal cenário esta parcela da burguesia interna buscou salientar os pontos em comum com o capital internacional e com as classes e frações de classe a ele perfeitamente integradas.

Mesmo depois de ter realizado um governo que não era voltado prioritariamente para os interesses dos trabalhadores e dos segmentos mais marginalizados da sociedade e de ter adotado, a partir de 2015, um programa de governo muito parecido com o que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB na eleição de 2014, Dilma Rousseff foi arrancada da Presidência da República por ser considerada incapaz de continuar à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu (BRAZ, 2017, p. 87).

Muito da crença de que a presidenta Dilma não conseguiria mais acomodar os interesses da burguesia interna se justificava pela ofensiva ortodoxa, que cobrava o retorno à rigidez da institucionalidade do regime macroeconômico e pelo fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores, estimulado pela situação de pleno emprego. A este respeito, a queda do

desemprego e o estabelecimento do pleno emprego alcançado durante os governos petistas, sobretudo no da presidenta Dilma, tornaram-se o centro da preocupação dos economistas ortodoxos e de importantes segmentos da burguesia brasileira, inclusive da burguesia interna. Por isso, a Agenda FIESP II (manutenção da defesa da redução dos custos, mas desta vez sobre o fator trabalho) se tornou um programa do conjunto de praticamente toda a burguesia brasileira.

Kalecki (1990, p. 54) apresenta uma abordagem sobre o pleno emprego decorrente da despesa governamental que, para além de reunir aspectos econômicos, concentra fundamentalmente problemas de ordem política. Este modo de abordar o pleno emprego ajuda a entender o porquê do governo, mesmo sabendo como promovê-lo, acaba não o fazendo. O imbróglio não é trivial, haja vista que ele reside no fato dos empresários não aceitarem a expansão que o governo pode oferecer com o gasto governamental, ainda que uma maior produção e emprego seja benéfica tanto para os trabalhadores como para os empresários (afinal, os lucros também crescem).

De acordo com Kalecki, as razões da oposição dos empresários industriais ao pleno emprego, obtido pela despesa governamental, podem ser agrupadas em três categorias, a saber:

(a) a reprovação à interferência pura e simples do Governo no problema do emprego; (b) a reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídios ao consumo); (c) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego (KALECKI, 1990, p. 54-55).

No primeiro caso, reprovação à interferência pura e simples do Governo no problema do emprego, os empresários se opõem porque querem manter seu controle sobre a política governamental. É que o nível do emprego em um sistema de *laissez-faire* depende, em grande medida, do chamado estado de confiança do empresariado. Quando a confiança se deteriora, o investimento privado cai, resultando em uma queda do produto e do emprego. Este mecanismo dá aos empresários um enorme controle indireto sobre a política governamental, afinal o governo passa a evitar qualquer medida que possa abalar o estado de confiança dos empresários, visto que neste caso provocaria uma crise econômica. Na hipótese de o governo começar a aumentar o emprego por meio de suas próprias despesas, esse poderoso mecanismo de controle do empresariado perderia sua eficácia. É por isso que a intervenção do governo efetuada por via dos necessários *déficits* orçamentários passa a ser visto como perigoso. A doutrina da “finança sadia”, portanto, cumpre a função social de fazer com que o “estado de confiança” seja visto como determinante do nível de emprego (KALECKI, 1990, p. 54).

Sobre a oposição à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo), Kalecki (1990, p. 55-56) afirma que ela é mais forte dado os objetivos a que se propõem. No âmbito do investimento público, o autor lembra que os princípios econômicos da intervenção governamental orientam que o investimento público se limite a objetivos que não concorram com negócios da iniciativa privada. Porque, do contrário, a rentabilidade do investimento privado seria negativamente impactada e o efeito positivo sobre o emprego do investimento público seria anulado pelo efeito deletério da queda do investimento privado. Há, além disso, uma preocupação ainda maior dos empresários, aquela que envolve o risco do Estado, avançando no investimento público, nacionalizar ou, mesmo, estatizar atividades que sejam consideradas de utilidade pública, nas quais se possa aplicar o investimento.

A contrariedade dos empresários não é menor quando a questão se refere ao subsídio do consumo popular (realizado por meio dos subsídios que buscam manter o preço dos produtos essenciais baixos, das pensões às famílias etc.), como poderia se esperar, já que, ao subsidiar o consumo, o governo não estaria concorrendo com os negócios privados. Na verdade, esta medida do governo é mais fortemente combatida pelo empresariado do que o investimento público, devido aos fundamentos da ética capitalista que vociferam que “você ganhará seu pão com o suor de seu rosto” (KALECKI, 1990, p. 56).

Mas, ainda que as oposições políticas ao pleno emprego, tratadas anteriormente, fossem superadas (como consequência, por exemplo, da pressão popular), a manutenção do pleno emprego geraria transformações sociais e políticas que provocariam um novo impulso à oposição empresarial. É que em uma situação de permanente pleno emprego, a dispensa de trabalhadores deixaria de cumprir uma função disciplinar e a posição social do patrão acabaria sendo fragilizada, fazendo com que crescesse a autoestima e a confiança da classe trabalhadora. Neste quadro, os trabalhadores passariam a realizar mais greves por melhores salários e condição de trabalho, aumentando a tensão política (KALECKI, 1990, p. 56).

Por mais que o pleno emprego tenha a capacidade de viabilizar um aumento nos ganhos do empresariado industrial, esta classe acaba se opondo aos gastos governamentais por motivação política.

É verdade que os lucros seriam mais elevados em um regime de pleno emprego do que o são, em média, no *laissez-faire*; e mesmo o crescimento das taxas de salários, resultante do mais forte poder de barganha dos trabalhadores, provavelmente causaria menos uma redução dos lucros do que um aumento de preços, e assim afetaria adversamente apenas os interesses dos rentistas. Mas os líderes empresariais apreciam mais a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” do que os lucros. Seu intestino de classe lhe diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal (KALECKI, 1990, p. 56).

A reforma trabalhista integra um conjunto mais vasto de reformas neoliberais que visam, num contexto mais geral, desmontar o Estado e as políticas públicas. Contudo, as evidências tiradas das experiências internacionais mostram que a redução ou flexibilização de direitos não tem como consequência a recuperação dos empregos ou o retorno do crescimento da economia. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2015, analisou, em dois estudos sobre os impactos das normas de proteção ao trabalho no nível do emprego, a relação entre proteção ao trabalho, desemprego, taxa de ocupação e participação. Sendo que o primeiro estudo, realizado em 63 países, entre 1993 e 2013, e o segundo, realizado entre 2008 e 2014, em 111 países. Os resultados dos estudos confirmam que não existe significância estatística na relação entre rigidez da legislação trabalhista e nível de emprego. O que se viu foi exatamente o contrário: nos países em que a desregulamentação cresceu, o nível de desemprego aumentou no período e nos países em que a regulamentação se intensificou, o desemprego caiu no longo prazo (TEIXEIRA, 2017, p. 50-51).

Não se pode negar que, após a experiência da crise de 1929, o empresariado industrial tenha deixado de se opor a toda espécie de intervenção estatal que venha arrefecer os efeitos de uma depressão. Contudo, isto não significa que a oposição tenha deixado de existir por completo, especialmente, no que se refere, primeiro, à direção a ser praticada a intervenção governamental e, segundo, à busca de um pleno emprego contínuo (e não ao uso exclusivo da intervenção para aliviar depressões). De fato, por parte da burguesia, já se aceita que o Estado atue durante a depressão (KALECKI, 1990, p. 58).

É bem verdade que nas discussões a respeito da necessidade de uma intervenção estatal para debelar uma depressão, o empresário industrial frequentemente tem defendido que o governo opte por promover estímulos ao investimento privado, como uma redução da taxa de juros ou subsídio direto ao investimento privado (KALECKI, 1990, p. 58). Este, por exemplo, foi o caso das reivindicações feitas pela FIESP que resultaram na Agenda FIESP (ou Nova Matriz

Econômica) praticada pelo governo Dilma Rousseff. E, como alertou Kalecki, esse modelo de intervenção estatal garante que os homens de negócios continuem sendo o meio pelo qual se dá a intervenção governamental. E, neste caso, ainda que haja o estímulo, se o empresariado não sentir confiança não realizará o investimento (exatamente como aconteceu durante a vigência da Agenda FIESP).

Kalecki (1990, p. 58) argumenta que o estímulo ao investimento privado não se constitui em um artifício apropriado para impedir o desemprego generalizado, mesmo porque no caso de uma depressão muito intensa os homens de negócio poderiam, mesmo com os incentivos de redução de juros e impostos, não realizar os investimentos por conta da expectativa negativa criada pela depressão.

Diante de tudo o que foi discutido até aqui e a despeito da aceitação realizada pela burguesia em relação a intervenção governamental para mitigar os efeitos da depressão, é inegável que ela continua firme na sua oposição ao uso de despesas públicas para manutenção do pleno emprego ou ao uso de subsídios ao consumo para criar empregos (KALECKI, 1990, p. 59).

No que se refere à FIESP, esse aspecto político do pleno emprego é potencializado pelas características inerentes ao fato dela integrar a burguesia interna (possuir uma relação ambivalente com os interesses do capital estrangeiro) (BERRINGER, 2017), mas, também, pelo fato de pertencer a uma determinada elite que sempre se assentou na institucionalidade da escravidão, sendo, por isso, chamada de elite do atraso por Jessé Souza (2019). Segundo este autor, o medo que os escravistas tinham de uma “rebelião negra” ganhou na luta contra os “inimigos da ordem” uma nova roupagem<sup>42</sup> (SOUZA, 2019, p. 83).

Por fim, ainda que, de fato, a defesa ao *impeachment* da presidenta Dilma tenha algum sentido econômico para a FIESP (redução com os custos do trabalho), esse ganho de curto prazo não representa um salto qualitativo que possibilite a economia brasileira superar sua condição de dependente. Para além do fim da frente neodesenvolvimentista não criar condições mínimas

---

<sup>42</sup> Por isso, para garantir o respeito à propriedade e a segurança, a elite se vale sistematicamente da polícia para intimidar, reprimir e humilhar os setores mais pobres da sociedade, inclusive matando de maneira continuada negros e pobres, sob aplausos das classes médias e altas. Ao mesmo tempo em que a classe média tem ganhado com a exclusão e exploração de parcela tão significativa da sociedade ao não precisar perder tempo em tarefas domésticas, sujas e pesadas, dedicando-se, portanto, às atividades mais rentáveis, produtivas e educativas (SOUZA, 2019, p. 83 e 85).

para o desenvolvimento tecnológico ou um fortalecimento do mercado interno, seu fim dá força para que o capital internacional e as classes e frações de classe perfeitamente integradas a ele possa constranger ainda mais qualquer tentativa (quando há) da burguesia interna avançar nos seus interesses de competir internacionalmente, contando com a proteção do Estado. Mesmo que estas tentativas não decorram de um projeto ou uma agenda de superação da dependência, mas, simplesmente, da necessidade de se opor ao avanço predatório do capital internacional em seus negócios.

Neste sentido, e por ser algo característico da burguesia interna, torna-se evidente que a FIESP não possui uma agenda bem definida para o país, movimenta-se nos limites do curto prazo. Isto pode ser evidenciado pelas idas e vindas de suas posições políticas desde seu surgimento (seja no sentido de uma convergência com os interesses do capital internacional, na aliança com os comerciantes importadores durante sua formação, no apoio ao governo liberal e autoritário de Castelo Branco, no apoio à formação e a consolidação do padrão liberal periférico, seja no sentido de uma posição mais desenvolvimentista, quando aderiu ao processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas ou quando formou a frente neodesenvolvimentista que deu sustentação aos governos petistas etc.).

Mas, mesmo quando se deu a oposição da burguesia ao pleno emprego ou à melhora na distribuição de renda (como mecanismo, inclusive, de fortalecimento do mercado interno) não aconteceu de uma maneira explícita ou transparente para esmagadora maioria da sociedade. Existe uma relação complexa, como bem alertou Boito Junior (2018, p.15), entre interesses e ideias que normalmente não é notável para o grande público e tampouco para os agentes envolvidos. Por este motivo, somente por meio da pesquisa empírica e do uso de conceitos adequados é que o conflito de classes e entre as frações de classes pode ser detectado.

Jessé Souza (2019, p. 10) acredita que o padrão histórico que marca as lutas políticas do Brasil moderno é explicado pela luta de classes por privilégios que vem constituindo alianças e preconceitos. O autor afirma que somente abandonando o superficialismo e o economicismo é possível entender o que aconteceu, por exemplo, no processo de *impeachment* de Dilma.

Além disso, o falso conflito entre um Estado patrimonial e corrupto e um mercado virtuoso tem sido usado para encobrir o verdadeiro conflito entre as classes sociais. Além dessa noção de patrimonialismo, a elite do atraso também teria formulado a noção de populismo que em

conjunto com o patrimonialismo tem sido usada como chave explicativa do subdesenvolvimento brasileiro e respaldam a aliança antipopular que tem marcado o Brasil desde 1930 (SOUZA, 2019, p. 11).

Souza (2018, p. 152 e 157) relata que a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo central não foi acompanhada pela criação de um discurso articulado que defendesse as alterações que foram sendo realizadas pelos próprios governos petistas, principalmente no que diz respeito a políticas sociais em um país tão desigual. Somente nos períodos eleitorais é que se via a elaboração de um discurso, ainda que marcado pelo *marketing* eleitoral, que estabelecia uma diferenciação com a política implementada nos anos 1990. Mesmo com essa limitação, o PT conseguiu obter, como o ganho mais duradouro do período da frente neodesenvolvimentista, a lealdade dos segmentos mais pobres e marginalizados da sociedade.

Assim, na ausência de burguesia nacional, que pudesse apresentar uma agenda para o país mirando na superação da condição de dependência, não parece que a FIESP esteja à altura do desafio, estando ela integrada também a elite do atraso, de providenciar as condições para uma melhoria na distribuição que ofereça as condições de modernizar o parque produtivo brasileiro, nem mostra disposição de permitir que o Estado atue de maneira empreendedora.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta dissertação se realçou a possível surpresa da Presidenta Dilma Rousseff ao notar o apoio da principal entidade de classe industrial do país ao seu “*impeachment*”, mesmo após todo o respaldo dado em seu primeiro governo perante as pautas apresentadas pela FIESP, forjando um período que ficou conhecido tanto como Agenda FIESP, quanto como Nova Matriz Econômica.

Na ocasião, quando do início desse trabalho, mencionou-se que a expressão latina “*tu quoque*” derivou do conhecido episódio da história romana, no qual o sobrinho do imperador Júlio César, Marcus Junius Brutus, conspira com seus opositores e promove o assassinato deste em uma reunião do senado. Traduzida e popularizada para o nosso idioma, surge a expressão “até tu Brutus”, para indicar perplexidade diante do comportamento prejudicial de quem não se espera.

Assim ocorreu no episódio analisado no presente trabalho, qual seja, o apoio da FIESP ao impedimento de 2016. Após o governo petista da presidenta Dilma Rousseff implementar, principalmente, as medidas de desonerações fiscais em favor da indústria, sugeridas e apoiadas pela entidade industrialista, o fracasso das medidas para a retomada do crescimento econômico não foi assumido pela referida entidade como seu. Pelo contrário, passou a atacar um governo já agonizante, abandonando a frente neodesenvolvimentista e buscando se articular para obter mais benefícios, por conta da defesa de medidas que foram definidas e conceituadas como Agenda FIESP II.

No curso da presente dissertação, procurou-se investigar e delimitar as pretensas razões econômicas que impulsionaram a FIESP a apoiar o impedimento de 2016, concluindo que este apoio se deu com o intuito de aprofundar a agenda defendida durante o primeiro Governo de Dilma Rousseff, radicalizando a pauta iniciada com as desonerações fiscais, desta feita através da redução do custo do trabalho e outras medidas liberalizantes, ainda em pleno curso no país, que, como mencionado acima.

Para viabilizar metodologicamente tal análise, se realizou a investigação no plano concreto-real, a partir do qual se logrou observar que o conjunto de golpes desferido pela entidade de classe (declarações públicas, entrevistas à imprensa, financiamento de manifestantes,

participação em manifestações de rua, *lobby* junto aos deputados e senadores etc.), com o intuito de garantir a cassação do mandato de Dilma Rousseff, fazia parte de uma estratégia definida para garantir na cena política a manutenção (não se tinha expectativas de ampliação) dos seus ganhos. Foram mencionados, então, para viabilização de tal análise, o conceito de bloco no poder, bem como o de burguesia interna.

Destarte, para entender as razões, motivos e interesses que determinaram o apoio da FIESP ao *impeachment* ocorrido em 2016, foi necessário identificar como esta entidade – enquanto integrante da burguesia interna, numa economia dependente financeira e tecnologicamente – estava posicionada no bloco no poder. Isto somente é possível levando em conta que as classes e frações de classe atuam politicamente e, portanto, avaliando conjunturas para traçar novos objetivos que podem representar avanços ou recuos de sua posição no interior do bloco no poder.

No primeiro capítulo, após serem fixados os contornos conceituais e metodológicos do trabalho, acima mencionados, foram abordados os seguintes tópicos: A) a formação da FIESP enquanto federação fundada para defender os específicos interesses dos industriais paulistas; B) como se deu o *Impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff; e C) por fim, como a FIESP, compondo o bloco no poder, na condição de burguesia interna, vale-se de suas áreas de poder no seio do aparelho de Estado para disputar melhores posições no interior do próprio bloco, o que em determinado contexto pode coincidir ou não com os interesses do capital externo.

No segundo capítulo foi demonstrado como as alterações no bloco do poder repercutem no padrão de desenvolvimento capitalista do país, historicizando a consolidação do padrão de desenvolvimento liberal periférico em nosso país até o momento da formação de uma frente neodesenvolvimentista, tendo a FIESP, enquanto fração de classe integrante da burguesia interna, relevante papel em tal processo.

O padrão de desenvolvimento liberal-periférico surgiu com a crise do padrão de substituição de importações, que teve como expressão a crise da dívida externa dos anos de 1980. Seu surgimento, todavia, como sugere o conceito de bloco no poder, deu-se em meio de intensas lutas entre classes e frações de classe dominantes. Por outro lado, como foi demonstrado, com a formação da frente neodesenvolvimentista houve alteração de alguns atributos que consubstanciam o padrão de desenvolvimento liberal-periférico.

Considerando que características importantes do padrão liberal-periférico sofreram abalos, conforme explicitado acima, mostrou-se relevante identificar como foi possível que mudanças tão significativas tenham sido realizadas em um período em que (como ainda não se pode afirmar que houve mudança de padrão) a correlação de forças no interior do bloco no poder ainda era muito favorável ao imperialismo e a burguesia brasileira perfeitamente integrada a ela.

No terceiro capítulo se demonstrou, a princípio, como se deu o movimento da FIESP ao abandonar a referida frente neodesenvolvimentista, mesmo após a formulação da Agenda FIESP, bem como as possíveis razões econômicas para o engajamento tão decidido em prol do impedimento de 2016. Neste sentido, foi destrinchada a crise econômica 2014-2016, bem como diagnóstico ortodoxo para a crise, cujo paradigma passou a ser assumido pela entidade industrial.

O referido paradigma ortodoxo partia dos seguintes pressupostos, que pretensamente legitimam a agenda que a FIESP passou a defender: A) existe um problema estrutural nas despesas primárias do governo federal, que exerce uma pressão expansionista e que se origina em dispositivos constitucionais; B) para compensar essa constante elevação das despesas primárias estava ocorrendo um contínuo crescimento da carga tributária; e, C) tal lógica cria um forte constrangimento para expansão do investimento privado, haja vista que grande parte do recurso é drenado para cobrir as despesas públicas.

Estas medidas econômicas defendidas pela FIESP e implementadas após o impedimento de 2016, como a PEC do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista, a possibilidade de terceirização da atividade-fim e a reforma trabalhista, dentre outros, foram definidas como Agenda FIESP II pelas seguintes razões: A) o relevante papel da agitação política da FIESP naquele momento histórico; B) o esgotamento da etapa inicial chamada Agenda FIESP, com as desonerações fiscais, buscando uma radicalização desta, visando, desta feita, a redução do custo-trabalho; e C) o fato da FIESP ter abandonado a chamada frente neodesenvolvimentista e aderido a uma (nova) utopia neoliberal que já havia causado prejuízos de médio prazo para o setor na década de noventa.

De fato, o impedimento da presidenta e o fim da frente política formada por aquelas classes e frações de classe que deram sustentação aos governos petistas tiveram o condão de facilitar a adoção de um conjunto de medidas aptas a reduzir os custos da indústria com a força de trabalho. Ainda que se possa encontrar uma pretensa justificativa econômica para o apoio da FIESP ao *impeachment* de Dilma Rousseff e para a implosão da frente neodesenvolvimentista, essa justificativa não se sustenta em uma análise de médio e longo prazo, conforme foi demonstrado.

A bem da verdade, esse comportamento da FIESP revela essa característica pouco consequente da burguesia interna. Suas decisões e escolhas estão muito mais ligadas às circunstâncias imediatas e às conjunturas do que a projetos de longo prazo, como se deu com a formulação da Agenda FIESP II, ainda em curso no país, reduzindo o custo da força de trabalho, ao tempo que dificulta um desenvolvimento sustentável da indústria nacional no médio e longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- ABIT. **Coalizão Indústria vai ao presidente da República**. Disponível em: <<https://www.abit.org.br/noticias/coalizacao-industria-vai-ao-presidente-da-republica>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ABREU, Marcelo de Paiva, et al. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ABREU, Marcelo de Paiva; WERNECK, Rogério. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- AÉCIO: “Se houvesse um Procon das eleições, Dilma teria de devolver o mandato”. Disponível em: <<https://tucano.org.br/aecio-se-houvesse-um-procon-das-eleicoes-dilma-teria-de-devolver-o-mandato/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.
- AGOSTINE, Cristiane. Comando da Fiesp apoia impeachment de Dilma. **Valor Econômico**. São Paulo, 14/12/2015 20h32, atualizado há 3 anos. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/12/14/comando-da-fiesp-apoia-impeachment-de-dilma.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- ALENCAR, Kennedy. **Kennedy Alencar entrevista Paulo Skaf (Bloco 1/3)**. Programa "É Notícia" exibido em 26/05/13. Publicado em 12 de jul. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pJga98rgKVY&t=5s>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- ALMEIDA JUNIOR, Mansueto. A política fiscal no Brasil e perspectivas para 2015/2018. In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. **Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ALMEIDA JUNIOR, Mansueto; LISBOA, Marcos B.; PESSOA, Samuel. **O ajuste inevitável ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido**. Disponível em: <[http://igepp.com.br/uploads/arquivos/folha-ajuste-inevitavel-almeida\\_lisboa\\_pessoa.pdf](http://igepp.com.br/uploads/arquivos/folha-ajuste-inevitavel-almeida_lisboa_pessoa.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2019.
- ALMEIDA, Júlio Gomes. **Alcance e lacunas da nova política industrial.**, Campinas: Unicamp, 2011. Texto para Discussão n. 196
- ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de; NOVAIS, Luis Fernando; ROCHA, Marco Antonio. **A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise**. Campinas: Instituto de Economia / Unicamp, 2016 (Working Paper).
- ALMEIDA, Mariana Guerra de. **Suavização do consumo através de políticas orçamentais**. Dissertação de projeto do mestrado em Economia publicado em 17-Jul-2015. Editora FEUC. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/30219>>. Acesso em: 3 out. 2019.
- ARBACHE, Jorge. Como elevar a produtividade? In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. **Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BACEN. **Reservas internacionais**. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reservasinternacionais>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.** [online]. v.31, n.89, p.51-60, 2017.

BARBOSA, Célio André. **A Fiesp e o Estado Nacional: De escudeiros e opositores (Uma breve história do empresariado industrial paulista e a crise do regime autoritário) 1979 a 1985.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01102009-165641/pt-br.php>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BASTOS, P. P. Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, núm. esp., p. 1-63, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200209&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200209&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BEM, Augusto Pinho de; PAIM, Bruno. Aspectos da economia mundial e brasileira em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, v.39, n.4, 2012.

BERRINGER, Tatiana. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **OIKOS** (Rio de Janeiro), v.16, n.1, 2017.

BERRINGER, Tatiana. Bloco no poder e as análises de política externa. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v.6, n.1, p. 2236-4811, 2015.

BHERING, G.; CARVALHO, L.; PIMENTEL, D. **Uma contribuição para o debate sobre a desaceleração recente da economia brasileira a partir de três fatos estilizados.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0ruWF64bMTETENFZ2FrYmZlEiDA/view>>. Acesso em: 30 set. 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v.21, n.4, p.729-747, 2012.

BOITO JUNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BOITO JUNIOR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Edunicamp, 2018.

BOITO JUNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n.47, p.31-38, 2013.

BORGES, Braulio. Como a Lava-Jato afetou o PIB? Novas evidências para o debate. **Blog do IBRE/FGV**. 14 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-lava-jato-afetou-o-pib-novas-evidencias-para-o-debate>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. soc. soc.**, v.128, p. 85-103, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo Sérgio de Oliveira Simões. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 30, p. 663-686, 2010.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. Reforma previdenciária, cedo ou tarde. In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. **Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CALICCHIO, Vera; DELGADO, Inácio Godinho. Verbete: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-das-industrias-doestado-de-sao-paulo>>. 2019a. Acesso em: 30 nov. 2019.

CALICCHIO, Vera; DELGADO, Inácio Godinho. Verbete: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). In: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-das-industrias-do-estado-de-sao-paulo-fiesp>>. 2019b. Acesso em: 30 nov. 2019.

CALMANOVICI, Carlos Eduardo. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. **Revista USP**, n.89, p. 190-203, 2011.

CAMARGO, José Márcio. Desemprego, informalidade e rotatividade: reformas que fazem diferença. In: GIAMBIAGI, Fabio; BARROS, Octavio de. **Brasil pós-crise: agenda para a próxima década**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava-jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.24, n.1, p.127-153, 2019.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.35, n.3, p. 444-460, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Neoliberalismo bricoleur: o imaginário político de Marina Silva **Teoria & Pesquisa**, v.26, n.3, p.199-234.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio... [et al]. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Análise jurídica da decisão do STF que definiu o rito do processo de impeachment da Presidente Dilma**. 2015. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2015/12/analise-juridica-da-decisao-do-stf-que.html>>.

CDES. ATA DA 37ª REUNIÃO PLENÁRIA. **CDES.GOV**. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/Plone/biblioteca/busca/reuniao-plenaria/atas/ata-da-37a-reuniao-plenaria/view>>. Acesso em: 10 jan. 2019.  
 CIESP. **História**. Disponível em: <<http://www.ciespoeste.org.br/sobre/historia/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CIESPOESTE. **A transformação da indústria paulista**. Disponível em: <http://www.ciespoeste.org.br/sobre/historia/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CLARÍN: Estados Unidos manejam a Lava Jato para destruir o Brasil e a América Latina. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/clarin-estados-unidos-manejaram-lava-jato-para-destruir-o-brasil-e-america-latina/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

CODACE. **Comitê de Datação de Ciclos Econômicos**. Disponível em: [https://portalibre.fgv.br/data/files/F3/C1/F8/E8/A18F66108DDC4E66CA18B7A8/Comite%20de%20Data\\_o%20de%20Ciclos%20Econ\\_micos%20-%20Comunicado%20de%2030\\_10\\_2017%20\\_1\\_.pdf](https://portalibre.fgv.br/data/files/F3/C1/F8/E8/A18F66108DDC4E66CA18B7A8/Comite%20de%20Data_o%20de%20Ciclos%20Econ_micos%20-%20Comunicado%20de%2030_10_2017%20_1_.pdf). Acesso em: 30 ago. 2019.

CORRÊA, Mariana Finello; LEMOS, Pedro de Medeiros; FEIJO, Carmem. Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira. **Economia e Sociedade**, n.26, p.1127-1148, 2017.

UM DIA após votação do impeachment, mercado reage de forma cautelosa. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/04/19/internas\\_economia,528191/um-dia-apos-votacao-do-impeachment-mercado-reage-de-forma-cautelosa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/04/19/internas_economia,528191/um-dia-apos-votacao-do-impeachment-mercado-reage-de-forma-cautelosa.shtml)>. Acesso em: 30 set. 2019.

DIAP. **55 ameaças à direitos em tramitação no Congresso**. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/25839-55-ameacas-de-direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 30 jun. 2019.



DIEESE. **Evolução do número de greves, Brasil, 1984-2018**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Campinas: IE/Unicamp. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php,2017>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

OS EMPRESÁRIOS querem o impeachment. Disponível em: <[https://istoe.com.br/443273\\_OS+EMPRESARIOS+QUEREM+O+IMPEACHMENT/](https://istoe.com.br/443273_OS+EMPRESARIOS+QUEREM+O+IMPEACHMENT/)>. Acesso em: 30 nov. 2019

FERREIRA, Francisco H. C.; FIRMO, Marcio Gold. Uma política social para uma economia competitiva. In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. **Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FIESP. **Brasil do Diálogo pela Produção e Emprego**. 2011. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/documento-brasil-do-dialogo-pela-producao-e-emprego/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FIESP. **Campanha da FIESP “NÃO VOU PAGAR O PATO” é contra aumento e a criação de impostos**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/imprensa/campanha-da-fiesp-nao-vou-pagar-o-pato-e-contra-aumento-e-a-criacao-de-impostos/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FIESP. **Fiesp e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já!** Publicado em 29/03/2016. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FIESP. **FIESP e CIESP definem apoio a processo de impeachment**. 14/12/2015 19:54 - Atualizado em 17/12/2015 17:50. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FIESP. **Plano Brasil Maior Análise das principais medidas anunciadas em abril/2012**. Abril de 2012. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=10829>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FIESP. **Sobre a FIESP: departamentos**. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. Boitempo Editorial, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales, 2006a.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. Política, Economia e Corrupção: A Reconfiguração do Bloco no Poder no Brasil. OAPS Salvador, 26 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/5be24078b400ab6191da0e8afa8c38f3/11/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do**

**governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política.** v.23, n.1 (89), janeiro-março/2003.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro.** Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Maco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 23 set. 2019a.

IBGE. **Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010 e Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 23 nov. 2019b.

INSPER. **Apresentação da proposta de reforma: seus princípios e seus números.** 2018. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/A-Reforma-seus-princi%CC%81pios-e-seus-nu%CC%81meros.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

IPEADATA. **Dívida pública total. Frequência:** Mensal de 1991.01 até 2016.05. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38388>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

IPEADATA. **Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres – Anual de 1988 até 2014.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2019a.

IPEADATA. **Taxa de desemprego. Frequência:** Mensal de 2002.03 até 2015.12. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME) - obs: PME foi encerrada em março de 2016, com a divulgação dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>>. Acesso em: 20 nov. 2019b.

KALECKI, Michael. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: MIGLIOLI, Jorge (Org). **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.** 2. Ed São Paulo: Hucitec, 1990.

KRUGMAN, Paul. Que diabos aconteceu com o Brasil? **IHU,** 15 de novembro de 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584650-que-diabos-aconteceu-com-o-brasil>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 anos de Política Econômica no Brasil: pensamento,**

instituições e depoimentos. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

LUCCHESI, Cristiane Perini. Setores em crise dão apoio em silêncio. **Folha uol**, São Paulo, quarta-feira, 19 de junho de 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/19/brasil/10.html>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Poulantzas e o conceito de burguesia interna. **Demarcaciones**, n.2, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

AS MENSAGENS secretas da Lava Jato. **The Intercept Brasil** Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em: 30 agos. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 13, p. 137-154, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522014000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.31, n.4, p.507-527, 2011.

MORCEIRO, Paulo. Desindustrialização segue intensa em 2018. **Valor Adicionado**. 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://valoradicionado.wordpress.com/2019/02/28/desindustrializacao-segue-intensa-em-2018/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

NASSIF, André. A valsa não totalmente afinada de Laura Carvalho: um ensaio-resenha crítico de Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.13, n.23, p.11-35, 2018.

OREIRO, José Luis; NAKABASHI, Luciano; SOUZA, Gustavo José de Guimarães. A economia brasileira puxada pela demanda agregada. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.30, n.4, p.581-603, 2010.

PACHECO FILHO, Calino Ferreira. Emprego e salário: A queda do governo Collor e as novas perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v.20, n.4, p.46-55, 1993.

PAES, Nelson Leitão. Os impactos da alteração da contribuição previdenciária patronal para a indústria. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v.42, n.4 p.773-799, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v42n4/a05v42n4.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

PALOCCI FILHO, Antônio. **Sobre formigas e cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PINHEIRO, Jair. Uma cena decepcionante. **Lutas Sociais**, 2006, n.15/16 p. 149-161. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v15\\_16\\_jair.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_jair.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2019.

PINTO, Eduardo Costa. **Bloco no Poder e Governo Lula:** grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. 2010. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Instituto de Economia da UFRJ, 2010.

PINTO, Eduardo Costa. **Dilma:** de “coração valente” à “presidenta acuada”. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/intranet/ie/.../170820154652\\_ArtigodeOpinioDilma....16.08.2015.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/.../170820154652_ArtigodeOpinioDilma....16.08.2015.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, v. 34, p. 55-78, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, André Moreira. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores econômicos FEE**, v.39. n.4, 2012.

PROCESSO de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. Brasília, 12/05/2016 06h34. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores:** trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2019. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A Ordem do Progresso:** cem anos de política econômica republicana 1889-1989. São Paulo: Campus, 1990.

RESENDE, André Lara. **Juros, moeda e ortodoxia:** Teoria monetária e controvérsia política. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2017.

ROCHA, M. A.. Transformações produtivas e patrimoniais no Brasil pós-crise. **Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro. Brasil:** em busca de um novo modelo de desenvolvimento. 1ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 4, p.161-202, 2015.

ROMERO, Cristiano. País mudou sua matriz econômica, diz Holland. **Valor.Globo**, Brasília, 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland.ghtml>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ROSSI, Pedro; BIANCARELLI, André. Do industrialismo ao financismo. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, 2015.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado. **Brazilian Keynesian Review**, v.2. n.2, p.252-263, 2017.

SAFATLE, Claudia; BORGES, João; OLIVEIRA, Ribamar. **Anatomia de um Desastre.** São Paulo: Portfólio-Penguin, 2016.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci; Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

SARTI, Fernando. Sem indústria dinâmica e inovativa não há desenvolvimento. In: MATTOSO, Jorge; CARNEIRO, Ricardo (orgs). **O Brasil de amanhã** [livro eletrônico]. São Paulo: Instituto Lula: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/O-Brasil-de-amanh%C3%A3-WEB.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SICSÚ, João. Era uma vez, um PIB... **Carta Maior**, 10 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Era-uma-vez-um-PIB-/19714>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA FILHO, Carlos Fernando da. Reforma trabalhista solapa direitos dos trabalhadores. In: GIORGI, Fernanda; LOPES, João Gabriel; AGUSTINHO, Thiago; ERTLE, Valeir (orgs.) **O Golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru/SP: Canal, 2017. v.6 p. 53-57

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Revista Novos Estudos**, n. 102, Jul, 2015.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2018)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Artur; SILVA, Paulo Pereira da. Um acordo pela indústria brasileira. **Folha Uol**. São Paulo, quinta-feira, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2605201107.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STEINBRUCH, Benjamin. Prezado presidente Lula. **Folha Uol**, São Paulo, terça-feira, 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2112201034.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SUMMA, Ricardo; BRAGA, Julia. Taxa de juros, taxa de câmbio e inflação no período do sistema de metas de inflação no Brasil. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,

2013.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 16ª edição, São Paulo: Saraiva, 2018.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, D. L. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília: Ipea, 2010.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Org.). **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

TEIXEIRA, R. A.; DWECK, E.; CHERNAVSKY, E. **A economia política da política fiscal e o processo de impeachment**. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/38.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade** UNICAMP, v. 21, p. 909-941, 2012.

VILLAVERDE, João. **Perigosas Pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

ZOCKUN, Maria Helena Garcia Pallares; LANZANA, Antônio [*et al*]. **Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.